



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALEX SANDRO DE MOURA GRANGEIRO

**ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: CONSTRUÇÃO E
EVIDÊNCIAS DE VALIDADE**

FORTALEZA

2014

ALEX SANDRO DE MOURA GRANGEIRO

**ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS: CONSTRUÇÃO E
EVIDÊNCIAS DE VALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- G785e Grangeiro, Alex Sandro de Moura.
Escala de comportamentos antissociais : construção e evidências de validade / Alex Sandro de Moura Grangeiro. – 2014.
115 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Psicologia.
Orientação: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.
- 1.Psicometria. 2.Criminosos – Ceará – Testes psicológicos. 3.Transtornos de personalidade antissocial. I. Título.

ALEX SANDRO DE MOURA GRANGEIRO

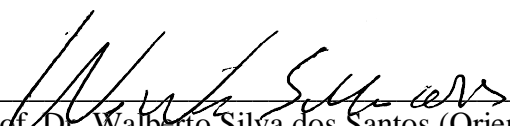
**ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS: CONSTRUÇÃO E
EVIDÊNCIAS DE VALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.

Aprovada em: 11/03/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Antes de começar, gostaria de pedir um pouco da paciência do leitor, pois, neste momento, pretendo me delongar um pouco mais nos agradecimentos.

Inicialmente, gostaria de agradecer aos integrantes da banca, Prof. Dr. **Valdiney Veloso Gouveia** e Prof. Dr. **Emerson Diógenes de Medeiros** pela enorme disponibilidade de ler e contribuir com esta dissertação.

Agradeço também ao apoio dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, graças à concessão de bolsa pelo Programa de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação (PROPAG), tornou a realização desse trabalho possível.

Agradeço a toda a equipe técnica do Censo Penitenciário do Ceará, especialmente, a Prof. Dra. **Celina Lima**, por ter me convidado a participar deste audacioso projeto, que possibilitou não só a construção de uma parte dessa dissertação, mas, também, me rendeu experiências únicas.

Como não poderia deixar de fazer, gostaria de agradecer também ao Prof. Dr. **Walberto Silva dos Santos**, meu orientador e, por que não dizer, amigo, por ter possibilitado não só a construção do trabalho que por ora apresento, mas também por ter contribuído de forma inestimável na construção da minha carreira acadêmica. A ele agradeço o fato de ter podido estar, nos últimos cinco anos, em um local que carinhosamente chamo de LACEP e que considero minha segunda casa. Como membro do Laboratório Cearense de Psicometria, pude aprender não só sobre delineamento, análises, coleta de dados, pesquisa, publicação, teoria, formulação de hipótese, mas, principalmente, pude cooperar, repartir conhecimento, dividir angústias, soluções e fazer novos colegas e amigos.

Colegas estes, que, de uma forma ou de outra, me inspiram e que gostaria de agradecer de forma individual ainda que brevemente. Para não esquecer ninguém; já que agora são muitos, bem diferente da época em que nos apertávamos em uma salinha de poucos metros quadrados sem ventilação alguma; vou tenta seguir a ordem de ingresso de cada um.

Agradeço ao companheiro **Guilherme Lopes**, que com a sua curiosidade quase que voraz, sempre me mostrava que, por mais que tivesse lido sobre algo, sempre teria algo que não saberia explicar; a **Emanuela Possidônio**, exemplo de determinação e coragem; a **Darlene Fernandes**, pelas angústias de mestrado compartilhadas e por ter sido, ainda que sem saber, uma espécie de referência para o andamento das minhas atividades; a **Sarah Stella**, por ser um superego das minhas piadas; a **Hermírio Moraes**, pelas discussões

interessantíssimas que tínhamos sobre os mais variados assuntos; a **Thicianne Malheiros**, pela sua enorme colaboração em diversos trabalhos, inclusive na busca de escalas para essa dissertação; a **Leonardo Holanda** e seus vídeos sempre engraçados; a **Eva Cristino**, pelos seus ensinamentos de neurociência e pela sua enorme disponibilidade em ajudar, seja coletando dados, lendo e relendo o que escrevo, ou com um simples apoio; a **Damião Soares**, companheiro de carona e de boas conversas; a **Mariana Farias**, pela sua presteza e assertividade; a **Lia Wagner**, pelo seu carinho com todos e as surpresas de chocolate; a **Elba Sá**, a quem devo grande parte dos questionário coletados no sistema penitenciário; a **Caroline Paiva**, **Quésia Cataldo** e **Rebecca Peixoto** novas integrantes do laboratório, com quem tive pouco tempo para interagir, mas que demonstram grande vontade de ajudar e aprender; e, por último, a **David Tatarek**, futuro colaborador internacional, por desfazer alguns estereótipos sobre estrangeiros, demonstrando que bom humor e camaradagem não são exclusividade nossa.

Gostaria de agradecer também aos companheiros de Departamento, especialmente, a **Socorro Mendes**, **Rosângela Freitas**, **Dona Fátima**, **Isac Ferreira** e o sempre prestativo **Hélder Hamilton**.

Por último, como não poderia deixar de ser, agradeço à minha família: à minha mãe e exemplo de superação (**Maria Adelusia Arcanjo de Moura**), pelos ensinamentos e esforços dedicados à minha educação, além de seu apoio incondicional em todos os momentos de minha vida; ao meu pai (**José Hugo Grangeiro**), aquele que foi e sempre será meu eterno herói; aos meus irmãos (**Hugo** e **Isabel**) que, nas poucas palavras trocadas, me ajudam a entender um pouco melhor o mundo; às minhas tias (**Iza** e **Adriana**), pela jovialidade e lembrança nas horas mais difíceis; e à minha namorada **Eva Cristino**, por ter colorido meus dias e compartilhado alguns dos melhores momentos vividos neste ano.

E, por fim, parafraseando Isaac Newton, “*tenho certeza de que, se hoje sou capaz de ver mais longe, é apenas porque pude me apoiar sobre o ombro de gigantes.*” Neste sentido, gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente me permitiram ver além.

“A desumanização do homem há muito tempo é alvo de moralização. Com o conhecimento de que alguma coisa a reduziu, também poderíamos tratá-la como uma questão de causa e efeito. Em vez de perguntar “Por que existe guerra?”, poderíamos indagar: “Por que existe paz?”. Nossa obsessão poderia ser não só por aquilo que andamos fazendo errado, mas também por aquilo que estamos fazendo certo. Porque estamos fazendo algo certo, e seria bom saber exatamente o quê.”

(Steven Pinker)

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo principal a construção de uma escala de mensuração dos comportamentos antissociais cuja aplicabilidade ultrapasse prováveis barreiras conceituais, regionais e culturais. Para tanto, buscou-se elaborar uma medida que congregasse aspectos operacionais (itens) comuns a diferentes perspectivas teóricas e contextos culturais. Para isso, foram realizados três estudos específicos. O **Estudo 1**, de caráter mais teórico, teve por objetivo selecionar um conjunto de itens que atendessem ao critério de representar/operacionalizar adequadamente os comportamentos antissociais em diferentes culturas. Para tanto, analisou-se um conjunto de 805 itens segundo dois critérios, a saber: (a) constar em quatro ou mais das escalas avaliadas e (b) estar presentes em estudos que abranjam três ou mais continentes. Com base em tal crivo, chegou-se a um conjunto inicial de 57 itens. Após realizados os procedimentos de validação semântica, foi constatada a pertinência de eliminação de 4 itens e da construção de 2 novos, ficando assim, a versão preliminar da escala, composta por 55 itens. O **Estudo 2** teve por objetivo construir um instrumento, a partir dos itens resultantes do estudo anterior, e reunir evidências de suas propriedades psicométricas. Participaram deste estudo 250 pessoas, distribuídas em duas amostras específicas. A primeira foi composta por 203 pessoas de diferentes cidades do estado do Ceará, com média de idade de 22,2 anos ($dp = 6,7$), sendo em sua maioria mulheres (58,7%). A segunda amostra, considerada grupo critério, foi composta de 47 presos que estavam cumprindo pena em regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará, sendo todos do sexo masculino, com idade média de 30,7 anos ($dp = 8,49$). Estes responderam além do conjunto de 55 itens que compõem a versão preliminar da escala, a perguntas de caráter sócio demográfico. Os resultados deste estudo apontaram a adequação psicométrica da estrutura bifatorial da medida. Tendo o Fator *Antissociais Leves* agregado 21 itens, apresentando alfa de Cronbach de 0,87 e cargas fatoriais entre |0,60| e |0,45|; enquanto o Fator *Antissociais Severos* ficou composto por 15 itens, obtendo valores de alfa de 0,88 e cargas fatoriais entre |0,87| e |0,47|. Tais componentes demonstraram-se significativamente correlacionados ($r = 0,34$; $p < 0,001$), explicando, em conjunto, 32% da variância. Por fim, no **Estudo 3**, para dirimir possíveis dúvidas acerca da solução fatorial encontrada, foram realizadas análises fatoriais confirmatórias por meio da técnica de parcela de itens e, adicionalmente, apresentadas novas evidências de validade da medida. Para tanto, a semelhança do que ocorreu no Estudo 2, contou-se com duas amostras específicas, perfazendo um total de 250 participantes. Para a composição da primeira amostra, contou-se com 200 participantes de

diversas cidades do estado do Ceará, com idade média de 23,3 anos ($dp = 8,5$), sendo em sua maioria do sexo feminino (56,9%). Já a segunda amostra foi composta por 50 presos que estavam cumprindo pena em regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará, sendo todos do sexo masculino, com idade média de 30,4 anos ($dp = 8,29$). Estes responderam, além da versão final da Escala de Comportamentos Antissociais (ECA), ao Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos (CAD), a Escala de Autocontrole (EA) e a perguntas demográficas. Com base nos resultados desse estudo, foi possível comprovar a adequabilidade da estrutura bifatorial da ECA, tendo esta apresentado índices satisfatórios de bondade de ajuste: $\chi^2/gf = 2,87$; GFI = 0,911; CFI = 0,925; AGFI = 0,866; RMSEA = 0,087; bem como a presença de valores satisfatórios de confiabilidade composta para o fator Antissociais Severos (0,89) e Antissociais Leves (0,84). Com base nestes achados, confia-se que os objetivos propostos nesta dissertação tenham sido alcançados, apresentando-se nesta oportunidade uma contribuição para o campo da mensuração dos comportamentos antissociais.

Palavras-chave: Comportamento Antissocial. Medida. Validade Fatorial. Precisão

ABSTRACT

This dissertation has as its main objective the construction of a scale of measurement of antisocial behavior whose applicability surpasses probable conceptual, regional and cultural barriers. Therefore, we intended to construct a measure that gathers operational definitions (items) that are common to different theoretical perspectives and cultural contexts. For that, were realized three specific studies. **Study 1**, with a more theoretical character, aimed to select a set of items that meet the criteria of representing / adequately operationalize the antisocial behaviors in different cultures. For this, we analyzed a set of items 805 according to two criteria, namely: (a) be present four or more of the scales assessed and (b) be present in studies covering three or more continents. Following this criterion, we have reached an initial set of 57 items. After the process of semantic validation of the instrument, was necessary to remove 4 items and build 2 new, thus getting the preliminary version of the scale consisted of 55 items. Study2, aimed to build an instrument with items arising from the previous study, and gather evidence of their psychometric properties. **Study 2** aimed to build an instrument with items arising from the previous study, and gather evidence of their psychometric properties. The study counted with 250 people, distributed in two specific samples. The first consisted of 203 people from different cities in the state of Ceará, with a mean age of 22.2 years ($sd = 6.7$), being mostly women (58.7%). The second sample, considered a criterion group was composed of 47 prisoners who were serving sentences in closed regime in Criminal Unit of the State of Ceará, being all male, mean age 30.7 years ($sd = 8.49$). They answered beyond the set of 55 items that comprise the preliminary version of the scale, questions of socio-demographic character. The results of this study indicated the psychometric adequacy of the factorial structure of the measure and pointed for the existence of two factors. Having Factor *Light Antisocial* added 21 items, with Cronbach's alpha of 0.87 and factor loadings between | 0.60 | and | 0.45 |; while Factor *Severe antisocial* was composed of 15 items, getting alpha values of 0.88 and factor loadings between | 0.87 | and | 0.47 |. Such components have shown to be significantly correlated ($r = 0.34$, $p < 0.001$), together explaining 32% of the variance. Finally, in **Study 3**, to resolve possible doubts about the factorial solution found were realized factorial analysis confirmatory with the technique of parcel of items and additionally present new evidence on the validity of the measure. For that, similarly to what occurred in Study 2, counted on two specific samples, totaling 250 participants. For the composition of the first sample was counted with 200 participants from different cities in the state of Ceará, with a mean age of 23.3 years ($sd = 8.5$), being mostly

female (56.9%). The second sample consisted of 50 prisoners who were serving sentences in closed regime in Criminal Unit of the State of Ceará, being all male, with a mean age of 30.4 years ($sd = 8.29$). They answered beyond the final version of the Scale of antisocial behaviors (SAB), the Questionnaire of antisocial behavior and Delitivos (ADB), the Self-Control Scale (SCS) and demographic questions. Based on the results of this study, it was possible to prove the adequacy of the factorial structure of SAB, the latter presented satisfactory index of goodness of fit: $\chi^2/df = 2.87$, GFI = 0.911, CFI = 0.925, AGFI = 0.866, RMSEA = 0.087, and the presence of satisfactory values of composite reliability for Severe Antisocial (0.89) and Light Antisocial (0.84) factor. Based on this findings, we trust that the objectives proposed in this dissertation have been achieved, presenting this opportunity a contribution to the field of measurement of antisocial behaviors

Keywords: Antisocial Behavior. Measure. Factorial Validity. Precision

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição das Medidas de Autorrelato encontradas	47
Tabela 2. Lista de itens eliminados após procedimento de validação semântica	50
Tabela 3. Lista de itens modificados após procedimento de validação semântica	51
Tabela 4. Valores Próprios (Variância total explicada)	57
Tabela 5. Método de Seleção de Hull para fatores comuns	59
Tabela 6. Matriz fatorial rotacionada de 7 fatores	60
Tabela 7. Matriz fatorial rotacionada de 2 fatores	62
Tabela 8. Descrição dos itens do Fator 1	63
Tabela 9. Descrição dos itens do Fator 2	64
Tabela 10. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos 15 itens que compõem o fator Antissociais Severos	65
Tabela 11. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos 21 itens que compõem o fator Antissociais Leves	66
Tabela 12. Reanalise do poder discriminativo do 21 itens que compõem o fator Antissociais Leves	75
Tabela 13. Coeficiente de correlação entre os fatores das escalas ECA, CAD e EA	76
Tabela 14. Parcelamento de Itens para o fator Antissociais Leves.....	78
Tabela 15. Parcelamento de Itens para o fator Antissociais Severos.....	78
Tabela 16. Índices de ajuste para os modelos alternativos.....	80
Tabela 17. Precisão e validade convergente dos fatores da ECA.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama de declividade (<i>Scree Plot</i>) dos 55 itens que compõem a escala.....	58
Figura 2. Análise Fatorial Confirmatória para solução bifatorial.....	79
Figura 3. Análise Fatorial Confirmatória para solução unifatorial.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE I – MARCO TEÓRICO.....	19
CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS.....	20
1.1 Proposta de Definição dos Comportamentos Antissociais.....	22
1.1.1 Enfoque sociológico.....	23
1.1.2 Enfoque Clínico-Psiquiátrico.....	24
1.1.3 Enfoque Criminológico (Violação das normas e leis).....	25
1.1.4 Enfoque Comportamental.....	26
1.2 Teorias explicativas dos comportamentos antissociais.....	29
1.2.1 Teorias da Anomia.....	30
1.2.2 Teorias da Aprendizagem.....	31
1.2.3 Teorias do Controle.....	33
CAPÍTULO II – AVALIAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS.....	35
2.1 Perspectiva Histórica da Mensuração dos Comportamentos Antissociais.....	36
2.2 Principais Instrumentos de Mensuração dos Comportamentos Antissociais.....	38
2.2.1 Self-Report Antisocial Behavior Scale - National Youth Survey.....	38
2.2.2 Bergen Questionnaire on Antisocial Behaviour.....	39
2.2.3 Comprehensive Misconduct Inventory.....	39
2.2.4 Self-Report Delinquency Interview.....	40
2.2.5 Delinquent Activities Scale.....	40
2.2.6 Normative Deviance Scale.....	41
2.2.7 Cuestionario de Conducta Antisocial.....	41
2.2.1 Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos.....	42
PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	43
CAPÍTULO III - ESTUDO DAS PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DA MEDIDA.....	44
3.1 Estudo I – Seleção e Análise Teórica dos Itens.....	45
3.1.1 Objetivo.....	45
3.1.2 Método.....	45
3.1.2.1 Amostra.....	45
3.1.2.2 Procedimentos.....	46
3.1.3 Resultados.....	50
3.1.4 Discussão Parcial.....	52
3.2 Estudo II - Análise dos Parâmetros Psicométricos da Medida.....	53
3.2.1 Objetivo.....	53
3.2.2 Método.....	53
3.2.2.1 Amostra.....	53
3.2.2.2 Instrumentos.....	53
3.2.2.3 Procedimentos.....	54
3.2.2.4 Análise dos Dados.....	54
3.2.3 Resultados.....	55
3.2.3 Discussão Parcial.....	67
CAPÍTULO IV – ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA DA ECA.....	70
4.1 Objetivo.....	71
4.2 Método.....	71
4.2.1 Amostra.....	71
4.2.2 Instrumentos.....	72
4.2.3 Procedimentos.....	73
4.2.4 Análise dos Dados.....	74
4.3 Resultados.....	75
4.4 Discussão Parcial.....	81
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES.....	84
ANEXOS.....	98

As taxas de prevalência de violência nas sociedades ocidentais têm aumentado consideravelmente nos últimos anos (HOUGHTON; CARROLL, 2002). Conforme dados do *Global Peace Index* (2013), levantamento realizado em 162 países, a violência no mundo aumentou 5% entre os anos de 2008 a 2013. Tais níveis de violência, conforme aponta o *Institute for Economics & Peace*, responsável pela confecção desse relatório, acarretaram, somente no ano de 2012, um custo estimado em 9,46 trilhões de dólares, o equivalente a 11% do PIB mundial. Tal panorama parece também ocorrer em contexto brasileiro, como aponta o levantamento realizado por Waiselfisz (2013), publicado no Mapa da Violência, o qual indica um incremento de 30,3% no número de mortes violentas entre os anos de 2000 a 2011.

Os custos relacionados à violência envolvem direta ou indiretamente um conjunto de ações que vão desde a manutenção de hospitais, investimento em segurança pública e privada e, conseqüentemente, a manutenção do sistema prisional em seus mais diversos âmbitos. No que tange ao sistema carcerário brasileiro, dados oficiais divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) demonstram que entre os anos de 2011 e 2012 a população carcerária apresentou um crescimento de 6,8%, atingindo um número estimado de 549.577 pessoas. Tal crescimento se destaca ainda mais se considerados os últimos dez anos, quando se verifica uma ampliação de 78% no número de encarcerados. Em vinte e três anos (1990 a 2012) a população carcerária brasileira praticamente sextuplicou, número expressivamente superior ao crescimento populacional do país, na mesma época, que foi de apenas 30% (IBGE, 2013).

Segundo o DEPEN (2013), as principais causas de detenção no país têm sido os crimes contra o patrimônio, como roubo ou furto (49,8%); seguidos pelo tráfico de entorpecentes (22,7%) e do porte ilegal de arma de fogo (3,8%). Ainda que tais números mereçam destaque, é preciso reconhecer que nem todos aqueles que cometem algum tipo de delito dessa natureza chegam a ser identificados pelos sistemas oficiais de controle, compondo assim o que alguns autores têm chamado de “cifra negra da delinquência” que, quando considerada, pode elevar significativamente as estatísticas (HOUGHTON; CARROLL, 2002; THORNBERRY; KROHN, 2000).

Ademais, deve-se destacar que nem todos os comportamentos que infringem as normas sociais são considerados crimes, a exemplo do uso de bebida alcoólica por menores de idade e de algumas infrações as leis de trânsito. Ainda que tais comportamentos não sejam tidos como delito, estes podem apresentar conseqüências danosas para quem os emite ou para terceiros, devendo também ser foco de atenção nos estudos sobre violência.

Esse panorama releva a temática da violência, em geral, e, de modo mais específico, dos comportamentos nomeados antissociais, que têm recebido atenção crescente nos últimos anos, com um incremento significativo no número de publicações sobre o tema (WAISELFISZ, 2013). De fato, na atualidade, os comportamentos antissociais constituem um tema de relevância, não somente por suas graves implicações nos contextos familiares, escolares e legais, mas, sobretudo, pelos altos custos econômicos e sociais que acarretam. Tais características, associadas ao número exponencial de pessoas envolvidas em comportamentos antissociais, têm promovido consenso acerca da necessidade de ampliação do número de estudos acerca da temática (FERNÁNDEZ, 2010).

Como aponta Fonseca (2002), nas últimas décadas, o estudo dos comportamentos antissociais tem despertado amplo interesse no campo das Ciências Sociais e impulsionado um importante número de publicações, promovendo avanços metodológicos consideráveis. Não obstante, ainda que tais avanços se mostrem evidentes, características como a falta de uma definição clara e universalmente aceita do construto tem sido um dos principais problemas relatados por pesquisadores dessa área (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; SANTOS, 2008). Para Gouveia *et al.* (2009), a imprecisão no campo conceitual reflete a ampla utilização do termo na literatura científica, em que uma série de problemas comportamentais são, por vezes, compreendidos como sinônimo de comportamentos antissociais, ainda que representem referenciais teóricos distintos.

Ao mesmo tempo, segundo Romero, Sobral e Luengo (1999), o acúmulo de pesquisas também pode ser considerado um dos fatores que tem possibilitado o surgimento de vertentes teóricas abrangentes, cujas bases epistemológicas encontram raízes, fundamentalmente, em aproximações sociológicas, legais/criminológicas, clínico-psiquiátricas e comportamentais. Essa diversidade parece ser explicada pelo fato dos comportamentos antissociais se apresentarem como um fenômeno eminentemente heterogêneo, com múltiplas causas e correlatos, que envolvem diferentes facetas da vida humana e social (BURT, 2012; GOUVEIA *et al.*, 2009; PIMENTEL, 2004; SANTOS, 2008).

Mesmo já detentoras de certa tradição, as definições propostas por essas vertentes teóricas têm sido objeto de críticas, pois grande parte dos estudos desenvolvidos sob seus critérios têm se mostrado restritivos e pouco úteis na busca de fatores explicativos para o fenômeno (TUVBLAD, 2006). Nos campos Sociológico e Jurídico, por exemplo, percebe-se uma forte associação dos comportamentos antissociais com a ruptura de leis e/ou normas sociais, o que, em certa medida, dotam-no de considerável relatividade; já no campo Psiquiátrico, a perspectiva é patológica, vinculando os comportamentos antissociais à

presença de transtornos específicos, como o de conduta ou de personalidade antissocial (LUENGO *et al.*, 2002). Por essa razão, a construção de uma definição que supere tais dificuldades se tornou foco de atenção para muitos pesquisadores (BURT, 2009, 2012; FRICK *et al.*, 1993; HOFVANDER *et al.*, 2009; SCARAMELLA *et al.*, 2002). Avanços nessa direção podem representar uma mudança importante no campo da pesquisa e da avaliação dos comportamentos antissociais, especificamente no desenvolvimento de estudos envolvendo diferentes países.

Além disso, a construção e a adaptação de instrumentos de mensuração, com foco nos aspectos transculturais comuns, podem trazer contribuições expressivas para os estudos empíricos, proporcionando avanços na explicação dos comportamentos antissociais. No entanto, é preciso reconhecer que os esforços nessa direção ainda são escassos, sobretudo, quando se observa especificidades conceituais e culturais. No Brasil, por exemplo, algumas publicações fazem referência ao Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos (FORMIGA; GOUVEIA, 2003; GOUVEIA *et al.*, 2009; SANTOS, 2008) e ao exame de validade transcultural para o Brasil dos itens do Questionário de Comportamentos Antissociais (LUENGO *et al.*, 1999). Entretanto, a fonte dos itens que compõem tais medidas é, fundamentalmente, originada em contexto espanhol.

Considerando todos esses aspectos, a presente dissertação tem como principal objetivo revisar as diferentes propostas conceituais acerca dos comportamentos antissociais e construir um instrumento de autorrelato (*self-report*), cuja aplicabilidade ultrapasse prováveis barreiras conceituais, regionais e culturais. Especificamente, pretende-se, após a revisão da literatura, desenvolver a medida, verificar a sua qualidade psicométrica, observando evidências de validade e precisão. Adicionalmente, buscar-se-á testar diferentes estruturas fatoriais, observando aquela que melhor se adeque aos dados.

Para uma melhor compreensão do estudo, este será organizado em duas seções principais: a primeira, Marco Teórico, centrar-se-á na definição de comportamento antissocial (Capítulo 1), expondo as principais proposições conceituais, cuja referência tem assumido elevado fator de impacto e garantido acúmulo de conhecimento no campo de estudos dos comportamentos antissociais. Adicionalmente, apresentar-se-á um quadro histórico da mensuração dos comportamentos antissociais (Capítulo 2), em que consta uma revisão das principais técnicas de autorrelato utilizadas. Em seguida, na segunda parte (Estudos Empíricos), serão apresentados os estudos de construção e validação da Escala de Comportamento Antissocial. Essa seção será dividida em duas partes, a primeira (Capítulo 3), com caráter exploratório, apresenta a origem e a análise dos itens, bem como as estatísticas

concernentes a avaliação da validade e precisão da medida proposta. Ao passo que a segunda (Capítulo 4), de caráter confirmatório, pretende testar, por meio de Modelagens por Equação Estrutural, a adequação da solução fatorial obtida na etapa anterior. Por fim, apresentar-se-ão os resultados encontrados, a discussão, com base na literatura, e a conclusão (Capítulo 5), contemplando as limitações do estudo, as contribuições e algumas recomendações para prováveis estudos futuros.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ANTISOCIAIS

A ausência de consenso na definição de Comportamentos Antissociais tem dificultado, por parte de instituições governamentais, a sistematização e o acúmulo de dados acerca de sua prevalência na população e de seus potenciais prejuízos sociais e econômicos. Esses aspectos refletem, em certa medida, a dificuldade no que consiste a avaliação, a compreensão e a explicação do fenômeno (OFFICE OF THE DEPUTY PRIME MINISTER, 2003).

Segundo Romero, Sobral e Luengo (1999), delimitar precisamente o comportamento antissocial é um dos problemas amplamente discutidos por pesquisadores em diversos campos; não sendo incomum encontrar um número abrangente de estudos com o objetivo de estabelecer critérios e limites conceituais mais claros para os comportamentos antissociais (BAKER, 2006; BURT, 2012; FERNÁNDEZ, 2010; FRICK *et al.*, 1993; LOEBER, 1990; LUENGO *et al.*, 2002; OGILVIE *et al.*, 2011; PULKKINEN, 1998).

Para Santos (2008) um dos fatores que mais contribui para a manutenção desse panorama diz respeito à natureza multidisciplinar dos estudos sobre a temática. Áreas de estudo como Filosofia, Direito, Criminologia, Sociologia, Biologia, Medicina e Psicologia têm dado especial atenção à ampla gama de comportamentos ditos antissociais, utilizando uma variedade de técnicas e teorias, e conferindo a tais comportamentos uma heterogeneidade de significados e domínios conceituais (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; RUTTER, 2003; TUVBLAD, 2006).

Com efeito, se por um lado a pluralidade de perspectivas tem sido uma das principais responsáveis pela ausência de definição unificada do construto, bem como pelas divergências de resultados encontradas em diferentes estudos, por outro, tem contribuído para ampliar e enriquecer a compreensão do fenômeno (GONZÁLEZ, 2003). Pois como defendem Fonseca e Simões (2002), no estudo de construtos complexo como os comportamentos antissociais, deve-se considerar, necessariamente, múltiplas abordagens e teorias. Não obstante, entre os diversos modelos existentes é possível identificar um conjunto de características comuns que definem um comportamento como antissocial. Sob tal perspectiva, parece pertinente nomear tais características, traçando uma linha geral em direção a uma definição constitutiva que permita a operacionalização dos comportamentos antissociais, com independência da área, bem como das prováveis barreiras territoriais e culturais. Esses aspectos, hipoteticamente, proporcionariam avanços no campo da avaliação.

1.1 Proposta de Definição dos Comportamentos Antissociais

Os comportamentos antissociais constituem um grave problema social (BESSA, 2011). Indivíduos que apresentam tal padrão comportamental se caracterizam, em geral, por apresentarem repetidos atos como agressão, roubo, vandalismo, pichação ou qualquer tipo de comportamento que desrespeite o direito dos outros e/ou infrinja normas sociais vigentes (FERNÁNDEZ, 2010).

Na atualidade, é possível encontrar uma multiplicidade de termos que fazem referência aos comportamentos antissociais, como, por exemplo, delinquência juvenil (LOEBER, 1990), Distúrbios do Comportamento (FRICK *et al.*, 1993; KAZDIN, 2005), Comportamento Socialmente Desviante (SANTOS, 2008), Transtorno de Conduta (REAVY *et al.*, 2012), Transtorno de Personalidade Antissocial (DEL-BEN, 2005), Problemas de Externalização (LIU, 2006), Comportamentos Disruptivos (MILLER *et al.*, 1997), Conduta Criminosa (ANDREWS; BONTA, 2010), entre outros. No entanto, por mais que esses conceitos pareçam sinônimos e, por vezes, sejam usados como tal, não correspondem a um mesmo quadro conceitual, embora possam se sobrepor em alguns aspectos (BESSA, 2011).

Em termos gerais, o conceito de comportamento antissocial faz referência a um conjunto de atos que infringem as normas sociais e os direitos dos demais, causando danos à sociedade e/ou a terceiros (pessoas, animais ou propriedades) (MARTORELL *et al.*, 2011). Tal definição, como apresentada, torna-se ambígua, dado que não define claramente um conjunto de ações ou critérios objetivos que delimitem que atos podem ser entendidos como antissociais (MARTÍNEZ, 2011). Esses aspectos refletem, de certa forma, o vínculo estabelecido entre o comportamento e contexto sociocultural em que ocorre (RUTTER, 2003), ao mesmo tempo em que englobam ações que vão desde atos menos severos, ligados apenas a certo grau de desaprovação social, até aqueles mais severos de violações as normas jurídicas (CZECH; KEMP, 2010; DODGE; COIE; LYNAM, 2006; ELLIOTT; MENARD, 1996).

Essa multiplicidade de perspectivas e definições tem motivado diversos autores a elaborarem propostas de sistematização e clarificação conceitual (FERNÁNDEZ, 2010; FRICK *et al.*, 1993; MOFFITT, 1993; OGILVIE *et al.*, 2011; PECHORRO, 2011; RHEE; WALDMAN, 2002; ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; RUBIA; MORALES, 2011; TUVBLAD, 2006). Ogilvie *et al.* (2011), por exemplo, tem operacionalizado os comportamentos antissociais a partir de três grandes critérios, que se diferenciariam com base no enfoque adotado, seriam eles: (1) transtornos clínico-psiquiátrico, a (2) violação de normas legais ou sociais e o (3) comportamento agressivo ou violento.

De forma complementar, Romero *et al.* (1999) defende que tal agrupamento conceitual pode ser mais bem descrito em função das linhas de pesquisa que os orientam, fundamentalmente, estes autores agrupam o número abrangente de definições com base nas aproximações/vertentes sociológicas, legais, clínico-psiquiátricas e comportamentais. Tal proposta de sistematização, por englobar aspectos concernentes às demais considerações, e ter sido foco de atenção de estudos recentes (FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008), será considerada no presente estudo e detalhadamente descrita a seguir:

1.1.1 Enfoque sociológico

Para o campo de estudo da Sociologia o conceito de comportamento antissocial tem sido visto como parte integrante de um conceito mais geral de desvio. (GONZÁLEZ, 2003) Dentro de tal perspectiva, os comportamentos tidos como desviantes, seriam aqueles que violam as normas sociais vigentes. (HIGGINS; BUTTLER, 1982) A norma, a que faz referência este enfoque, diz respeito a dois quadros conceituais distintos. (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Por um lado, aborda aqueles comportamentos tidos como normais, no sentido de estatisticamente frequentes na população. Nesta perspectiva o normal descreveria um conjunto de comportamentos ditos como “típicos” ou “frequentes” e que seriam socialmente aceitos dentro de um ambiente sociocultural específico; enquanto aqueles comportamentos tidos como “raro” ou “diferente” seriam compreendidos como desviantes. (SANTOS, 2008)

Tal forma de conceber os comportamentos desviantes, como aponta Pitch (1980), é limitada, pois diferente do entendimento clássico da sociologia acerca dos comportamentos desviantes, também enquadra dentro desta nomenclatura, ademais dos comportamentos antissociais, aqueles atos que desviam das normas de forma positiva, ou seja, os comportamentos ditos pró-sociais.

Por outro lado, ainda dentro do enfoque sociológico, uma perspectiva que parece ser mais adequada, é o entendimento da norma enquanto componente avaliativo, que define o que é “permitido”, “apropriado” ou “bom” em determinada cultura e tempo. (PIMENTEL, 2004) Nesta perspectiva, o termo desvio diria respeito não só a comportamentos não habituais, mas também faria referência a atos que desagradam ou são reprováveis pelos membros da sociedade em que são emitidos (HIGGINS; BUTTLER, 1982). Não obstante, ainda que tal proposta pareça mais restritiva, também tem recebido críticas acerca do seu relativismo cultural.

Em termos gerais, na visão sociológica, o desvio não seria característica intrínseca do comportamento em si, mas a atribuição dada a este por um contexto sociocultural específico (BENAVENTE, 2002). Tal característica dificulta sua operacionalização e utilização em diferentes estudos, dado que, dentro desse enfoque, um mesmo ato pode ser considerado desviante desde o ponto de vista da maioria da sociedade, mas aceitável para um subsistema cultural específico do qual o indivíduo faz parte.

1.1.2 Enfoque Clínico-Psiquiátrico

O enfoque clínico-psiquiátrico tem sido um dos que historicamente mais contribuiu para o aprofundamento do entendimento científico dos comportamentos antissociais (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Partindo das tradições psiquiátricas e psicopatológicas, os comportamentos antissociais têm sido empregados, por tais disciplinas, como um dos componentes definidores de diversos transtornos, como o desafiador opositivo, o de conduta, o de personalidade antissocial ou dissocial e a psicopatia. (OGILVIE *et al.*, 2011) Tal classificação, como afirma Santos (2008), goza de longa tradição no estudo científico dos comportamentos antissociais e tem como núcleo definidor os critérios diagnósticos contidos no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-IV-TR) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Nesse sentido, ainda que tais sistemas empreguem nomenclatura e classificações distintas (HILL, 2002), em ambos, encontram-se categorias diagnósticas, cujos conteúdos se assemelham a esfera conceitual dos comportamentos antissociais (RUTTER; GILLER; HAGELL, 1998). A exemplo, pode-se citar o ***Transtorno Desafiador Opositivo***, caracterizado por recorrentes, pelo menos nos últimos seis meses, atos de negação, de desafio, de desobediência e de hostilidade frente a figuras de autoridade. (APA, 2002) Quando tal padrão comportamental mostra-se persistente, perdurando após os 18 anos, compõe o diagnóstico do ***Transtorno de Conduta***, cujo padrão comportamental consiste na violação do direito dos outros e das normas sociais específicas da idade. Tais violações podem ser agrupadas em quatro eixos principais, a saber: (1) ameaças físicas ou atos agressivos que visam prejudicar outras pessoas ou animais; (2) condutas não agressivas que provocam dano ou perda ao patrimônio; (3) engano ou roubo e (4) sérias violações as normas. (APA, 2002)

Dentro de tal quadro, em consonância com o que propõe Moffit (1993) na sua taxonomia da delinquência, o transtorno de conduta também pode ser categorizado em dois subtipos: os de início na infância, no qual o indivíduo apresenta comportamentos condizentes

com o critério diagnóstico antes dos dez anos; e os de início na adolescência, subtipo no qual há relatos de comportamentos inapropriados somente após os esta idade.

A semelhança dos critérios propostos no DSM-IV, a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) também apresenta categorias diagnósticas associadas à emissão de comportamentos antissociais, a exemplo do *Transtorno de Personalidade Dissocial*, subcategoria do eixo “Transtornos da Personalidade e do Comportamento do Adulto”. Tal agrupamento compreende diversos estados e tipos de comportamento clinicamente significativos que tendem a persistir e guiar o modo como o indivíduo estabelece relações consigo próprio e com os outros. Especificamente, no que consiste ao Transtorno de Personalidade Dissocial, este pode ser entendido como um padrão persistente de desobediência às normas sociais e ausência de empatia. (OMS, 2000)

Indivíduos diagnosticados com *Transtorno de Personalidade Dissocial* apresentam desvio considerável entre o comportamento e as normas sociais estabelecidas, baixa tolerância à frustração, nível alto de agressividade e de violência, bem como comportamentos disfuncionais persistentes, não facilmente modificáveis pelas experiências. Tal quadro pode receber ainda nomenclaturas distintas, como: Transtorno de Personalidade Amoral, Antissocial, Associal, Psicopática e Sociopática. (OMS, 2000)

Não obstante tais formulações, ainda que o enfoque clínico-psiquiátrico tenha originado um amplo quadro de pesquisas, tornando-se uma importante linha de estudo dentro da temática dos comportamentos antissociais. A perspectiva categorial, própria deste enfoque, tem gerado limitações na análise dos mecanismos envolvidos na sua etiologia e no seu desenvolvimento (ROMERO, SOBRAL E LUENGO, 1999).

1.1.3 Enfoque Criminológico (Violação das normas e leis)

Para o enfoque criminológico, a operacionalização dos comportamentos antissociais inclui a criminalidade e a delinquência e está diretamente relacionado à violação de normas jurídicas (OGILVIE *et al.*, 2011). Especificamente, no que consiste ao delito, esse pode ser compreendido como a designação legal de comportamentos que violam a lei, ressalta-se que, em termos gerais, o conceito de delito não é uma característica inerente ao comportamento, mas, define sim, ações contrárias as normas juridicamente estabelecidas (KAZDIN, 2005).

Uma vez que tais normas dependem necessariamente dos valores presentes em cada época e cultura, a definição de delinquência proposta pelo enfoque criminológico é dotada de certa relatividade, não sendo possível uma definição absoluta de quais atos são ou não

delitivos (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; LUZES, 2010). Como efeito, algumas violações, a exemplo do assalto, do furto, do homicídio e do estupro, são ilegais independentemente da idade de quem os comete, ao passo que outras, como consumir bebidas alcoólicas ou dirigir, passam a ser ilegais apenas se emitidos em idades específicas. No que consiste a relatividade cultural, também podemos citar comportamentos como o consumo de drogas, que em contexto brasileiro é tipificado como crime, enquanto em outros países, como a Holanda, é regulamentado.

Em suma, como aponta Santos (2008), a relatividade que acompanha o conceito jurídico de delinquência constitui um dos principais problemas das pesquisas desenvolvidas dentro do enfoque criminológico, o que tem restringido estudos científicos do fenômeno nesse campo. Adicionalmente, outro aspecto que dificulta o acúmulo e a integração de conhecimentos, refere-se ao fato de que só uma pequena parcela das pessoas que cometem delitos são detectadas pelas estatísticas oficiais, principal ferramentas de pesquisa utilizadas nesse campo, tornando os resultados obtidos pouco representativos do conjunto de pessoas que realmente estão envolvidas em condutas delitivas (THORNBERRY; KROHN, 2000).

Considerando esses aspectos, como aponta Romero, Sobral e Luengo (1999), o enfoque criminológico se opõe a visão comportamental da delinquência, segundo a qual o ato delitivo possui uma existência própria, independentemente das etiquetas que lhe são atribuídas. Sob tal perspectiva, os comportamentos delitivos podem ser realizados por qualquer indivíduo da sociedade, não se restringindo a aqueles apresentados por pessoas institucionalizadas ou detectadas pelas instituições de controle (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Desse modo, pode-se assumir que, para a Psicologia e para o desenvolvimento de teorias explicativas dos comportamentos antissociais, a concepção de delito como fenômeno comportamental se torna mais adequada, quando comparada às noções de atribuição social (enfoque sociológico), de categoria diagnóstica (enfoque clínico-psiquiátrico) e de etiqueta (enfoque criminológico).

1.1.4 Enfoque Comportamental

Desde um enfoque mais comportamental, o comportamento antissocial pode ser entendido como conduta clinicamente significativa, conduta delitiva e/ou atos puramente antinormativos (FERNÁNDEZ, 2010). Com o objetivo de superar os limites conceituais presentes nas perspectivas anteriores, o enfoque comportamental incorpora, em sua definição

de antissocial, não apenas o delito, mas, também, condutas que, apesar de não serem ilegais, são considerados prejudiciais à sociedade (ROMERO, 1996). Tal característica, como aponta Romero (1996) merece especial atenção, uma vez que muitos dos comportamentos antissociais não chegam a ser tão frequentes ao ponto de atenderem aos critérios do diagnóstico psiquiátrico, nem tão graves para serem detectados pelos sistemas oficiais de controle.

Dentro de tal concepção, situar os comportamentos antissociais, para além dos limites impostos pelos enfoques psiquiátricos e legais, tem sido uma ideia amplamente discutida, levando diversos pesquisadores a proporem modelos distintos para tal construto (BLACKBURN, 1993; CATALANO; HAWKINS, 1997; MOFFITT, 1993; THORNBERRY, 1996). A fim de contextualizar esse quadro histórico, algumas tentativas de definição do conceito serão apresentadas a seguir.

Para Castell e Carballo (1987), os comportamentos antissociais podem ser entendidos dentro de uma graduação de condutas, a saber: (1) inaptidão social; (2) comportamento desviante; e (3) condutas delitivas. Nessa definição, o primeiro grupo de comportamentos engloba atos que, embora se distanciem das normas sociais, podem ou não ser tidos como perigosos ou danosos; ao passo que, o segundo grupo diz respeito a comportamentos que, apesar de violarem as normas sociais vigentes, nem sempre são penalizados; no que consiste a terceira graduação destes comportamentos, enquadram-se as condutas que, além de desviarem das normas sociais, também são transgressões das normas legais e, por isso, passíveis de sanções penais.

Outra proposta encontrada é a de Sánchez (1987), que traz a definição de comportamentos antissociais como mais ampla do que o conceito de delito e implica, necessariamente, a violação de normas sociais, sem, no entanto, ser imprescindível a transgressão de normas jurídicas. Em outra perspectiva, Achembach (1991), avaliando problemas comportamentais infantis, tem adotado um modelo bidimensional (internalizante/externalizante), sendo, conforme o autor, a dimensão externalizante caracterizada por padrões de comportamentos antissociais, composta por dois fatores: o comportamento delitivo e o agressivo.

A exemplo de Achembach (1991), Kazdin (1996) e Kelley et al (1997) também subdividem os comportamentos desviantes em dois eixos: agressão e delinquência. Para Kazdin (1996), o comportamento agressivo é caracterizado por comportamentos como luta, crueldade com animais e destruição de propriedade; ao passo que, os comportamentos delinquentes dizem respeito a atos mais graves como furto, atos incendiários e roubos. Kelly

et al. (1997) adota nomenclatura distinta, fazendo referência a padrões comportamentais manifestos (*overt*) e encobertos (*covert*), sendo o primeiro ligado a presença de condutas agressivas e o segundo, relacionado a crimes contra a propriedade e conflito com figuras de autoridade (KELLEY *et al.*, 1997).

Complementarmente, ainda dentro da perspectiva dos problemas comportamentais infantis, Storvoll *et al.* (2002) apontam que o comportamento antissocial é mais bem operacionalizado em três dimensões correlacionadas, sendo a primeira (*overt*) relativa às condutas agressiva e de oposição à escola; a segunda (*nondestructive covert*), de evitação do controle por adultos; e por último a terceira (*destructive covert*) incluiria atos mais graves como roubo e vandalismo.

Quando considerado o comportamento antissocial em adultos, López, López-Soler e Freixinos (2003), adotando uma perspectiva mais pragmática, a exemplo de Seisdodos (1988) e Scaramella *et al.* (2002), define-os como qualquer comportamento socialmente inaceitável e que ignora o direito dos outros. Tais comportamentos podem variar entre atos relativamente menos severos (puramente antissociais), responsáveis por pequenos incômodos, como pichação e trotes, a aqueles tidos como mais severos (delitivo), que infringem as normas juridicamente estabelecidas e, portanto, são passíveis de sanções legais, a exemplo do roubo, da agressão física e dos crimes contra a propriedade.

A adoção da perspectiva bifatorial também é defendida por Burt (2009) que, ao revisar a literatura da área, indica que tal modelo parece ser mais adequado frente à proposta unifatorial. Segundo esse autor, os comportamentos antissociais se apresentam agrupados em dois subtipos, o agressivo-opositor e o de quebra de norma/delinquente; os quais possuem etiologias diferentes, sendo o primeiro de caráter mais genético e o segundo de determinação mais ambiental.

Adicionalmente, Houghton e Carroll (2002) defendem a perspectiva mais dimensional, apontando os comportamentos delinquentes ou de risco como um *continuum* de comportamentos que desviam das normas sociais tradicionais e que podem resultar em consequências disciplinares ou punição grave. Para esses autores, tal espectro de comportamento vai desde atos que são simplesmente socialmente não aceitáveis, como ausência da escola, discussão com professores, passando a outros atos que são ilegais, em virtude da idade de quem os comete (por exemplo, uso de substância e condução de veículo), até aqueles que são ilegais independentemente da idade do infrator (por exemplo: agressão, vandalismo, estupro, roubo).

De forma complementar, Czech e Kemp (2010) sugerem a adoção da proposta defendida por Blumstein *et al.* (1986) de que os indivíduos que cometem tais atos variam qualitativamente em quatro dimensões, a saber: (1) a prevalência, (2) a frequência dos comportamentos, (3) a duração da carreira criminal e (4) a gravidade dos atos realizados. Sob tal perspectiva, os autores defendem que os comportamentos antissociais podem ser representados em três níveis distintos de severidade, os quais são listados em ordem crescente de severidade: (1) delinquência (pequenos roubos, vandalismo e perturbação da ordem pública); (2) imprudência e danos pessoais (uso de drogas) e (3) comportamentos antissociais graves (roubo de veículos, de tráfico de drogas).

A luz dessas considerações, confia-se que a denominação comportamento antissocial seja o termo mais adequado para fazer referência a um padrão comportamental caracterizado pela violação de normas sociais e dos direitos dos demais que pode estar presente da infância a idade adulta. A adoção do termo se justifica por representar um amplo espectro de comportamentos que vão desde condutas meramente problemáticas até atos mais graves, que envolvam violência e/ou delito.

Dentro deste quadro e com base na revisão realizada, define-se, aqui, comportamentos antissociais como atos de força, de fraude ou de desvio das normas que promovam ganhos, em curto prazo, com baixo custo de resposta, sendo potencialmente danosos para quem os emite e/ou para quem são direcionados. Essa definição, conforme proposta, engloba as anteriormente citadas, pois congrega tanto atos considerados delito pelo enfoque criminológico; quando atos considerados delitivos para algumas alguns contexto, mas não para outros (prostituição, consumo e venda de drogas), até atos potencialmente menos danoso (mentir; ser desordeiro; beber em espaços públicos) que, ainda que não sejam passíveis de sanções legais, causam incomodo ou pequenos danos

Não obstante tal definição, a estrutura do construto, mostra-se ainda pouco conclusiva. Neste sentido, a proposição de um modelo, com suporte empírico, que melhor se adegue constitui um dos objetivos desta dissertação.

1.2 Teorias explicativas dos comportamentos antissociais

Em função da expressividade dos problemas relacionados a emissão dos comportamentos antissociais, um número significativo de estudos tem sido desenvolvido com o objetivo de compreender que variáveis podem estar envolvidas em sua origem (ELEY; LICHTENSTEIN; MOFFIT, 2003; HABERSTICK *et al.*, 2014; MARINHO; CABALLO,

2002; MOFFIT, 1993; PATTERSON; DEGARMO; KNUTSON, 2000; TAYLOR; IACONO; MCGUE, 2000). Como afirma Moffit (2005) a avaliação das origens e do desenvolvimento dos comportamentos antissociais é um importante campo de estudo não só na psicologia, mas também na criminologia, na sociologia, na psiquiatria e em outras áreas afim.

Diante de tal perspectiva, diversos teóricos têm feito contribuições relevantes para a compreensão do construto, sendo assim, para garantir um melhor entendimento de como alguns fatores podem estar associada a emissão desses comportamento, optou-se por apresentar brevemente, três das principais teorias existentes:

1.2.1 Teorias da Anomia

Várias abordagens que estudam o comportamento humano, principalmente a delinquência e o crime, abordam o conceito de anomia (DELISI; CONIS; BEAVER, 2012). Utilizando-se desse conceito, Durkheim (2010) defende que a criminalidade e a delinquência são aspectos inerentes a toda e qualquer sociedade, sendo impossível que todas as pessoas tenham a mesma consciência moral e/ou ajam igualmente. Neste sentido, para tal autor, o desvio é algo esperado dentro da variação normal do comportamento humano, sendo inevitável a existência do comportamento criminoso. (DURKHEIM, 2010)

Tal característica parece ser mais relevante em sociedade mais complexas, onde predominam a divisão do trabalho e a diferença de classes sociais (RIBEIRO, 2013). Neste tipo de organização, as pessoas são menos homogêneas e as formas de controle social tradicionais não são mais eficazes para o controle do comportamento, pois há uma maior valorização daquilo que é individual frente ao que é coletivo. Neste sentido os indivíduos se unem não mais por serem semelhantes, mas por haver uma interdependência social entre eles (DURKHEIM, 2010). Quanto tal sentimento de interdependência é quebrado, estado dito anômico, o antigo sentimento de solidariedade orgânica é substituído, prevalecendo comportamentos mais ligados a consciência individual, frente à consciência coletiva, propiciando um ambiente em que crimes e outros atos antissociais podem florescer (REID, 2011).

Apropriando-se de tal conceito, Merton (1957) postula que todas as sociedades fornecem a seus membros objetivos a serem alcançados (metas ou coisas que as pessoas acreditam que valem a pena lutar por elas) e meios legítimos (são métodos socialmente aprovados, definidos culturalmente e, portanto, dizem respeito às normas sociais) de atingi-los, ainda que nem todos os seus membros tenha oportunidade idênticas de acesso a esses

meios. Conforme tal proposição, o estado de anomia, nada mais seria do que a redução do compromisso com as normas ou a busca dos objetivos, causada pela tensão entre a necessidade de alcançar as metas valorizadas pelo seu meio social e a ausência de meios legítimos para obtê-las (CARRILHO, 2000).

Diante desta constatação, tal autor descreve uma tipologia composta por quatro modos de adaptação do sujeito ao estado de anomia: o primeiro nomeado de ritualismo, é caracterizado pela supressão dos objetivos e manutenção dos meios legítimos; enquanto o segundo, chamado de retirada ou afastamento, corresponde ao meio menos comum de adaptação e é caracterizado pelo afastamento social e a rejeição tanto dos objetivos quanto dos meios socialmente aceitos; uma variação deste modo, corresponderia ao que Merton chama de rebelião, no qual, ainda que o sujeito rejeite tanto os objetivos quanto do meios socialmente aceitos, tenta modificar o sistema existente criando novos objetivos e meios de obtenção (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005).

Por fim, podemos citar o modo de adaptação nomeado inovação, que representa a aceitação dos objetivos, mas uma rejeição dos meios legítimos de obtê-los, tal adaptação explicaria a emissão de atos antissociais, como furtos a lojas, fraudar um exame, prostituição entre outros, nos quais o indivíduo para alcançar metas valorizadas socialmente, utiliza-se de meios inovadores (não legítimos) (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005).

Não obstante, ainda que a teoria da anomia tenha sido amplamente utilizada, sendo seminal para o desenvolvimento de teorias posteriores, como a Teoria da Tensão Geral de Agnew (1992); a Teoria da Anomia Institucional de Messner e Rosenfeld (1994), críticas e reformulações têm sido sugeridas ao longo dos anos, indicando a necessidade de se considerar ademais dos fatores macrossociais, fatores microssociais e individuais no tipo de adaptação a ser escolhida pelo indivíduo (BREZINA, 2011).

1.2.2 Teorias da Aprendizagem

Em resposta a essas contestações, novas teorias passam a considerar em seus quadros, não apenas a influência ou determinação da estrutura social sobre o comportamento antissocial, mas também que fatores explicam o fato de que nem todas as pessoas expostas a tais condições, respondem da mesma forma (REID, 2011). A exemplo, podemos citar as formulações das teorias da aprendizagem, que buscam expor a importância da aprendizagem na explicação do comportamento criminoso.

Um dos precursores deste pensamento foi o criminologista e sociólogo francês Gabriel Tarde, considerado criador da teoria da imitação, posteriormente reformulada por Albert Bandura. Em seus textos, Tarde (1886) defende que as pessoas não nascem criminosas, mas aprendem a agir de tal forma ao longo do tempo por processo de imitação e sob o domínio de exemplos. Com base nesta premissa, Tarde formula sua teoria da imitação, através da qual explica tanto a aquisição de comportamentos antissociais, quando a de pró-sociais.

Em suas formulações teóricas Tarde apresenta três leis que explicariam o processo de aquisição do comportamento por meio da imitação. A primeira versa sobre o grau de contato social, na qual os indivíduos tendem a imitar outros à medida que estão em contato mais próximo com estes; a segunda define que a direção da imitação sempre dar-se-á de uma posição inferior para uma superior. Por fim, a terceira lei versa sobre a substituição de métodos mutualmente excludentes, na qual a aquisição de um novo método provoca a substituição do mais antigo. Conforme ilustra o próprio Tarde em seu livro *Filosofia Penal* tal lei explicaria o agravamento progressivo das infrações cometidas por um criminoso ao longo de sua carreira criminal (TARDE, 1912).

A semelhança do ocorrido com a teoria da anomia, a negligência das influências biológicas, psicológicas e econômicas na aquisição do comportamento, especialmente os ditos antissociais, levaram em grande parte a rejeição da teoria da imitação de Tarde (REID, 2011). Não obstante, ainda que tal teoria tenha sido alvo de diversas críticas, sua influência ainda pode ser percebida em outros teóricos da aprendizagem, a exemplo de Bandura (1978; 2011) e seus estudos sobre a influência dos meios de comunicação sobre o comportamento, especialmente o criminal.

Ademais, também merece destaque a teoria da Associação Diferencial de Sutherland. Para tal teórico, assim como qualquer outro tipo de comportamento, o comportamento criminoso também é aprendido, não sendo as variáveis ambientais ou hereditárias responsáveis por explicá-los diretamente, mas sim, em interação com processo de aprendizagem (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974).

Conforme tal premissa, o engajamento em crimes e outros atos antissociais dependeria, como o próprio autor denomina, de um processo de associação diferencial, o que necessariamente implica um processo de interação com outras pessoas, que deve ocorrer preferencialmente dentro de pequenos grupos, como família, gangues e grupo de amigos, promovendo ao indivíduo a aprendizagem de técnicas que o ajudem a cometer tais atos (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974).

1.2.3 Teorias do Controle

Diferentemente dos teóricos anteriormente citados, os pesquisadores ligados às teorias do controle buscam explicar não porque os indivíduos infringem as normas, mas que fatores fazem com que estes a cumpram (BRITT; GOTTFREDSON, 2011). Segundo tal perspectiva teórica, é natural que os indivíduos queiram cometer crimes, sendo necessário, assim, fatores protetores que os levem a não cometê-los. Ou seja, aqueles que cumprem com as normas, o fazem por que foram socializados a não cometerem atos que as infringam, já aqueles que não a seguem, o fazem devido a uma ausência de controle adequado (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

Sob tal perspectiva, o comportamento antissocial pode ser entendido como resultado de um controle social ineficaz. Para Nye e Reiss (NYE, 1958; REISS, 1951) tal mecanismo de controle pode ser expresso de duas formas, sendo eles: as pessoas e os sociais. O primeiro diz respeito a aqueles já internalizados durante o processo de socialização do indivíduo, enquanto o segundo corresponde aos controles sociais formais, como as leis; e controles informais (normas familiares, escolares, etc).

Em refinamento da teoria Hirschi (2002), centra suas análises sobre o vínculo social, ou seja, a vinculação do indivíduo com a sociedade. Para este autor, é a força de tal vínculo que faz com que o sujeito se abstenha de cometer crimes ou desvios, mesmo com a presença de pressões e oportunidades para tal. Nos últimos anos, com o intuito de ampliar a abrangência dessa teoria, Hirschi em colaboração com Gottfredson formulou a Teoria Geral do Crime (TGC), na qual a proposição original de vinculação social é complementada pelo conceito de autocontrole, o qual consiste na tendência de evitar atos que impliquem ganhos em longo prazo, frente a recompensas imediatas (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

Por meio da TGC, Gottfredson e Hirschi (1990) tentam explicar todos os atos de desvio e comportamento criminosos, uma vez que o crime nada mais seria do que uma maneira fácil e rápida de se atingir ganhos imediatos. Neste sentido, pessoas com baixo autocontrole seriam mais propensas a cometer crimes ou outros tipos de desvios, uma vez que prezariam pela busca de gratificações imediatas, bem como de formas simples e rápidas de consegui-las, sem a necessidade de habilidade de planejamento em longo prazo (GOODE, 2008). Mais especificamente o autocontrole não causaria o crime ou desvio, mais associado a condições facilitadoras (oportunidades), permitiram tais atos (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

Concretamente, o conceito de autocontrole conforme formulado por Gottfredson e Hirschi, englobaria seis características inter-correlacionadas: (1) interesse por experiências arriscadas; (2) baixa tolerância à frustração e alta frente à dor; (3) preferência por tarefas simples frente às complexas; (4) egocentrismo e indiferença pelas necessidades e desejos dos outros (5) orientação voltada para o aqui e o agora; e (6) inabilidade para planificar o comportamento e planejar objetivos em longo prazo (PINTO, 2012).

O interesse por questões metodológicas subjacentes a temática dos comportamentos antissociais aparecem bem documentados em diversas publicações (BENDIXEN; ENDRESEN; OLWEUS, 2003; FAZEL *et al.*, 2012; FONSECA, 2002; HINSHAW; SIMMEL; HELLER, 1995; HUIZINGA; ELLIOTT, 1986; PAUWELS; SVENSSON, 2008; THORNBERRY; KROHN, 2000). Refletindo o progresso ao longo dos últimos anos, existe, atualmente, no campo de estudo dos comportamentos antissociais, a presença de um elevado número de técnicas e delineamentos de pesquisa (FONSECA; SIMÕES 2002).

Nesse contexto, a adoção de uma ou outra técnica, dentre as várias existentes, parece obedecer a critérios bastante diversos, como a natureza do estudo, meios disponíveis no momento e a própria orientação teórica do pesquisador (FONSECA; SIMÕES 2002). Com efeito, como afirmam estes autores, ainda que seja consensual a prevalência de técnicas específicas dentro de cada área de estudo, a exemplo dos estudos correlacionais e experimentais em Psicologia Social; os estudos etnográficos na abordagem sociológica; os estudos epidemiológicos em Psiquiatria; não é raro encontrar, em pesquisas acerca dos comportamentos antissociais, pesquisadores que adotem delineamentos mais complexos, conjugando, por exemplo, métodos quantitativos e qualitativos ou transversais e longitudinais em um único estudo.

Tais características tornam necessária a realização de uma breve revisão do histórico da mensuração dos comportamentos antissociais, antes que sejam abordadas mais detalhadamente as medidas de autorrelato, foco do presente trabalho.

2.1 Perspectiva Histórica da Mensuração dos Comportamentos Antissociais

Tradicionalmente, os pesquisadores ligados a temáticas como a violência, a delinquência e os comportamentos antissociais, em termos mais gerais, têm adotado duas formas principais para obtenção de dados: (1) a verificação de registros oficiais e a (2) utilização de medidas de autorrelato (*self-reported*) (SIEGEL, 2010). A utilização dessas ferramentas não difere apenas em aspectos puramente técnicos, mas também levam consigo entendimentos diferentes acerca do construto avaliado (LUENGO *et al.*, 1999). Divergências que se tornam claras, sobretudo, quando analisadas as taxas de prevalência dos comportamentos antissociais produzidas, sendo as medidas de autorrelato responsáveis por índices estatisticamente superiores a aqueles observados em estudos com registros oficiais (KAZDIN, 2005).

Conforme revisão realizada por Thornberry e Krohn (2000) a utilização de dados provenientes de registros oficiais remonta aos primeiros estudos realizados para quantificar as taxas de delinquência na América do Norte, nos quais era comum o levantamento de informações em registros policiais e relatórios judiciários. Tais estudos comentam os autores, tinham como objeto de análise as características sociodemográficas (estrutura familiar, área de moradia, nível socioeconômico, etc.) dos indivíduos ditos delinquentes e foram historicamente responsáveis pela forte estigmatização de grupos sociais menos favorecidos (THORNBERRY; KROHN, 2000).

Tal fato reflete a noção atual de que, embora pareçam fontes confiáveis de dados, a produção de generalizações a partir dos dados obtidos por registros oficiais traz consigo uma série de vieses, uma vez que estes são influenciados não apenas pela taxa real de delinquência, mas também por comportamentos e crenças dos agentes de controle (LUENGO *et al.*, 1999). Característica que os torna pouco representativos da população de indivíduos que praticam atos delitivos, dado que englobariam não sua incidência real, mas sim uma pequena parcela: aqueles que foram detectados e sancionados pelos sistemas legais (KAZDIN, 2005).

Frente às dificuldades produzidas pela adoção da técnica de registros oficiais e dada a dificuldade e altos custos de operacionalizar outras técnicas, com a observação comportamental direta e a entrevista, a adoção das medidas de autorrelato surgiu como uma alternativa eficaz para minimizar os vieses produzidos pelos registros oficiais no campo de estudo dos comportamentos antissociais.

De fato, como afirmam Thornberry e Krohn (2000), o incremento de informações produzido pelo emprego de medidas de autorrelato, garantiu a sua predominância nos estudos desenvolvidos a partir da década de cinquenta. Ainda que, inicialmente, a utilização de tal técnica tenha sido marcada por desconfianças acerca da sua empregabilidade nesse campo, dado o cunho eminentemente negativo do construto. Múltiplos estudos têm, sistematicamente, comprovado a adequação psicométrica da utilização de tais ferramentas, que, conforme resultados apresentados, demonstram índices satisfatórios de consistência interna, de precisão teste-reteste, de validade preditiva e de critério (BENDIXEN; ENDRESEN; OLWEUS, 2003; BENDIXEN; OLWEUS, 1999; FAZEL *et al.*, 2012; HUIZINGA; ELLIOTT, 1986).

Ao mesmo tempo, como apontam Elliott, Huizinga e Menard (1989) o emprego de medidas de autorrelato para avaliação dos comportamentos antissociais demonstra-se mais adequado, sobretudo quando consideradas amostras provenientes da população geral. Tal característica tem proporcionado avanços para além dos já tradicionais estudos realizados com indivíduos institucionalizados, considerando para tanto uma perspectiva mais dimensional do

fenômeno, independentemente de sua identificação ou não pelos registros oficiais e/ou instituições de controle (OTERO-LÓPEZ, 1996).

Considerando todos esses aspectos, a adoção de instrumentos de autorrelato, além das vantagens já explicitadas, também têm sido responsáveis pela ampliação no entendimento dos fatores explicativos dos comportamentos antissociais (ELLIOTT; HUIZINGA; MENARD, 1989). De fato, tal perspectiva tem dotado o estudo dos comportamentos antissociais de relativa flexibilidade, permitindo a construção e adaptação de medidas com base no interesse concreto de cada pesquisador, característica inexistente na utilização de registros oficiais, uma vez que esses são, fundamentalmente, elaborados para a utilização das instituições que os desenvolvem, não permitindo modificações que facilitem a obtenção de dados específicos a cada estudo (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

2.2 Principais Instrumentos de Mensuração dos Comportamentos Antissociais

Tendo em conta tais características, ainda que se reconheça que as ferramentas de avaliação dos comportamentos antissociais não se limitem aos instrumentos de autorrelato, no presente tópico, dadas as vantagens observadas na aplicação desse tipo de medidas e dos objetivos do estudo, optou-se por descrever alguns dos principais instrumentos de autorrelato que têm sido aplicados na avaliação dos comportamentos antissociais em diversos países.

2.2.1 Self-Report Antisocial Behavior Scale - National Youth Survey – SRD (ELLIOTT; HUIZINGA; AGETON, 1985)

Os primeiros estudos de abrangência nacional, utilizando ferramentas de autorrelato específicas para avaliação dos comportamentos antissociais, foram os realizados ao final da década de 70 com financiamento do Instituto Nacional de Saúde Mental e do Instituto Nacional de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência (THORNBERRY; KROHN, 2000). Com caráter epidemiológico, tais pesquisas buscavam, por meio de uma série de estudos longitudinais, avaliar a prevalência do comportamento delitivo em adolescente. Dentre os instrumentos utilizados, um que ganhou significativo destaque foi o *Self-Report Antisocial Behavior Scale*, proposto por Elliott, Huizinga e Ageton (1985). Tal escala é composta por 45 itens que representam comportamentos delitivos específicos (por exemplo: “propositalmente danificadas ou destruídas propriedade pertencente a uma escola.”) e que devem ser assinalados pelo respondente conforme a emissão destes durante o último ano, sendo a

pontuação total da escala utilizada como um indicador de delinquência. Deve-se destacar que entre os itens que compõem a escala, 7 deles avaliam especificamente comportamentos associados ao uso de ilegal de drogas.

2.2.2 *Bergen Questionnaire on Antisocial Behaviour (BQAB) (BENDIXEN; OLWEUS, 1999)*

Outro instrumento citado na literatura é o *Bergen Questionnaire on Antisocial Behaviour*, desenvolvido em 1999, por Bendixen e Olweus, para avaliação do comportamento antissocial em adolescentes e jovens adultos escolarizados da Noruega. Para a construção dos 35 itens que compõem a escala, diversos instrumentos foram examinados, a exemplo do *Self-Report Antisocial Behavior Scale (SRD)* (ELLIOTT; HUIZINGA; AGETON, 1985).

Em estudos de validação e normatização da medida, contou-se com uma amostra representativa de mais de 2.000 jovens escolarizados da cidade de Bergen. Esses estudos comprovaram a adequação psicométrica da escala, tendo esta obtido valores satisfatórios de consistência interna e precisão teste-reteste (0,86 e 080, respectivamente). Tais resultados corroboraram a proposta dos autores de avaliar os comportamentos antissociais por meio de sete sub-escalas: 1) Escala de Desvio Severo, 2) Escala de Desvio Leves, 3) Escala de Sanções, 4) Escala de Drogas Uso de Drogas Ilegais, 5) Escala de Uso de Álcool e Cigarro, 6) Escala de Violência e 7) Escala de Atividades em Gangue. Sendo para tanto considerada uma escala de resposta de três pontos (“não”, “uma vez” e “duas ou mais vezes”), na qual o respondente deveria indicar a frequência com que cometeu os 35 atos (itens) listados.

2.2.3 *Comprehensive Misconduct Inventory – CMI (Williams; Paulhus, 2004)*

Outra medida que também teve por base o instrumento proposto por Elliott, Huizinga e Ageton (SRD; 1985) é o *Comprehensive Misconduct Inventory*, instrumento de autorrelato que conta com itens desenvolvidos para avaliar um conjunto abrangente de atos antissociais que vão desde pequenas condutas inapropriadas a delitos severos. O CMI, conforme proposição dos seus autores, foi criado para ser uma alternativa aos tradicionais instrumentos de avaliação dos comportamentos antissociais, tendo por objetivo ser breve e de fácil aplicação, o que o torna apto a ser utilizado em pesquisa com grandes amostras não clínicas.

Como o intuito de abranger uma ampla gama de comportamentos, a escala é composta por 58 itens distribuídos em cinco fatores: 1) Crimes Menores (por exemplo, furtos e plágio); 2) Crimes Graves (por exemplo, roubo de carros e estupro); 3) Intimidação/Assédio (por

exemplo, intimidação física e *bullying*); 4) Comportamentos contra figuras de Autoridade (por exemplo, agredir verbalmente, professores ou outras autoridades); 5) Mau comportamento no Trânsito (por exemplo estacionamento ilegal, excesso de velocidade). Tal estrutura tem sido comprovada em estudos subseqüente (WILLIAMS; PAULHUS; HARE, 2007).

Ademais dos itens que compõem a versão básica da escala, foram acrescentados 9 itens referentes especificamente ao consumo de drogas. Tais itens, conjuntamente com os outros 58 que compõem a versão básica, permitem o cálculo da pontuação global no instrumento, referente ao comportamento antissocial global. As pontuações obtidas com tal composição têm apresentado correlações positivas com escalas de psicopatia (FRICK *et al.*, 2003).

2.2.4 *Self-Report Delinquency Interview – SR-DI* (WANG *et al.*, 2013)

O *Self-Report Delinquency Interview* (SR-DI) foi desenvolvido, em contexto estadunidense, para ser uma medida de autorrelato empregada na avaliação dos comportamentos antissociais adequada para utilização em amostras de crianças e adolescentes. Este instrumento foi construído com base em diversas medidas já existentes, a exemplo do *Self-Report Delinquency - Pittsburgh Youth Study* (SRA; LOEBER; FARRINGTON, 1998) e do *Self-Report Antisocial Behavior Scale - National Youth Survey*.

Conforme proposição dos seus autores, a SR-DI é composta por 33 itens que representam diversos comportamentos antissociais passíveis de serem emitidos em contexto familiar e escolar. Tais itens se encontram agrupados em duas dimensões: (1) os comportamentos não agressivos, referentes à evasão escolar, violações leves de regras e pequenos roubos; e (2) os comportamentos agressivos que envolvem atos de violência contra familiares e não familiares e ações relativas a vandalismo. A SR-DI vem sendo utilizada em estudos que examinam diferenças etiológicas entre os comportamentos antissociais agressivos e não agressivos (WANG *et al.*, 2013) e tendo obtido bons índices da validade de construto, apresentando-se significativamente correlacionadas as escala de Quebra de Regras e Agressão do *Child behavior checklist* (CBCL; ACHEMBACH, 1991).

2.2.5 *Delinquent Activities Scale – DAS* (REAVY *et al.*, 2012)

A construção da DAS também teve por base a *Self-Reported Delinquency Scale*. Tal ferramenta foi concebida para avaliar atos delinquentes específicos, bem como a contribuição do álcool e da maconha para a sua ocorrência. A escala é composta por 40 itens que

descrevem uma variedade de comportamentos problemáticos. Com base na escala de resposta proposta, os respondentes devem indicar se já cometeram ou não algum dos comportamentos, apresentados nos 40 itens que compõem a escala; a idade da primeira, última vez que cometeram tal comportamento e, posteriormente, quantas vezes tais comportamentos foram emitidos sob o efeito de álcool ou de maconha. A DAS também busca avaliar o nível de remorso apresentado pelo entrevistado, através de questões como: níveis de satisfação com suas ações e se repetiriam tais ações em situação similar. Conforme estudo de validação realizado, a medida tem demonstrado sua validade incremental concorrente e preditiva.

2.2.6 *Normative Deviance Scale – NDS (VAZSONYI et al., 2001)*

Dentre as medidas de comportamento antissocial listadas, uma das que tem apresentado especial atenção à possibilidade de aplicabilidade transcultural tem sido a *Normative Deviance Scale*, tal instrumento, conforme proposição de seus autores, visa medir desvio comportamental de adolescentes de forma a capturar a conduta de violação as normas em diversas culturas, especialmente aquelas investigadas pelo *International Study of Adolescent Development (ISAD)*, estudo multicêntrico no qual a medida vem sendo empregada.

Para alcançar tal objetivo, os autores da NDS operacionalizam os comportamentos de violação as normas independentemente das definições culturais de crime e desvio, considerando, para tanto, um amplo espectro de atividades desviantes, bem como formas menos graves de comportamento de violação as normas que são comuns na maioria das culturas e países. Essa proposta, segundo seus autores, torna a conceituação de desvio independente do Código Penal e de suas definições legais, representando o construto em sete domínios (Vandalismo, Álcool, Drogas, Má conduta escolar, Desvio Geral, Roubo e Agressão), bem como uma medida total de desvio composta pela pontuação total da escala (55 itens).

2.2.7 *Cuestionario de Conducta Antisocial – CCA (LUENGO et al., 1999)*

Outra medida utilizada para medir comportamentos antissociais tem sido o *Cuestionario de Conducta Antisocial (CCA)*, que consiste em um instrumento desenvolvido para mensuração da delinquência e de suas facetas em amostras de adolescentes. Sua versão original foi proposta, em contexto espanhol, no ano de 1987, tendo por base a revisão realizada por Brodsky e Smitherman (1983). Em sua composição foram considerados os

instrumentos que atendessem aos seguintes critérios de relevância: (1) número de estudos no qual foram empregados e (2) índices aceitáveis de precisão e validade.

Com base nesse levantamento, obteve-se a versão preliminar do CCA composta por 141 itens, que posteriormente foi reduzida, passando, a versão final do instrumento, a contar com 82 itens que buscavam operacionalizar cinco dimensões da conduta delitiva a saber: (1) Comportamentos contra as normas; (2) Vandalismo; (3) Roubo; (4) Agressão contra pessoas e (5) Consumo e problemas relacionados a drogas. Os estudos de validação da medida demonstraram a pertinência de sua utilização, testando inclusive a aplicabilidade transcultural da escala, na qual foi apresentada uma versão de 60 itens que alcançaram níveis satisfatórios de validade e precisão.

2.2.1 *Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos – CAD (FORMIGA; GOUVEIA, 2003; SEISDEDOS, 1988)*

No que se refere a medidas validadas para o contexto brasileiro, pode-se citar o Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos, proposto por Seisdodos (1998) para mensuração dos comportamentos antissociais em contexto espanhol e, posteriormente, adaptado para o contexto brasileiro por Formiga e Gouveia (2003). Sua versão original está composta por 40 itens divididos em duas dimensões: os *antissociais*, correspondentes àqueles comportamentos que são expressamente não delitivos, ou seja, não infringem normas jurídicas, mas tidos como danosos a sociedade; e os *delitivos*, caracterizados como atos mais graves que implicam necessariamente a infração direta de leis.

No Brasil, o estudo de adaptação (FORMIGA; GOUVEIA, 2003) atestou a adequabilidade da estrutura bifatorial da escala. Estrutura similar a observada em sua versão reduzida, com 20 itens (Gouveia *et al.*, 2009), a qual obteve índices de consistência equiparáveis à versão original.

PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS

Como se pôde verificar, diversos instrumentos têm sido desenvolvidos para mensurar os comportamentos antissociais tanto em amostra da população geral, quanto em amostras específicas (por exemplo, presos e adolescentes em conflito com a lei). Não obstante, ainda são escassos os estudos que se propõem a construir medidas cuja aplicabilidade ultrapasse prováveis barreiras conceituais e culturais do construto. Nesse sentido, para alcançar os objetivos do Estudo I e II, que consistem em desenvolver a medida e verificar a sua qualidade psicométrica, serão apresentados a seguir os procedimentos de seleção e análise teórica dos itens, bem como as análises exploratórias dos parâmetros psicométricos da medida proposta.

Visando facilitar a leitura do texto, este capítulo será subdividido em duas etapas distintas: Estudo I, no qual é realizada a seleção e a análise teórica dos itens; e Estudo II, no qual são apresentadas as suas evidências de validade e precisão.

3.1 ESTUDO I - SELEÇÃO E ANÁLISE TEÓRICA DOS ITENS

3.1.1 Objetivo

Mediante o propósito desta dissertação, que consiste, inicialmente, na construção de um instrumento para mensuração dos comportamentos antissociais, a primeira etapa (Estudo I) teve por objetivo a seleção de itens que atendessem ao critério de representar/operacionalizar adequadamente os comportamentos antissociais em diferentes culturas. Uma melhor compreensão das especificidades desta etapa pode ser contemplada no método a seguir.

3.1.2 Método

3.1.2.1 Amostra

Para a elaboração do conjunto inicial de itens que compuseram a versão preliminar do instrumento, realizou-se uma revisão das escalas de autorrelato utilizadas em diversos países. Nesta etapa, para padronizar os métodos de busca, foram considerados os dois critérios listados a seguir:

- 1) conter, em seu resumo, ao menos um dos seguintes descritores: “*comportamento antissocial*”, “*antisocial behavior*” ou “*comportamiento antisocial*”;
- 2) possuir a versão completa da escala indexada nas bases de dados “Periódicos Capes” ou “Google Acadêmico”.

Considerando tais critérios, foi possível recolher um conjunto 805 itens distribuídos em 22 escalas, conforme detalhamento apresentado na Tabela 1.

3.1.2.2 Procedimentos

Inicialmente, a fim de obter itens que operacionalizassem adequadamente o construto e apresentassem consistência teórica em diferentes países e culturas, realizou-se uma primeira triagem. Para tanto, entre os 805 itens analisados, foram selecionados aqueles que apresentaram maior relevância, considerando sua inclusão em um dos dois critérios a seguir: (1) apresentar conteúdos próximos em quatro ou mais escalas e (2) estar presente em estudos desenvolvidos em três ou mais continentes.

Após essa primeira etapa, os itens selecionados foram traduzidos do seu idioma original (espanhol ou inglês) para o português, por dois profissionais de nível superior, no campo da Psicologia, fluentes nos dois idiomas. Uma descrição dos itens selecionados, bem como sua respectiva tradução, pode ser observada no Anexo A.

Por fim, os itens foram ordenados de forma randômica, sendo suas respostas disponibilizadas em um escala do tipo *Likert* de 5 pontos, variando entre “Nunca” (0) e “6 ou mais vezes” (4), na qual os respondentes deveriam assinalar com que frequência já haviam realizado ou tentado realizar, de forma intencional, os comportamentos listados em algum momento da vida.

Construída a versão preliminar do questionário, para investigação de possíveis erros de digitação, gramaticais, bem como possíveis incompreensões da escala ou das instruções, o instrumento foi submetido ao procedimento de validação semântica, no qual foi aplicado, em formato piloto, a uma amostra (extrato mais baixo da população meta) de 10 presos que estavam cumprindo pena em regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará. Nesta etapa, foi instruído aos participantes que, além de responderem aos instrumentos, buscassem e apontassem possíveis dificuldades no entendimento da escala de resposta ou da compreensão dos itens. Com base nas sugestões apresentadas, foram realizadas as modificações finais no instrumento, antes de emprega-lo no segundo estudo desta dissertação.

Tabela 1. Descrição das Medidas de Autorrelato encontradas

<i>Estudo</i>	<i>Instrumento</i>	<i>Itens</i>	<i>Amostra</i>	<i>Validade e Precisão</i>	<i>Proposta da Medida</i>	<i>Origem</i>
Shapland (1978)	<i>Self-Report Delinquency Interview</i>	48 itens	Adolescentes	Pontuação Total – $\alpha = 0,84$	Abordar uma ampla gama de comportamentos antissociais, que vão desde comportamentos contra leis a comportamento que não as infringe.	Reino Unido
Elliott, Huizinga; Ageton (1985)	<i>Self-Report Antisocial Behavior Scale - National Youth Survey</i>	45 itens	Adolescentes/ Adultos	Não Avaliada	Tal instrumento busca avaliar indicadores de delinquência, por meio de 45 itens, sendo que sete deles avaliam especificamente o uso de ilegal de drogas	Estados Unidos
Project on Human Development in Chicago Neighborhoods (1991)	<i>Self Report of Offending</i>	38 itens	Adolescentes/ Adultos	Não Avaliada	-----	Estados Unidos
Thornberry <i>et al.</i> (1994)	<i>Self-Reported Delinquency—Rochester Youth Development Study</i>	36 itens	Adolescentes/ Adultos	Não Avaliada	-----	Estados Unidos
Child Trends (1999)	<i>Delinquency Index–Youth Report</i>	10 itens	Adolescentes	Não Avaliada	-----	Estados Unidos
Luengo <i>et al.</i> (1999)	<i>Cuestionario de Conducta Antisocial¹</i>	60 itens	Adolescente	Fator 1 – $\alpha = 0,99$ Fator 2 – $\alpha = 0,94$ Fator 3 – $\alpha = 0,97$ Fator 4 – $\alpha = 0,95$ Fator 5 – $\alpha = 0,95$	Ser um instrumento de mensuração do comportamento antissocial que apresente validade transcultural e seja capaz de diferenciar grupos de delinquentes de não delinquentes.	Espanha Brasil
Bendixen; Olweus (1999)	<i>Bergen Questionnaire of Antisocial Behaviour²</i>	35 itens	Adolescente/ Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,81$ Fator 2 – $\alpha = 0,82$ Fator 3 – $\alpha = 0,53$ Fator 4 – $\alpha = 0,79$ Fator 5 – $\alpha = 0,94$ Fator 6 – $\alpha = 0,85$ Fator 7 – $\alpha = 0,78$	Ser um instrumento para avaliação do comportamento antissocial em adolescentes e jovens adultos.	Noruega
Williams <i>et al.</i> (2001)	<i>Comprehensive Misconduct Inventory³</i>	58 itens	Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,60$ Fator 2 – $\alpha = 0,64$ Fator 3 – $\alpha = 0,74$ Fator 4 – $\alpha = 0,70$ Fator 5 – $\alpha = 0,63$ Fator 6 – $\alpha = 0,49$ Fator 7 – $\alpha = 0,47$ Pontuação Total – $\alpha = 0,87$	Avaliar um conjunto abrangente de atos antissociais, representados pelos 58 itens que compõem a escala, que vão desde pequenas condutas inapropriadas a delitos severos.	Estados Unidos Canada

Nota. (1) *Cuestionario de Conducta Antisocial*- Fator I (Vandalismo); Fator II (Agressão); Fator III (Roubo); Fator IV (Conduta contras normas); Fator V (Drogas); (2) *Bergen Questionnaire of Antisocial Behaviour* – Fator I (Escala de Desvio Severo); Fator II (Escala de Desvio Leves); Fator III (Escala de Sanções); Fator IV (Uso de Drogas Ilegais); Fator V (Uso de Álcool e Cigarro); Fator VI (Escala de Violência); Fator VII (Atividades em Gangue); (3) *Comprehensive Misconduct Inventory* – Fator I (Abuso de Drogas Leves); Fator II (Abuso de Drogas Pesadas); Fator III (Crimes Menores); Fator IV (Crimes Graves); Fator V (Mal Comportamento Trânsito); Fator VI (Intimidação/Assédio); Fator VII (Comportamentos contra figuras de Autoridade);

Tabela 1. Descrição das Medidas de Autorrelato encontradas (Continuação)

<i>Estudo</i>	<i>Instrumento</i>	<i>Itens</i>	<i>Amostra</i>	<i>Validade e Precisão</i>	<i>Proposta da Medida</i>	<i>Origem</i>
Vazsonyi <i>et al.</i> (2001)	<i>Normative Deviance Scale</i> ⁵	55 itens	Adolescente/ Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,84$ Fator 2 – $\alpha = 0,84$ Fator 3 – $\alpha = 0,89$ Fator 4 – $\alpha = 0,76$ Fator 5 – $\alpha = 0,81$ Fator 6 – $\alpha = 0,83$ Fator 7 – $\alpha = 0,76$ Pontuação Total – $\alpha = 0,95$	Medir o desvio comportamental de adolescentes de forma a capturar a conduta de violação as normas independentemente das definições culturais de crime e desvio.	Hungria Holanda Alemanha Suíça Estados Unidos Turquia
Carroll <i>et al.</i> (1996) Houghton; Carroll (2002)	<i>Adapted Self-Report Delinquency Scale</i> ⁶	38 itens	Adolescentes	Fator 1 – $\alpha = 0,77$ Fator 2 – $\alpha = 0,76$ Fator 3 – $\alpha = 0,76$ Fator 4 – $\alpha = 0,60$ Fator 5 – $\alpha = 0,72$ Fator 6 – $\alpha = 0,53$ Fator 7 – $\alpha = 0,67$	Avaliar a Delinquência por meio de sete domínios, a saber Roubo, Infrações de Trânsito, Infrações relacionada a Drogas, Agressão, Vandalismo, Infrações escolares e Desordem Pública	Austrália
Department of Justice Canada (2003)	<i>Self-Reported Delinquency (SRDS)</i>	14 itens	Adolescentes/ Adultos	Não Avaliada	-----	Canadá
Centers for Disease Control and Prevention (2004)	<i>Self-Reported Delinquency - Problem Behavior Frequency Scale</i>	8 itens	Adolescentes	Pontuação Total – $\alpha = 0,79$	-----	Estados Unidos
Bringas <i>et al.</i> (2006)	<i>Inventario de Conductas Antisociales</i> ⁷	57 itens	Adolescente/ Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,95$ Fator 2 – $\alpha = 0,93$	Avaliar as diversas condutas e atitudes que a literatura tem catalogado como antissociais	Espanha
Formiga; Gouveia (2003) Seisdedos (1988) Martha; Emilia (2008)	<i>Escala de Condutas Anti-sociais e Delitivas</i> ⁸	40 itens	Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,86$ Fator 2 – $\alpha = 0,86$	Mensurar os comportamentos antissociais por meio de duas dimensões: a antissocial e a delitiva.	Brasil Espanha México
Ordonez (2009)	<i>Antisocial Behavior Scale</i>	10 itens	Adolescentes	Pontuação Total – $\alpha = 0,79$	Operacionalizado por meio de três classes comportamentais: comportamento agressivo, uso de droga e consumo de álcool no último ano.	Estados Unidos

Nota. (5) *Normative Deviance Scale* – Fator I (Vandalismo); Fator II (Álcool); Fator III (Uso de Drogas); Fator IV (Má conduta escolar); Fator V (Desvio Geral); Fator VI (Roubo); Fator VII (Agressão); (6) *Adapted Self-Report Delinquency Scale* - Fator I (Roubo e Furto); Fator II (Infrações de Trânsito); Fator III (Infrações relacionada a Drogas); Fator IV (Agressão); Fator V (Vandalismo); Fator VI (Infrações Escolares); Fator VI (Desordem Pública); (7) *Inventario de Conductas Antisociales* – Fator I (Infração de Propriedade); Fator II (Conflitos Normativos e Consideração pelo outro); (8) *Escala de Condutas Anti-sociais e Delitivas* – Fator I (Escala de Desvio Severo); Fator II (Escala de Desvio Leves)

Tabela 1. Descrição das Medidas de Autorrelato encontradas (Continuação)

<i>Estudo</i>	<i>Instrumento</i>	<i>Itens</i>	<i>Amostra</i>	<i>Validade e Precisão</i>	<i>Proposta da Medida</i>	<i>Origem</i>
Burt; Donnellan (2009)	<i>Subtypes of Antisocial Behavior Questionnaire</i> ⁹	32 itens	Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,85$ Fator 2 – $\alpha = 0,87$ Fator 3 – $\alpha = 0,86$	Mensurar de forma breve os três principais subtipos de comportamentos antissociais: Agressividade física; Quebra de regras e Agressividade Social	Estados Unidos
Czech; Kemp (2010)	<i>Adolescent Antisocial Behavior Scale</i> ¹⁰	32 itens	Adolescentes/ Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,81$ Fator 2 – $\alpha = 0,74$ Fator 3 – $\alpha = 0,64$	Avaliar a presença e data da primeira emissão comportamentos antissociais operacionalizados em: atos de delinquência; imprudência e comportamentos antissociais severos	Austrália
Molinengo; Testa (2010)	<i>Deviant Behavior Scale</i> ¹¹	13 itens	Adolescentes/ Adultos	Fator 1 – $\alpha = 0,76$ Fator 2 – $\alpha = 0,64$ Fator 3 – $\alpha = 0,64$	Escala de avaliação do comportamento desviante com base na teoria do comportamento problema de Jessor	Itália Estados Unidos
Rubia; Sanchez (2011)	<i>Escala de Conducta Disocial</i> ¹²	69 itens	Adolescentes	Fator 1 – $\alpha = 0,88$ Fator 2 – $\alpha = 0,77$ Fator 3 – $\alpha = 0,83$ Fator 4 – $\alpha = 0,78$ Fator 5 – $\alpha = 0,72$ Fator 6 – $\alpha = 0,69$	Permitir a medição do comportamento dissocial em adolescentes escolarizados, que antecedem o transtorno de personalidade antissocial e problemas com a lei	México
Martorell <i>et al.</i> (2011)	<i>Cuestionario de Conducta Antisocial</i>	34 itens	Crianças/ Adolescentes	Pontuação Total – $\alpha = 0,78$	Avaliar a conduta antissocial em criança e adolescentes.	Espanha
Reavy <i>et al.</i> (2012)	<i>Delinquent Activities Scale</i> ¹³	40 itens	Adolescentes	Fator 1 – $\alpha = 0,80$ Fator 2 – $\alpha = 0,68$ Fator 3 – $\alpha = 0,83$ Fator 4 – $\alpha = 0,82$ Fator 5 – $\alpha = 0,78$ Fator 6 – $\alpha = 0,65$	Avaliar um série de atos delinquentes cometidos sob o efeito ou não de álcool/droga.	Estados Unidos
Wang <i>et al.</i> (2013)	<i>Self-Report Delinquency Interview (SR-DI)</i> ¹⁴	33 itens	Crianças/ Adolescentes	Fator 1 – $\alpha = 0,74$ Fator 2 – $\alpha = 0,72$ Pontuação Total – $\alpha = 0,78$	Avaliar um conjunto de 33 comportamentos antissociais emitidos em ambiente escolar ou familiar, com base nas categorias: atos não agressivo, e atos agressivo	Estados Unidos

Nota. (9) *Subtypes of Antisocial Behavior Questionnaire* - Fator I (Agressividade física); Fator II (Quebra de regras); Fator III (Agressividade Social); (10) *Adolescent Antisocial Behavior Scale* - Fator I (Delinquência); Fator II (Imprudência); Fator III (Antissocial Severo); (11) *Deviant Behavior Scale* – Fator I (Agressão Física); Fator II (Roubo e Vandalismo); Fator III (Mentira e Desobediência); (12) *Escala de Conducta Disocial* – Fator I (Roubo e Vandalismo); Fator II (Travessura); Fator III (Abandono Escolar); Fator IV (Brigas e Uso de Arma); Fator V (Pichação); Fator VI (Conduta Oposicionista); (13) *Delinquent Activities Scale* - Fator I (Agressão Predatória); Fator II (Roubo e Delinquência Geral); Fator III (Roubo/ Delinquência Impulsiva); Fator IV (Agressão Predatória); Fator V (Roubo e Delinquência Geral); Fator VI (Drogas e Comportamento Agressivo); (14) *Self-Report Delinquency Interview (SR-DI)* - Fator I (ASB Agressivo); Fator II (ASB Não-Agressivo);

3.1.3 Resultados

Em um primeiro momento, como já mencionado, de um conjunto de 805 itens analisados, foram selecionados para compor a versão preliminar da Escala de Comportamentos Antissociais (ECA) aqueles itens que atendessem a, pelo menos, um dos critérios estabelecidos (Critério I ou II). Após a utilização desse crivo, obteve-se um conjunto inicial de 57 itens (para mais detalhes, consultar ANEXO A), dos quais 15 constavam em quatro ou mais das escalas avaliadas (Critério I), 26 estavam presentes em estudos que abrangiam três ou mais continentes (Critério II); e 16 atendiam a ambos os critérios.

Com base na observação de seus conteúdos, foi possível constatar que esses contemplavam uma ampla gama de comportamentos ditos antissociais, que vão desde comportamentos mais leves, como aqueles ligados a má conduta escolar, oposição a figuras de autoridade e ao consumo de bebida alcoólica, até comportamentos que podem ser classificados como mais severos, seja por ter uma conotação social negativa, ou por ocasionarem graves prejuízos para quem os comete ou para quem são direcionados, a exemplo, dos comportamentos ligados à venda e consumo de entorpecentes, a prática de roubo ou agressão.

Ainda com base no conteúdo dos itens selecionados, e com o objetivo de refinamento da escala proposta, procedeu-se a validação semântica da medida (Estudo Piloto). Com base no resultados de tal procedimento, foi observada a necessidade de eliminação de 4 itens, bem como da reformulação da redação de outros 12, passando a escala final a ser composta por 55 itens (ANEXO D). Um detalhamento das modificações realizadas é apresentado na Tabela 2:

Tabela 2. Lista de itens eliminados após procedimento de validação semântica

Item Eliminado	Justificativa
Atacar alguém com uma arma	O conteúdo deste item era redundante com o do item “Usar arma em uma briga”
Pegou alguma coisa de uma loja sem pagar	Os itens presentes no instrumento que versam sobre roubo já englobam de forma detalhada o conteúdo deste item
Danificou ou destruiu propositalmente propriedade que não pertencia a você	Os itens presentes no instrumento que versam sobre dano ao patrimônio já englobam de forma detalhada o conteúdo deste item
Quebrou garrafas na rua, recintos escolares, ou outras áreas	O conteúdo deste item não foi compreendido corretamente pela maioria dos participantes do estudo piloto

Tabela 3. Lista de itens modificados após procedimento de validação semântica

Item Original	Item modificado	Justificativa
Trapacear em testes escolares	Trapacear em provas ou em outros processos de avaliação (por exemplo, copiar resposta, dar informações falsas, pescar de livros ou comprar gabarito)	Englobar, ao invés de apenas testes escolares, todo e qualquer processo avaliativo
Faltar aula ou ficar longe da escola sem permissão	Faltar aula	O termo faltar aula já engloba o significado de ficar longe da escola.
Propositalmente danificou ou destruiu alguma propriedade pertencente à escola	Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade	(1) O termo “propositalmente” foi retirado, pois a instrução da escala já expressa tal intencionalidade. (2) Foram especificados quais ambientes escolares se faz referência
Foi suspenso/ expulso da escola	(1) Ser suspenso da escola (2) Ser expulso da escola	O termo expulsão foi considerado qualitativamente mais grave que o termo suspensão. Sendo assim, foram originados dois novos itens.
Comprar bebida alcoólica para irmão ou amigos menores de idade	Comprar bebida alcoólica para menores de idade	Foi retirada a especificação de “irmão ou amigos” para garantir uma maior amplitude do item
Cometeu atos de vandalismo enquanto ia ou voltava de um jogo de futebol ou outro evento esportivo?	Danificar patrimônio público ou privado ao ir para eventos esportivos (jogos de futebol, lutas, etc)	A substituição do termo vandalismo por dano ao patrimônio teve por objetivo uma melhor compreensão do item
Consumiu bebidas alcoólicas (por exemplo, cerveja, vinho, ou chopp de vinho) antes dos 21	Consumir bebida alcoólica (cerveja, uísque, etc) enquanto menor de idade	O termo “menor de idade” foi empregado em substituição à idade para garantir a validade transcultural do item
Danificou intencionalmente ou destruiu bens pertencentes ao seu local de trabalho ou ao seu chefe	Danificar bens pertencentes ao seu local de trabalho ou ao seu chefe	O termo “propositalmente” foi retirado, pois a instrução da escala já expressa tal intencionalidade.
Danificou intencionalmente ou destruiu objetos pertencentes a alguém da sua família	Danificar ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família	
Já fugiu, ou seja, deixou sua casa e ficou longe por pelo menos uma noite inteira sem que seus pais tivessem conhecimento ou sem a permissão deles	(1) Fugir de casa (2) Ficar fora de casa, por pelo menos uma noite, sem informar aos pais enquanto menor de idade	O termo “fugir de casa” foi considerado qualitativamente distinto do termo “ficar fora de casa por pelo menos uma noite, sem informar aos pais”. Sendo assim, foram originados dois novos itens.
Roubar algo que custe mais de R\$ 200	Roubar algo que custe mais de R\$ 200 (Desconsiderar roubo de veículos)	Optou-se por desconsiderar o roubo de veículos neste item, pois há um item específico para mensurar tal comportamento

3.1.4 Discussão Parcial

O objetivo dessa etapa foi apresentar um conjunto de itens que representassem adequadamente os comportamentos antissociais. Com base nesta premissa, desenvolveu-se a versão preliminar do instrumento, composta por 55 itens que descrevem uma ampla gama de comportamentos tidos como antissociais em diferentes países e culturas. Uma análise do conteúdo desses itens permite afirmar que estes englobam ações que vão desde atos menos severos, ligados apenas a certo grau de desaprovação social, até atos mais graves de violações as normas jurídicas. Tal composição demonstra-se coerente com as definições de comportamentos antissociais propostas por Czech e Kemp (2010); Dodge, Coie e Lynam (2006) e Elliott e Menard, (1996).

Não obstante, apesar de confiar que os esforços possíveis foram empreendidos para assegurar a integral realização deste estudo, cabe, neste momento, reconhecer potenciais limitações. Pode-se apontar como limitação a não realização da análise de juízes (análise de conteúdo) para verificar a adequabilidade dos itens como operacionalização do construto avaliado. Contudo, pensa-se que este procedimento, apesar de ser de grande valia, no presente caso, demonstra-se facultativo, já que todos os itens que compõem a escala foram originados de instrumentos de mensuração dos comportamentos antissociais já validados e com grande utilização em seus contextos de desenvolvimento.

Destaca-se, adicionalmente, que, com base nos critérios adotados, os itens para comporem a escala são comuns a quatro ou mais instrumentos ou já foram empregados em estudos realizados em três ou mais continentes, o que nos permite hipotetizar que, ainda que tais itens não tenham passado pela análise de *experts*, são operacionalizações validadas do construto.

Outra potencial limitação diz respeito à inexistência, dentro da gama de escalas avaliadas, de aplicações em continente africano. Tal limitação parece ser decorrente do número reduzido de estudos empíricos, naquele continente, acerca do tema. Conforme revisão realizada, foi possível encontrar apenas dois estudos (LIANG; FLISHER; LOMBARD, 2007; ROMAN; ANJA; HISS, 2012) com amostra de africanos, sem, no entanto, disponibilizarem a versão completa do instrumento utilizado.

Diante do exposto e confiando na relevância teórica do conjunto de itens que compõem a versão preliminar do instrumento. Deu-se seguimento as etapas subsequentes da dissertação, na qual o conjunto de itens apresentado será submetido à testagem empírica e, conseqüentemente, avaliadas suas propriedades psicométricas.

3.2 ESTUDO II - ANÁLISES DOS PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DA MEDIDA

3.2.1 Objetivo

O objetivo deste estudo consiste em construir um instrumento, a partir dos 55 itens provenientes do Estudo 1, que apresente evidências de adequabilidade psicométrica (validade e precisão). Neste sentido, este estudo tem como propósito averiguar as propriedades psicométricas do instrumento, no que se refere ao poder discriminativo dos itens, estrutura fatorial, consistência interna, bem como a estabilidade temporal da medida (precisão teste-reteste).

3.2.2 Método

3.2.2.1 Amostra

Para realização do estudo, contou-se com duas amostras específicas. A primeira foi composta por 203 pessoas de diferentes cidades do estado do Ceará, em sua maioria da cidade de Fortaleza (34%), com idade média de 22,2 anos ($dp = 6,7$), do sexo feminino (58,7%), católicas (58,2%), solteiras (85,8%), com ensino superior incompleto (60,4%), com renda mensal familiar de até três salários mínimos (51,8%). A segunda amostra, considerada grupo critério no presente estudo, foi composta por 47 presos que estavam cumprindo pena em regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará, todos do sexo masculino, com idade média de 30,7 anos ($dp = 8,49$) e em sua maioria católicos (61,0%), solteiros (46,3%), com ensino fundamental incompleto (63,6%), reincidentes (69,0%), sendo os principais motivos de detenção o roubo (17,0%) e o homicídio (17,0%). Ressalta-se que tais amostras, foram, necessariamente, amostras de conveniência (não-probabilística).

3.2.2.2 Instrumentos

Os participantes do estudo foram convidados a responder a um livreto composto por duas partes, conforme descrição a seguir:

Versão preliminar da *Escala de Comportamentos Antissociais* (ECA): Este instrumento consiste em uma escala de autorrelato composta por 55 itens, que abrangem uma ampla gama de comportamentos ditos antissociais, envolvendo desde comportamentos mais

leves, como aqueles ligados a má conduta escolar, oposição a figuras de autoridade e ao consumo de bebida alcoólica, até comportamentos que podem ser classificados como mais severos, a exemplo dos comportamentos ligados a venda e consumo de entorpecentes, a prática de roubo ou agressão. As respostas a este questionário são dadas em uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos (0 = “Nunca” a 4 = “6 ou mais vezes”) relativa a frequência com que os comportamentos expressos em cada item foi emitido durante a sua vida.

Na última parte do livreto, denominada Caracterização da Amostra, foi solicitado aos respondentes informações sociodemográficas para caracterização dos participantes do estudo (por exemplo, idade, sexo e, no caso da amostra de presos, tipificação penal).

4.2.3.3 Procedimentos

A coleta de dados foi realizada por três aplicadores treinados para garantir padronização na aplicação e no esclarecimento das dúvidas. Para a composição da primeira amostra do estudo (População Geral), foram convidadas a participar pessoas que estivessem em espaços públicos, como ruas, praças, shopping e universidades. Dentre estas, aquelas que concordaram, responderam ao questionário de forma individual. No caso da segunda amostra (População Carcerária), após a autorização da instituição responsável, os apenas responderam aos instrumentos de forma individual, dado a especificidade desta amostra, a aplicação ocorreu em formato de entrevista com o auxílio de um aplicador treinado para interferir o mínimo possível.

Nos dois procedimentos foram salvaguardados, no momento da coleta, o caráter eminentemente voluntário e anônimo da participação, bem como a ausência de qualquer ônus ou prejuízo para os participantes. Na ocasião, conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, foi solicitado ao participante que antes de iniciar o preenchimento do questionário, assinalasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declarando sua anuência e autorização para a utilização dos dados coletados com o fim de pesquisa e eventuais publicações. O tempo médio de participação de cada respondente tenha sido de 10 minutos (amostra 1) e de 20 minutos (amostra 2).

3.2.2.4 Análise dos Dados

As análises iniciais foram efetuadas com os programas *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS; versão 22) e *Factor* (versão 9.2), por meio destes pacotes estatísticos,

foi possível verificar se houve adequação da matriz de dados correspondente com o fim de se realizar uma análise fatorial exploratória, considerando o *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), que precisa ser de pelo menos 0,60 para suportar este tipo de análise, e o Teste de Esfericidade de *Bartlett*, cujo valor do qui-quadrado deve ser estatisticamente significativo. (TABACHNICK; FIDELL, 2001). Salienta-se que dentro das análises preliminares, foram verificadas, por meio dos critérios de Kaiser, Cattell, Horn, Hull, o número de componentes que a matriz de dados comportava, testando-a, posteriormente, por meio de uma análise de Componentes Principais (PC). Nesta etapa, buscou-se conhecer a estrutura fatorial do conjunto de itens da medida, avaliando, dentre as diferentes estruturas fatoriais propostas, aquela que apresentou maior respaldo teórico e psicométrico.

Posteriormente, a fim de conhecer a precisão do instrumento, efetuou-se o cálculo dos alfas de Cronbach e correlações item total corrigidas, para avaliar a homogeneidade dos itens. Por fim, realizou-se, um Teste *t* de *Student*, para avaliar o poder discriminativo dos itens, comparando as pontuações médias em função do grupo critério externo (amostra de presidiários).

3.2.3 Resultados

- *Analises Preliminares*

Nesta seção, com o objetivo de verificar a existência de fatores subjacentes aos 55 itens que compõem a versão preliminar da Escala de Comportamento Antissocial, são apresentados os resultados provenientes das análises fatoriais exploratórias. No entanto, como recomendam Tabachnick e Fidel (2001), antes de dar seguimento, verificou-se a fatorabilidade da matriz de dados. Para tanto, a adequação da amostra foi mensurada pelos seguintes critérios: (1) determinante da matriz de correlação, (2) teste de esfericidade de Bartlett (AIC) e (3) testes de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO).

O determinante da matriz de correlação calculado para a amostra foi de $5,66E-16^a$, valor que indica variáveis bastante correlacionadas e a possibilidade do conjunto de dados comportarem mais de um fator (PASQUALI, 2012). A existência de correlação ente os itens da escala e a fatorabilidade da matriz, também é atestada pela alta significância de AIC apresentados pelo teste de esfericidade de Barlett [qui-quadrado (1485) = 7717,821, $p < 0,001$] e pelos níveis de KMO (0,80) observados, valor qualificado como ótimo conforme

^a Notação científica conforme apresentação do software SPSS que corresponde a $5,66 \times 10^{-16}$

classificação proposta por Kaiser (1974). Tendo em vista os critérios mencionados, especialmente o valor de KMO e a magnitude das correlações existentes, considerou-se apropriado o emprego da técnica de análise fatorial.

- Definição do Número de Fatores

Uma vez que os resultados foram favoráveis à realização da análise fatorial, torna-se imprescindível estabelecer quantos possíveis componentes a matriz de dados comporta, sobretudo, porque, como apontam Fava e Velicer (1996), a sub ou super-extração dos fatores pode comprometer inferências posteriores. Com o intuito de guiar esta decisão, uma série de critérios têm sido desenvolvidos (para uma revisão, ver DÁMASIO, 2012; LAROS, 2004).

Como aponta Laros (2004), existem cinco critérios que comumente guiam a decisão do pesquisador relativa ao número de fatores a serem extraídos, são eles o (1) Critério K1 de Guttman-Kaiser (GUTTMAN, 1954; KAISER, 1960); (2) Critério baseado no qui-quadrado de Barlett (BARLETT, 1950); (3) Teste Scree de Cattell (CATTELL, 1966); (4) Critério da média mínima de correlações parciais de Velicer (VELICER, 1976) e Critério de Análise Paralela de Horn (HORN, 1965).

Em revisão mais recente sobre a temática, Damásio (2012) aborda um critério que vem sendo cada vez mais consolidado na literatura internacional, porém ainda pouco utilizado no Brasil: o critério de Hull proposto por Ceulemans e Kiers (2006). Tal método vem apresentando adequado desempenho na retenção de fatores, demonstrando melhor precisão quando comparado com todos os métodos anteriormente descritos (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN; KIERS, 2011).

Considerando tais revisões, a fim de contar com critérios mais robustos para a determinação do número de fatores a extrair, no presente estudo, ademais dos métodos classicamente utilizados (Guttman-Kaiser e Teste Scree de Cattell), optou-se por considerar os critérios de Horn e Hull dado a acurácia que esses têm demonstrado com matrizes de dados simulados.

Para averiguar o número de fatores a extrair, inicialmente, efetuou-se uma análise dos componentes principais (PC), sem fixar o número de fatores a extrair e o tipo rotação. Os resultados obtidos (Tabela 5) demonstram que, conforme critério Kaiser (1960), é possível extrair até 15 componentes da matriz de dados, os quais explicam conjuntamente 69,8% da variância total.

Tabela 4. Valores Próprios (Variância total explicada)

Componente	Valores próprios (<i>eigenvalues</i>) iniciais			Valores Próprios (Matriz Randômica)
	Total	% de variância	% cumulativa	
1	13,157	23,922	23,922	2,057
2	4,442	8,076	31,997	1,953
3	2,675	4,863	36,861	1,875
4	2,389	4,344	41,205	1,807
5	2,225	4,045	45,250	1,747
6	1,925	3,500	48,750	1,693
7^b	1,785	3,245	51,995	1,644
8	1,491	2,711	54,706	1,595
9	1,431	2,602	57,308	1,550
10	1,351	2,456	59,764	1,508
11	1,225	2,227	61,991	1,466
12	1,183	2,152	64,143	1,427
13	1,101	2,003	66,145	1,388
14	1,039	1,889	68,034	1,352
15^a	1,009	1,834	69,869	1,316
16	0,963	1,751	71,620	1,282
17	0,886	1,611	73,231	1,249
18	0,842	1,530	74,761	1,217
...				
55	0,046	0,083	100,00	0,334

Nota. ^a Critério de Kaiser; ^b Critério de Horn

Contudo, uma vez que tal critério demonstra-se excessivamente leniente, isto é, superestima o número de componentes a extrair, decidiu-se ponderar o número de fatores retidos tendo em conta, a distribuição gráfica dos valores próprios (Critério de Cattell) expressas no *scree plot* (Figura 1). Com base neste critério, é possível verificar a legitimidade da retenção de até 7 componentes (valores próprios acima do ponto de inflexão). Sendo mais clara a existência de dois fatores.

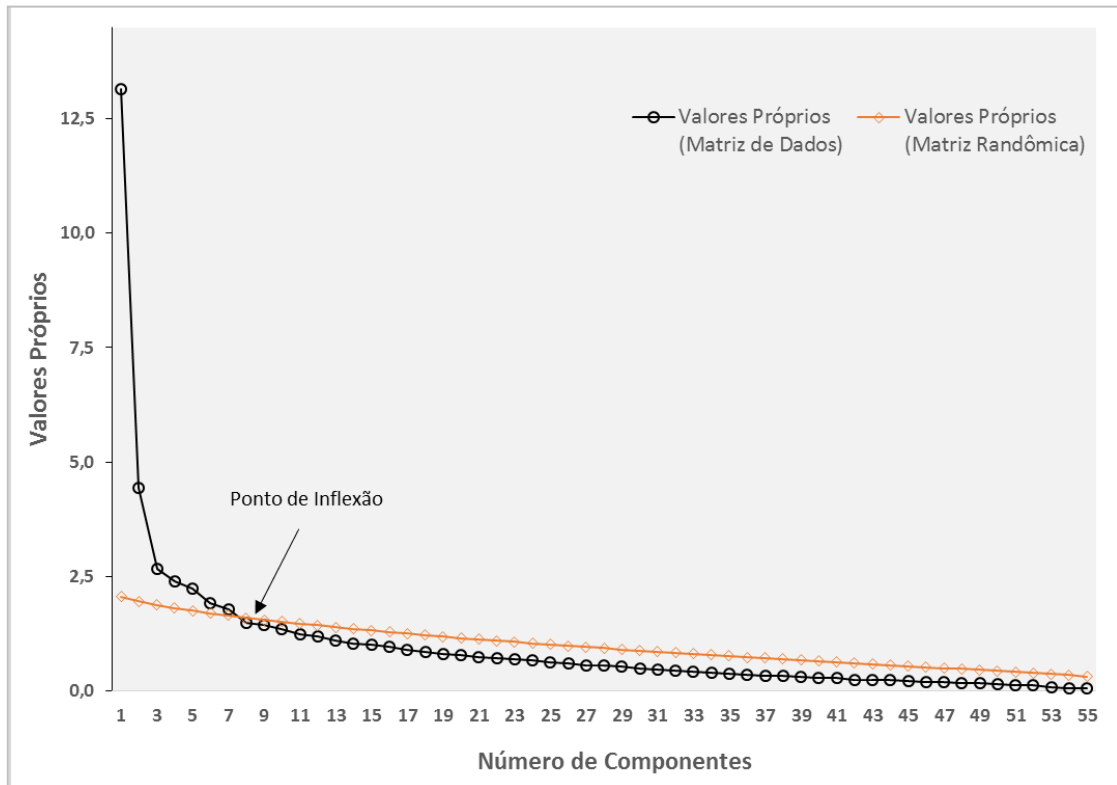


Figura 1. Diagrama de declividade (*Scree Plot*) dos 55 itens que compõem a escala

Com o intuito de dirimir possíveis dúvidas produzidas pela análise do gráfico de declividade, optou-se por empregar métodos mais robustos. Quando considerado a comparação dos valores de *eigenvalues* obtidos da amostra como os valores aleatórios (simulados) calculados através do número de casos e itens (Critério de Horn^b), verifica-se que há sete valores próprios empíricos que superam o maior valor próprio aleatório. Sendo pertinente a extração de até sete fatores da matriz empírica.

Não obstante, dado que o critério de Horn, assim como o critério de Kaiser, tende a superestimar o número de fatores a extrair, quando o número de variáveis analisadas é grande (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN; KIERS, 2011), optou-se por considerar o critério de Hull. Tal critério tem por vantagem buscar soluções fatoriais que congreguem melhores bondades de ajuste (*goodness-of-fit*) com baixa complexidade, utilizando-se de índices como RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*), CFI (*Comparative Fit Index*) e CAF (*Common part Accounted For*), tal análise utiliza o resultado da análise paralela como

^b Para a realização da análise paralela utilizou-se a syntax *Parallel Analysis Program* disponível em <https://people.ok.ubc.ca/briocconn/nfactors/parallel.sps> considerando os seguintes parâmetros: *ncases* = 250; *nvars* = 55; *ndatsets* = 1000; *percent* = 95; *kind* = *principal components analysis*

parâmetro do número máximo de fatores a extrair e diante de tal informação descarta aqueles fatores que são complexos, sem apresentarem ganhos expressivos de ajuste ao modelo (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN; KIERS, 2011). Os resultados desta análise podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 5. Método de Seleção de Hull para fatores comuns

Número de Fatores	Valores de Ajuste de Bondade	G.L	Valores de Hull ^c
0	0,207	55	0,000
1	0,320	110	1,433
2	0,398	164	3,531
5	0,462	320	2,470
6	0,470	370	2,065
7	0,474	419	0,000

Baseado no fato das análises preliminares consideradas mais robustas (Horn e Hull) apontaram as soluções de 2 e 7 fatores como aceitáveis para o conjunto de dados analisados e pela presença de estruturas similares na literatura da área (BRINGAS *et al.*, 2006; SEISDEDOS, 1988; VAZSONYI *et al.*, 2001; WILLIAMS *et al.*, 2001), optou-se, na etapa a seguir, pela extração de soluções fatoriais de 2 e 7 fatores, observando assim as consistências estatística e teórica apresentadas por cada uma. Vale destacar que a análise do conteúdo dos itens que compuseram cada fator foi fundamental para determinar a melhor solução. As duas possibilidades analisadas estão descritas no tópico a seguir.

- Extração, rotação e interpretação dos fatores

Conforme discutido anteriormente, considerando o conjunto inicial de 55 itens, realizou-se, sequencialmente, extrações (forçada) para as análises fatoriais com soluções bi e heptafatoriais, através do método dos componentes principais (*Principal Components Analysis*) com rotação *oblimin*. Estipulou-se como carga fatorial mínima |0,45|, o que corresponde a uma variância comum entre item e fator da ordem de 20%, aproximadamente, valor considerado razoável conforme classificação proposta por Comrey (1973). O objetivo dessas extrações foi investigar qual solução seria mais apropriada. Os resultados destas análises são apresentados a seguir:

^c Para estimar os parâmetros de Hull, neste estudo, utilizou-se o software Factor (v9.2) disponível em <http://psico.fcep.urv.es/utilitats/factor/index.html>

Tabela 6. Matriz fatorial rotacionada de 7 fatores

ITEM	Componente							h ²
	1	2	3	4	5	6	7	
ECA_10	,763							,580
ECA_30	,740							,573
ECA_27	,652							,517
ECA_19	,624							,554
ECA_34	,564				,348			,640
ECA_48	,556							,453
ECA_29	,518							,451
ECA_38	,463							,291
ECA_23	,446							,429
ECA_33	,437	-,306						,468
ECA_55	,429							,476
ECA_08	,324							,397
ECA_54		-,751						,659
ECA_46		-,717						,733
ECA_16		-,678			,379			,801
ECA_52		-,667						,726
ECA_09		-,630	,350					,621
ECA_24		-,581						,471
ECA_03		-,550						,553
ECA_26		-,504					,303	,553
ECA_31		-,504			,434			,620
ECA_39		-,482					,446	,519
ECA_53	,315	-,376						,501
ECA_22			,712			-,421		,718
ECA_02			,621					,495
ECA_18			,614					,477
ECA_15			,555					,310
ECA_14			,474			-,314		,410
ECA_45			,369	,341				,458
ECA_37			,366					,448
ECA_21				,732				,604
ECA_36				,659				,553
ECA_12				,574				,454
ECA_25				,468				,450
ECA_20	,338			,432				,555
ECA_43				,414				,468
ECA_32	,348			,400				,335
ECA_41			,356	,381				,531
ECA_49				,360				,409
ECA_06				,309				,108
ECA_35					,814			,733
ECA_50					,689			,575
ECA_17					,674			,539
ECA_42	,446				,468			,553
ECA_05					,423			,544
ECA_28		-,332			,414			,601
ECA_47						-,727		,648
ECA_07		-,304	,386			-,546		,672
ECA_04				,305		-,474		,400
ECA_51				-,324		-,424	-,330	,602
ECA_01							,680	,536
ECA_40					,443		,643	,697
ECA_11							-,344	,391
Valor Próprio	8,13	7,41	5,08	5,09	6,63	3,16	2,48	
% Variância	23,92	8,07	4,86	4,34	4,04	3,50	3,24	
Alfa de Cronbach	0,83	0,88	0,69	0,63	0,67	0,51	0,64	

Nota. Carga fatoriais menores que |0,30| não foram impressas e as variáveis foram agrupadas por suas cargas em cada fator. Os valores abaixo de |0,45| (saturação mínima exigida) estão grafados em cinza.

Como pode ser observado na Tabela 7, a solução com sete fatores, foi capaz de explicar 51,9% da variância total, sendo o primeiro fator responsável por 23,9% da explicação. Quanto a consistência interna, os valores de alfa encontrados ficaram entre 0,88 (Fator 2) e 0,51 (Fator 6), a maioria abaixo do ponto de corte estabelecido na literatura (0,70; NUNNALLY, 1991).

Adicionalmente, analisando a matriz fatorial, é possível considerar a existência de itens complexos (34; 16; 09; 26; 31; 39; 22; 42; 07; 04; 40), ou seja, com carga fatorial expressiva em mais de um fator. Tal ressalva é feita, pois apesar destes itens apresentarem ponto de corte acima do limite estabelecido ($\geq 0,45$) em apenas um fator, também possuem saturação considerável ($> 0,30$) em outros fatores.

Além disso, a análise do conteúdo dos itens que compõem cada um dos sete fatores permitiu verificar que os itens parecem agrupados em “Problemas relacionados ao consumo de drogas” (Fator 1); “Prática de roubo e agressão” (Fator 2); “Dano ao patrimônio e pequenos furtos” (Fator 3) e “Venda de entorpecentes” (Fator 7), não obstante, o quarto, o quinto e o sexto componente acabam por reunir itens que, teoricamente, não permitem uma definição clara do seu conteúdo

Diante dos dados produzidos pela solução heptafatorial, optou-se por analisar a matriz fatorial considerando a extração de dois fatores. Para essa análise, foi aplicado o critério de seleção de itens anteriormente descrito (carga fatorial mínima $|0,45|$). Com base nesta análise, 15 itens não atingiram a saturação fatorial especificada em nenhum dos dois fatores rotacionados. Ficando a solução final composta por dois fatores: Fator 1 agregou 21 itens e respondeu por 23,9% da variância comum, com alfa de Cronbach de 0,87 e cargas fatoriais entre $|0,60|$ e $|0,45|$; o Fator 2 com 15 itens, explicou 8,1% da variância comum, com valor de alfa de 0,88 e cargas fatoriais entre $|0,87|$ e $|0,47|$. Tais componentes demonstraram-se significativamente correlacionados ($r = 0,34$; $p < 0,001$), explicando em conjunto 32% da variância. Um detalhamento dos resultados encontrados, pode ser verificado na Tabela 8:

Tabela 7. Matriz fatorial rotacionada de 2 fatores

ITEM	Componente		h ²
	1	2	
ECA_20	,602		,474
ECA_02	,600		,331
ECA_37	,599		,385
ECA_08	,591		,321
ECA_45	,578		,367
ECA_11	,572		,308
ECA_29	,563		,310
ECA_12	,560		,283
ECA_30	,547		,336
ECA_41	,543		,428
ECA_44	,539		,266
ECA_10	,538		,316
ECA_43	,536		,310
ECA_48	,520		,327
ECA_13	,502		,390
ECA_25	,493		,303
ECA_14	,486		,225
ECA_49	,484		,255
ECA_21	,454		,204
ECA_38	,454		,215
ECA_18	,450		,222
ECA_27	,443		,236
ECA_07	,422		,289
ECA_19	,408	-,353	,381
ECA_55	,408	-,384	,413
ECA_32	,400		,154
ECA_23	,386		,296
ECA_17	,362		,244
ECA_22	,357		,190
ECA_36	,347		,225
ECA_15	,314		,089
ECA_52		-,871	,694
ECA_16		-,863	,734
ECA_46		-,769	,603
ECA_31		-,755	,567
ECA_05		-,678	,487
ECA_26		-,654	,442
ECA_24		-,601	,353
ECA_39		-,596	,323
ECA_35		-,584	,350
ECA_50		-,546	,351
ECA_33		-,533	,357
ECA_53		-,529	,423
ECA_40		-,522	,246
ECA_54		-,515	,269
ECA_09		-,469	,258
ECA_28	,357	-,435	,445
ECA_34	,409	-,414	,445
ECA_03	,340	-,411	,373
ECA_42		-,406	,262
ECA_01		-,364	,120
Valor Próprio	10,23	10,11	
% Variância	23,92	8,07	
Alfa de Cronbach	0,87	0,88	

Nota. Carga fatorialais menores que |0,30| não foram impressas e as variáveis foram agrupadas por suas cargas em cada fator. Os valores abaixo de |0,45| (saturação mínima exigida) estão grafados em cinza

Com base no conteúdo dos itens e considerando a adequabilidade teórica e estatística da estrutura bifatorial, os fatores retidos podem ser nomeados da seguinte forma Fator 1 (Antissociais Leves) descreve atos relativamente menos severos, responsáveis apenas por pequenos incômodos, como passar trote ou roubar objetos de via pública; e Fator 2 (Antissociais Severos) refere-se a atos de maior gravidade que muitas vezes infringem normas juridicamente estabelecidas e, portanto, são passíveis de sanções legais, a exemplo do roubo, da agressão física e dos crimes contra a propriedade.

A Tabela 8 mostra a estrutura empírica do primeiro fator da escala: “Antissociais Leves”, formado por 21 itens. Os itens desse fator que apresentam cargas fatoriais mais elevadas referem-se a comportamentos de dano ao patrimônio; desobediência e pequenos furtos, retratando assim formas leves de comportamentos antissociais, que, embora em alguns casos sejam passíveis de sanções legais, são potencialmente menos danosos.

Tabela 8. Descrição dos itens do Fator 1

Fator 1 - Antissociais Leves	
<i>Item</i>	<i>Conteúdo</i>
20	Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)
02	Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade
37	Secar pneus de veículos, apenas por diversão
08	Desobedecer a um guarda ou sinalização de trânsito enquanto dirige
45	Entrar ilegalmente (sem pagar) em cinemas, ônibus, metrô, restaurante, festa, etc)
11	Bater ou balançar um veículo de um desconhecido, apenas para ativar o alarme
29	Ser expulso de sala de aula por mau comportamento
12	Trapacear em provas ou em outros processos de avaliação (por exemplo, copiar resposta, dar informações falsas, pescar de livros ou comprar gabaritos)
30	Consumir bebida alcoólica (cerveja, uísque, etc) antes dos 18 anos
41	Jogar objetos como pedras ou garrafas para assustar ou machucar alguém
44	Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)
10	Beber em espaços públicos (por exemplo, ruas ou praças)
43	Roubar algo que custe menos de R\$ 20 (por exemplo, jornais, revistas, pacote de chiclete ou dinheiro)
48	Comprar bebida alcoólica para menores de idade
13	Bater ou ameaçar bater em pessoas que não sejam da sua família
25	Ser barulhento, desordeiro ou indisciplinado em locais com grande concentração de pessoas (cinema, reuniões, espaços públicos)
14	Roubar objetos de vias públicas (por exemplo, placas, sinalização de trânsito ou lixeiras)
49	Ficar com dinheiro que um atendente (caixa ou trocador) lhe deu a mais por engano
21	Danificar ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família
38	Mentir sobre a sua idade para comprar algo ou entrar em algum lugar (por exemplo, bebidas alcoólicas, filmes, revistas e festa para maiores de 18 anos)
18	Danificar poltronas de ônibus, de cinema, ou de espaços públicos (praças, hospitais, etc)

Nota. Os itens são apresentados em ordem decrescente das cargas fatoriais

A Tabela 9 apresenta a estrutura empírica do segundo fator da escala: “Antissociais Severos”. Os 15 itens que compõem esse fator, quando comparados aqueles presentes no Fator 1, claramente se referem a formas mais severas de comportamentos antissociais que podem ocasionar graves prejuízos para quem os comete ou para quem são direcionados.

Tabela 9. Descrição dos itens do Fator 2

Fator 2 - Antissociais Severos	
<i>Item</i>	<i>Conteúdo</i>
52	Roubar algo que custe mais de R\$ 200 (Desconsiderar roubo de veículos)
16	Usar uma arma (faca, revolver canivete, etc) para obter dinheiro ou outros bens de alguém
46	Usar arma (faca, revolver, canivete) em uma briga
31	Ameaçar verbalmente alguém para conseguir dinheiro ou outros bens
05	Roubar algo que custe entre R\$ 20 e R\$ 200 (por exemplo, camisa, relógio, perfume, sapato ou dinheiro)
26	Pegar bicicleta de um desconhecido e ficar com ela
24	Ser expulso da escola
39	Atear fogo a veículos, casas ou outros objetos que não pertencem a você
35	Roubar objeto do interior de um carro
50	Receber dinheiro para ter relações sexuais com alguém
33	Usar maconha ou haxixe
53	Comprar objetos roubados
40	Vender cocaína, heroína ou LSD
54	Usar da força física para obter dinheiro ou objetos de alguém
09	Participar de brigas de gangue

Nota. Os itens são apresentados em ordem decrescente das cargas fatoriais

- Evidência de confiabilidade e precisão da medida

As análises realizadas indicam que a melhor solução fatorial parece ser a bifatorial, composta por 36 itens, pois além de contar com índices psicométricos adequados, apresenta fatores inteligíveis e coerentes com proposições teóricas já bem difundidas no campo de estudo dos comportamentos antissociais. Diante de tais considerações e para atender a todos os objetivos propostos neste estudo, procurou-se conhecer outros parâmetros de confiabilidade da medida, para tanto, as análises subsequentes tiveram em conta os 36 itens selecionados nos procedimentos de análise fatorial exploratória.

Com este propósito, inicialmente, foram efetuados o cálculo das correlações item-total corrigidas e do alfa de Cronbach do conjunto total, observando seus valores em função de exclusão de itens com baixa homogeneidade. Finalmente, como antes especificado, o poder discriminativo dos itens foi estabelecido por meio de grupo critério externo (amostra de presidiários). Especificamente, para a realização destas análises, foi considerada uma sub-

amostra aleatória de 50 sujeitos que compuseram a amostra 1 do presente estudo e a amostra de 47 presidiários que compuseram a amostra 2 deste estudo.

Ressalta-se ainda que, a fim de controlar a influência da variável sexo, uma vez que a amostra de presidiários compõe-se apenas por homens, todos os 50 sujeitos da população geral selecionados foram também do sexo masculino. Neste caso, mediante uso do Teste *t*, foram comparadas as médias dos dois grupos para cada um dos itens, com o objetivo de verificar em que medida estes conseguem diferenciar os respondentes. Os resultados destas análises são resumidos na tabela 10.

Tabela 10. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos 15 itens que compõem o fator Antissociais Severos da ECA ($n = 97$)

Item	Pop. Geral ^a		Presidiários ^b		<i>t</i>	$r_{i,t}$	Valor de alfa se o item for excluído
	<i>m</i>	<i>dp</i>	<i>m</i>	<i>Dp</i>			
52	0,00	0,00	1,17	1,40	-5,71*	0,78	0,86
16	0,00	0,00	1,15	1,50	-5,24*	0,83	0,86
46	0,00	0,00	0,83	1,30	-4,35*	0,72	0,86
31	0,04	0,19	0,60	1,22	-3,06**	0,68	0,87
05	0,12	0,43	1,06	1,40	-4,41*	0,64	0,87
26	0,02	0,14	0,70	1,31	-3,53*	0,59	0,87
24	0,02	0,14	0,43	0,95	-2,89**	0,51	0,87
39	0,00	0,00	0,15	0,46	-2,19***	0,50	0,88
35	0,00	0,00	0,26	0,73	-2,37***	0,51	0,87
50	0,02	0,14	0,32	0,91	-2,22***	0,52	0,87
33	0,52	1,18	1,79	1,89	-3,91*	0,51	0,89
53	0,38	0,725	0,89	1,37	-2,28***	0,54	0,87
40	0,00	0,00	0,32	1,02	-2,13***	0,37	0,88
54	0,04	0,19	0,47	1,08	-2,67**	0,46	0,87
09	0,08	0,56	0,49	1,12	-2,25***	0,45	0,87

Nota. ^a Sub amostra de 50 participantes da população geral (amostra 1); ^b amostra de 47 presos (amostra 2)

Nota. * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,05$; $r_{i,t}$ = Correlação item-total corrigida

De acordo com os dados apresentados, é possível observar que todos os itens do fator Antissociais Severos conseguiram diferenciar significativamente os grupos critérios, tendo a amostra de presos obtido maiores médias em todos os itens analisados. Quanto à homogeneidade, as correlações ($r_{i,t}$) variaram entre 0,37 (*Vender cocaína, heroína ou LSD*) e 0,83 [*Usar uma arma (faca, revolver canivete, etc) para obter dinheiro ou outros bens de alguém*]. Como se verifica, todos os itens deste fator ficaram acima do limite mínimo considerado aceitável (0,20) (CLARK; WATSON, 1995). No que tange a consistência interna do instrumento, em função de exclusão de itens, não foi possível verificar casos em que a exclusão de itens trouxesse grandes ganhos, optando-se, portanto, por manter o conjunto inicial de 15 itens para o fator Antissociais Severos.

A semelhança dos resultados obtidos com a análise do fator Antissociais Severos, os índices de homogeneidade para os Antissociais Leves se apresentaram acima do ponto de corte sugerido na literatura, variando entre 0,36 [*Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)*] e 0,63 [*Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)*]. No que tange a consistência interna, optou-se por manter o conjunto inicial de 21 itens, dado que a exclusão de itens não altera de forma significativa o valor do alfa apresentado.

Quanto ao poder discriminativo dos itens, observa-se que apenas os itens 2 (*Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade*) e 44 [*Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)*] conseguiram diferenciar significativamente os grupos critérios, tendo a amostra da população geral apresentado médias significativamente superiores em ambos os casos.

Tabela 11. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos 21 itens que compõem o fator Antissociais Leves da ECA ($n = 97$)

Item	Pop. Geral ^a		Presidiários ^b		<i>t</i>	<i>r</i> _{i,t}	Valor de alfa se o item for excluído
	<i>m</i>	<i>dp</i>	<i>m</i>	<i>Dp</i>			
20	1,32	1,62	0,94	1,15	0,23	0,63	0,86
02	0,40	0,75	0,13	0,39	0,28***	0,41	0,87
37	0,26	0,72	0,38	1,03	0,49	0,53	0,86
08	1,00	1,45	0,55	1,13	0,95	0,45	0,86
45	0,60	1,16	0,36	0,98	0,28	0,54	0,86
11	0,08	0,27	0,06	0,32	0,79	0,45	0,87
29	1,12	1,28	0,74	1,25	0,15	0,49	0,86
12	1,76	1,77	1,30	1,66	0,19	0,46	0,86
30	2,02	1,75	2,21	1,78	-0,19	0,50	0,86
41	0,41	0,88	0,60	1,21	-0,18	0,58	0,86
44	0,46	0,81	0,04	0,20	0,41*	0,36	0,87
10	2,02	1,80	2,38	1,70	-0,36	0,52	0,86
43	0,60	1,03	0,36	0,96	0,23	0,49	0,86
48	0,50	0,99	0,62	1,26	-0,11	0,47	0,86
13	1,08	1,30	0,96	1,38	0,12	0,53	0,86
25	0,68	0,91	0,83	1,38	-0,15	0,50	0,86
14	0,16	0,46	0,11	0,37	0,54	0,38	0,87
49	0,66	1,06	0,83	1,07	-0,17	0,46	0,86
21	0,44	0,88	0,26	0,87	0,18	0,40	0,87
38	0,68	1,09	0,66	1,18	0,02	0,42	0,86
18	0,12	0,38	0,17	0,48	-0,50	0,40	0,87

Nota. ^a Sub amostra de 50 participantes da população geral (amostra 1); ^b amostra de 47 presos (amostra 2)

Nota. * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,05$; $r_{i,t}$ = Correlação item-total corrigida

Finalmente, para complementar as informações acerca da confiabilidade da Escala de Comportamentos Antissociais, procurou-se avaliar sua estabilidade temporal por meio da precisão teste-reteste. Para tanto, efetuou-se uma correlação r de Pearson entre as pontuações totais apresentadas por 25 participantes em dois momentos (t_1 e t_2 ; 15 dias de intervalo entre uma aplicação e outra). Nesta análise, os resultados indicaram forte correlação entre os valores obtidos na primeira e na segunda aplicação ($r = 0,94$; $p \leq 0,01$). Valor corroborado pela ausência de diferenças significativas entre as médias obtidas nas duas aplicações ($m_{t1} = 0,42$ $dp = 0,40$; $m_{t2} = 0,44$ $dp = 0,45$; $p > 0,05$). Tais resultados corroboram a estabilidade temporal da medida.

3.2.3 Discussão Parcial

Antes de discutir os resultados, faz-se necessário relembrar o principal objetivo do presente estudo, a saber: construir um instrumento de mensuração dos comportamentos antissociais. Em face dos achados apresentados, confia-se que este objetivo foi satisfatoriamente alcançado. Como esperado, após as análises da estrutura fatorial e dos índices de consistência interna, foi possível apresentar um instrumento composto por 36 itens, distribuídos em dois fatores específicos, mas relacionados: Comportamentos Antissociais Severos (15 itens) e Leves (21 itens). De fato, pode-se afirmar que a medida proposta demonstra evidências de validade e precisão consideradas satisfatórias, sobretudo, quando considerada a estrutura bifatorial dos comportamentos antissociais.

Sobre esse aspecto, a adoção de uma solução bifatorial também tem sido defendida por Seisdedos (1988) e López, López-Soler e Freixinos (2003), que, ao proporem uma perspectiva mais pragmática na avaliação de tais comportamentos, subdivide-os em dois grandes grupos: (1) aqueles puramente *antissociais*, que apesar de não infringirem leis, nem serem passíveis de sanções legais, são responsáveis por pequenos incômodos; e (2) os *delitivos*, caracterizados por atos que infringem normas juridicamente estabelecidas.

Não obstante, ainda que a definição de comportamentos antissociais subdividida em antissociais e delitivos pareça consistente. Tendo em conta à revisão bibliográfica realizada e os resultados deste estudo, considera-se pertinente classificar os atos antissociais em decorrência da severidade ou da gravidade dos atos realizados, sem que haja vínculo direto com as normas legais vigentes. Tal perspectiva congrega ao mesmo tempo a definição de comportamentos antissociais como mais ampla do que o conceito de delito (SÁNCHEZ,

1987) e o entendimento destes dentro de uma graduação de condutas (CASTELL; CARBALLO, 1987)

Nesta perspectiva, os comportamentos antissociais englobariam um espectro de comportamentos que vão desde atos relativamente menos severos (Fator 1), que são potencialmente menos danosos, embora em alguns casos possam ser passíveis de sanções legais, a formas mais graves de desvios (Fator 2), os quais seriam responsáveis por ocasionar graves prejuízos para quem os comete ou para quem são direcionados.

Tal definição mostra-se condizente com a proposta de mensuração dos comportamentos antissociais em contextos culturais distintos, uma vez que, como já foi apresentado, associar o conceito de comportamento antissocial a prática de delito (enfoque criminológico) dota-o de certa relatividade, não sendo possível, portanto, a clara definição de quais atos são ou não delitivos, pois estes são ligados necessariamente aos valores presentes em cada época e cultura (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; LUZES, 2010).

No que concerne aos índices de confiabilidade do instrumento, pode-se constatar que, todos os valores estavam acima do ponto de corte recomendado. Quanto à precisão teste-reteste da medida, os resultados também foram favoráveis, indicando boa estabilidade temporal. Não obstante, uma observação precisa ser feita quanto ao poder discriminativo dos itens que compõem o fator Antissociais Leves, estes, conforme resultados apresentados, em sua maioria, a exceção dos itens 2 e 44, não foram capazes de diferenciar significativamente os grupos critérios. Tal fato se justifica uma vez que os itens deste fator expressam comportamentos antissociais ditos leves, os quais, como afirmam Romero, Sobral e Luengo (1999), são passíveis de serem realizados por qualquer indivíduo da sociedade, não se restringindo a pessoas institucionalizadas, não sendo, portanto, a amostra de presidiários, o grupo critério mais adequado para esse caso.

Com objetivo de dirimir potenciais dúvidas, no estudo III dessa dissertação, novas análises serão realizadas, no qual o poder discriminativo dos itens do fator Antissociais Leves será novamente analisado tendo-se em conta grupos critérios internos, em que serão comparados os participantes cujas pontuações totais se localizaram abaixo (grupo critério inferior) e acima (grupo critério superior) da mediana empírica.

Quanto aos itens 2 e 44 terem apresentado pontuações médias significativamente superiores na amostra da população geral, tal fato pode ser explicado analisando o conteúdo dos mesmos. No que se refere ao item 2 (*Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade*), a pontuação significativamente inferior observada na amostra de presidiários, parece ser decorrente do grau de escolaridade dos mesmos, uma vez que estes,

por possuírem, em sua maioria, apenas nível fundamental incompleto, tiveram menos tempo de contato com o ambiente escolar, quando comparados com a amostra da população geral, cuja maioria apresenta ensino superior incompleto e, conseqüentemente, menor oportunidade de emitirem tais comportamentos.

Para o item 44 [*Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)*] a pontuação significativa e inferior observada na amostra de presidiários pode ser explicada, tendo-se em conta que o comportamento descrito por tal item, dado o envolvimento desses sujeitos em comportamentos antissociais mais severos, pode representar potenciais riscos de prisão.

Em resumo, com realização desse estudo, reuniram-se evidências empíricas acerca da adequação psicométrica da Escala de Comportamentos Antissociais. Contudo, considerando o caráter das análises efetuadas, que fora meramente exploratórias, e o número reduzido de participantes (250 sujeitos), julgou-se coerente empregar análises estatísticas mais robustas, como é o caso das modelagens por equação estrutural, a fim de comprovar se a estrutura fatorial aqui apresentada é replicável. Portanto, para dirimir possíveis dúvidas acerca da estrutura fatorial da ECA, realizou-se o terceiro estudo dessa dissertação, cujos objetivos e especificidades são apresentados a seguir.

Como discutido, na literatura ainda não há um consenso acerca da dimensionalidade do comportamento antissocial. Publicações sobre o tema, empregando um número diversificado de instrumentos, propõem diferentes estruturas que englobam desde modelos mais parcimoniosos, como os unifatoriais (MARTORELL *et al.*, 2011; ORDÓÑEZ, 2009), e bifatoriais (BRINGAS *et al.*, 2006; SEISDEDOS, 1988), até modelos mais complexo composto por três (BURT; DONNELLAN, 2009; CZECH; KEMP, 2010; MOLINENGO; TESTA, 2010), cinco (LUENGO *et al.*, 1999), e sete fatores (VAZSONYI *et al.*, 2001; WILLIAMS *et al.*, 2001). Nesse contexto, para verificar a adequabilidade da estrutura proposta no estudo anterior (Estudo 2), pensou-se na realização do presente estudo, cujos detalhes acerca dos seus objetivos e as especificidades do método são apresentados a seguir.

4.1 Objetivo

O objetivo deste estudo foi comprovar a estrutura fatorial proposta no Estudo 2, por meio de Modelagens por Equações Estruturais, utilizando a técnica de parcela de itens. Adicionalmente, visando ampliar as evidências acerca da validade de construto da escala, e verificar sua validade convergente, foram calculados os coeficientes de correlação entre a medida proposta, o *Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos*, e a Escala de Autocontrole. Além disso, conforme sugerido no estudo 2, ainda buscou-se analisar o poder discriminativo dos itens do fator Antissociais Leves, tendo-se em conta grupos critérios internos.

4.2 Método

4.2.1 Amostra

Para realização do presente estudo, contou-se com duas amostras específicas, seguindo critério semelhante ao adotado no estudo 2, perfazendo um total de 250 participantes. Para a composição da primeira amostra, contou-se com 200 participantes de diversas cidades do estado do Ceará, com idade média de 23,3 anos ($dp = 8,5$), sendo em sua maioria da cidade de Fortaleza (43,3%), do sexo feminino (56,9%), católicos (49,5%), solteiros (85,9%), com ensino médio incompleto (65,3%) e renda mensal familiar de até três salários mínimos (49,2%). A segunda amostra foi composta por 50 apenados que estavam cumprindo pena em regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará, sendo todos do sexo masculino, com idade média de 30,4 anos ($dp = 8,29$) e em sua maioria católicos (62,2%), solteiros (44,4%), com ensino fundamental incompleto (60,9%), reincidentes (69,0%). Estes apresentaram como

principal motivo da detenção o roubo (21,3%), seguido do homicídio (19,1%) e do tráfico de drogas (8,5%). Tais amostras, foram não-probabilística, sendo consideradas as pessoas que, ao serem convidadas, concordaram em colaborar com o estudo.

4.2.2 Instrumentos

Os participantes foram convidados a responder as medidas listadas abaixo:

Escala de Comportamentos Antissociais (ECA): Este instrumento consiste em uma escala de autorrelato para mensuração dos comportamentos antissociais, composta por 36 itens, distribuídos em dois fatores: *Antissociais Severos* (15 itens), que compreendem ações responsáveis por ocasionar graves prejuízos para quem os comete ou para quem são direcionados (ex. Roubar algo que custe mais de R\$ 200); e *Antissociais Leves* (21 itens) que abrangem atos que são potencialmente menos danoso, embora, em alguns casos, possam ser passíveis de sanções legais (ex. Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade). As respostas a este questionário são dadas em uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos (0 = “Nunca” a 4 = “6 ou mais vezes”) relativa a frequência com que os comportamentos foram emitidos durante a vida do participante. Conforme estudo preliminar (Estudo 2), foi possível verificar a adequabilidade da estrutura bifatorial do construto, responsáveis por explicar 32% da variância total, alcançando índices satisfatórios de consistência interna de 0,88 (*Antissociais Severos*) e 0,87 (*Antissociais Leves*).

Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos (CAD; SEISDEDOS, 1988), originalmente proposto por Seiseddos para mensuração dos comportamentos antissociais em contexto espanhol, é composto por 40 itens, divididos em duas dimensões: os *antissociais*, correspondentes a aqueles comportamentos que são expressamente não delitivos, ou seja, não infringem normas jurídica, mas tidos como danosos a sociedade (ex. "Riscar em lugares proibidos, paredes, mesas, etc."); e os *delitivos*, caracterizados como atos mais graves que implicam necessariamente na infração direta de leis. ("Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas"). Em contexto brasileiro, o estudo de adaptação desta medida realizado por Formiga e Gouveia (2003) atestou a adequabilidade da estrutura bifatorial da escala ($\chi^2(739) = 1313,38, p < 0,001, \chi^2 / gl = 1,78, GFI = 0,91, AGFI = 0,90$ e $RMSR = 0,04$). Estrutura similar foi observada na versão reduzida da escala (Gouveia *et al.*, 2009), que por apresentar evidências de validade e consistência interna ($\alpha = 0,84$ e $0,82$, para os fatores antissociais e delitivos, respectivamente) equiparáveis à versão original, foi selecionada para ser utilizada no presente estudo. Esta versão do instrumento é composta por 20 itens distribuídos equitativamente em dois fatores (antissocial e delitivo), através dos quais os respondentes devem indicar em uma escala variando de 1 = “nunca” a 10 = “sempre”, com

que frequência já realizaram, em algum momento da sua vida, os comportamentos descritos em cada item.

Escala de Autocontrole (EA; GRASMICK *et al.*, 1993), foi originalmente elaborada em língua inglesa, sendo composta por 24 itens com o intuito de operacionalizar as seis dimensões teóricas propostas por Gottfredson e Hirschi (1990), a saber (1) *orientação voltada para o aqui e o agora*; (2) *interesse por experiências arriscadas e emocionantes*; (3) *preferência por tarefas simples frente às complexas*; (4) *inabilidade para planificar o comportamento e planejar objetivos a longo prazo*; 5) *egocentrismo e indiferença pelas necessidades e desejos dos outros*; e, finalmente, (6) *baixa tolerância à frustração e alta frente à dor*. Conforme estudos de validação realizados pelos autores da escala, ainda que não tenha sido possível observar de forma conclusiva a estrutura fatorial mais adequada, foi possível constatar a boa consistência interna da medida ($\alpha = 0,80$; para o total dos itens). Já em contexto brasileiro, conforme estudo de adaptação da escala para o contexto paraibano realizado por Gouveia *et al.* (no prelo), coerentemente com a proposição teórica de Gottfredson e Hirschi (1990), os resultados apontam para a adequabilidade da estrutura hexa fatorial do construto, responsáveis por explicar 59,5% da variância total, bem como para índices de consistência interna entre 0,62 (componente 1) e 0,79 (componente 6). Mesma estrutura tem sido observada em contexto cearense, conforme estudo de validação realizado por Cristino *et al.* (2013), o qual atesta a adequabilidade da estrutura composta por seis fatores, tendo esta obtido magnitudes de cargas fatoriais e de variância explicada satisfatórias e índices de consistência internas 0,81 para o conjunto total de itens entre 0,62 e 0,79 quando considerados os fatores isoladamente. Com base em tais achados, optou-se por, no presente estudo, utilizar a versão adaptada para o contexto brasileiro proposta por Gouveia *et al.* (no prelo). Esta versão, assim como a original é composta por 24 itens distribuídos nas seis dimensões acima descritas, a escala de resposta é do tipo *Likert*, de quatro pontos, que variam entre: Discordo Totalmente (1) e Concordo Totalmente (4). Sendo pontuações mais altas indicativos de menor autocontrole.

Na última parte do livreto, denominada Caracterização da Amostra, foi solicitado dos respondentes informações sócio demográficas para caracterização dos participantes do estudo (por exemplo, idade, sexo, tipificação penal).

4.2.3 Procedimentos

Seguiu-se os mesmos procedimentos de coleta de dados apresentados no estudo 2. Ressalta-se que, conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, antes de iniciar o preenchimento do questionário, todos os participantes assinaram o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declarando sua anuência e autorização para a utilização dos dados coletados com o fim de pesquisa e eventuais publicações. O tempo médio de participação de cada respondente foi de 15 minutos (amostra 1) e de 30 minutos (amostra 2).

4.2.4 Análise dos Dados

Neste estudo além do SPSS, o *software AMOS* (versão 22) foi empregado para testar a estrutura fatorial encontrada na etapa anterior (Análise Fatorial Confirmatória), confrontando-a, adicionalmente, com um modelo alternativo (unifatorial). Além das estatísticas descritivas, utilizaram-se análises fatoriais confirmatórias, tomando-se em conta a matriz de covariância e, adotando o estimador ML (*Maximum Likelihood*). Estas análises oferecem vários indicadores de ajuste do modelo teórico aos dados empíricos, sendo aqui considerados os seguintes (BYRNE, 2001; TABACHNICK, FIDELL, 2001):

(1) a razão $\chi^2 / \text{g.l.}$ (qui-quadrado / graus de liberdade), sendo recomendáveis valores entre 2 e 3, porém admitindo-se até 5 como indicativo de um ajustamento adequado;

(2) *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI), cujos valores variam de 0 a 1, com aqueles próximos a 0,90 indicando um ajustamento satisfatório;

(3) *Comparative Fit Index* (CFI), índice comparativo, adicional, de ajuste ao modelo, com valores mais próximos de 1 indicando melhor ajuste, com 0,90 sendo a referência para aceitar o modelo;

(4) *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA), que se baseia nos residuais, sendo melhor quanto mais próximo este índice for de zero (melhor o ajuste do modelo hipotético aos dados); admitem-se valores de até 0,10, porém tem-se geralmente em conta o ponto de corte de 0,08; e

(5) *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC) e o *Expected Cross Validation Index* (ECVI), os quais são indicadores geralmente empregados para avaliar a adequação de um modelo em relação a outro. Valores baixos do ECVI e CAIC sugerem um modelo mais adequado.

Finalmente, foi analisada a diferença entre os qui-quadrados e seus respectivos graus de liberdade [$\chi^2(\text{gl})$], procedimento que serve para decidir, entre os modelos, qual o mais parcimonioso e, portanto, mais ajustado (BYRNE, 2001).

Não obstante, para a utilização de tais análises, dado o número de participantes do estudo e o quantitativo de itens do instrumento, optou-se por empregar a técnica de parcelamento de itens. Tal procedimento consiste na combinação (soma ou média) de variáveis individuais, a fim de criar um conjunto simplificado com menor número de

variáveis, tais agregações são nomeadas de parcela e passam a ser consideradas como indicadores das variáveis latentes. (HAIR *et al.*, 2009; HAU; MARSH, 2000)

Como apontam Hau e Marsh (2004) o emprego desta técnica é potencialmente vantajoso, especificamente por possibilitar uma simplificação do modelo que se pretende trabalhar e por ser uma alternativa útil de estimação quando se trabalha com dados não distribuídos normalmente.

4.3 Resultados

Inicialmente, a fim de dirimir potenciais dúvidas encontradas no estudo 2 da presente dissertação e verificar se os 21 itens que compõem o fator Antissociais Leves da ECA conseguem diferenciar adequadamente os participantes com alta e baixa pontuações na escala, avaliou-se o poder discriminativo destes itens, considerando para a composição dos grupos critérios internos, aqueles participantes que localizam-se abaixo e acima da mediana empírica ($Md = 0,44$), chamando-os, respectivamente, de grupo critério inferior e superior.

Tabela 12. Reanálise do Poder discriminativo dos 21 itens que compõem o fator Antissociais Leves da ECA ($n = 250$)

Item	Grupo Superior ^a		Grupo Inferior ^b		<i>t</i>
	<i>M</i>	<i>dp</i>	<i>M</i>	<i>dp</i>	
12	1,74	1,56	0,30	0,68	9,42*
01	0,37	0,78	0,07	0,26	3,96*
22	0,60	1,15	0,06	0,34	5,02*
03	1,42	1,65	0,46	0,95	5,56*
29	0,90	1,17	0,10	0,39	7,19*
06	0,32	0,70	0,02	0,12	4,76*
17	1,46	1,38	0,35	0,70	8,02*
07	2,28	1,57	0,86	1,20	7,96*
18	2,89	1,59	0,99	1,34	10,13*
26	0,56	1,03	0,07	0,31	5,02*
28	0,67	1,13	0,15	0,49	4,75*
05	2,87	1,53	1,00	1,49	9,72*
27	0,83	1,28	0,20	0,49	5,11*
31	0,96	1,47	0,11	0,38	6,28*
08	1,33	1,34	0,38	0,84	6,63*
15	1,08	1,36	0,29	0,74	5,65*
09	0,31	0,76	0,02	0,12	4,25*
32	1,36	1,23	0,33	0,63	8,25*
13	1,02	1,33	0,37	0,81	4,57*
23	1,37	1,59	0,25	0,73	7,09*
11	0,27	0,72	0,04	0,23	3,40*

Nota. ^a Participantes com pontuações totais acima de 0,44; ^b Participantes com pontuações totais abaixo de 0,44

Nota. * $p \leq 0,001$;

Como se pode observar, todos os 21 itens que compõem o fator conseguem diferenciar significativamente ($p \leq 0,001$) os grupos critérios, mesmo quando estes apresentam

pontuações próximas, o que confirma a pertinência de manter este conjunto itens nas análises posteriores.

Em seguida, antes de realizar as análises fatoriais confirmatórias, objetivo principal desse estudo, buscou-se avaliar evidências de validade convergente da ECA, para tanto, foram realizadas análises de correlação entre as pontuações dos seus fatores com aquelas obtidas por meio do Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos (SEISDEDOS, 1988; FORMIGA & GOUVEIA, 2003) e da Escala de Autocontrole (GRASMICK *et al.*, 1993; GOUVEIA *et al.*, no prelo). Tal análise se justifica, fundamentalmente, por ser o CAD uma ferramenta de mensuração dos comportamentos antissociais já validada e empregada em contexto brasileiro e pela relação existente, conforme anteriormente discutido, entre autocontrole e comportamentos antissociais. Os resultados destas análises são apresentados na Tabela 14.

Tabela 13. Coeficiente de correlação entre os fatores das escalas ECA, CAD e EA ($n = 250$)

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Antissociais Severos	1	0,48*	0,43*	0,41*	0,33*	0,24*	0,26*	0,34*	0,25*	0,31*
2. Antissociais Leves		1	0,32*	0,43*	0,40*	0,31*	0,26*	0,32*	0,21*	0,04
3. Comp. Delitivo			1	0,73*	0,59*	0,32*	0,58*	0,69*	0,68*	0,55*
4. Comp. Antissocial				1	0,67*	0,44*	0,60*	0,62*	0,73*	0,45*
5. Interesse por experiências arriscadas					1	0,24*	0,37*	0,36*	0,37*	0,03
6. Baixa tolerância a frustração						1	0,20**	0,40*	0,25*	0,20**
7. Preferência por tarefas simples							1	0,16***	0,36*	0,14***
8. Egocentrismo								1	0,46*	0,40*
9. Orientação voltada para o aqui agora									1	0,43*
10. Inabilidade de Planejar objetivos a longo prazo										1

Nota. * $p \leq 0,001$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,05$; (teste bi-caudal; eliminação por pares de itens em branco).

Como pode ser observado, as pontuações dos fatores Antissociais Severos e Antissociais Leves da ECA apresentaram-se direta e significativamente correlacionadas com as pontuações obtidas pelo Questionário de Comportamento Antissocial e Delitivo. Especificamente, no que diz respeito à associação entre o fator *Antissociais Severos* e os fatores do CAD, observa-se que este apresentou magnitudes de correlação mais elevadas com os *Comportamentos Delitivos* ($r = 0,43$; $p \leq 0,001$) em comparação aos *Comportamentos*

Antissociais. ($r = 0,41$; $p \leq 0,001$). Por outro lado, o fator *Antissociais Leves* apresentou correlação significativamente superior com os *Comportamentos Antissociais* ($r = 0,43$; $p \leq 0,001$), quando comparado os *Delitivos* ($r = 0,32$; $p \leq 0,001$).

No que tange as correlações existentes entre os fatores da ECA e os seis componentes da Escala de Autocontrole, pôde-se observar que as pontuações em *Antissociais Severos* se correlacionaram positivamente e significativamente ($p \leq 0,001$) com *Interesse por experiências arriscadas* ($r = 0,33$); *Baixa tolerância à frustração* ($r = 0,24$); *Preferência por tarefas simples* ($r = 0,26$); *Egocentrismo* ($r = 0,34$); *Orientação voltada para o aqui agora* ($r = 0,25$); *Inabilidade de Planejar objetivos a longo prazo* ($r = 0,31$). De forma análoga, a exceção do fator *Inabilidade de Planejar objetivos a longo prazo* ($r = 0,04$; $p > 0,05$), as pontuação em *Antissociais Leves* se correlacionara positivamente ($p \leq 0,001$) com *Interesse por experiências arriscadas* ($r = 0,40$); *Baixa tolerância a frustração* ($r = 0,31$); *Preferência por tarefas simples* ($r = 0,26$); *Egocentrismo* ($r = 0,32$); *Orientação voltada para o aqui agora* ($r = 0,21$).

Frente a estes dados, e confiando nas evidências de validade até aqui apresentadas, optou-se por, na seção a seguir, empreender esforços na realização de análises em uma perspectiva mais confirmatória. Para tanto, a solução fatorial (bifatorial) utilizada até o momento foi testada por meio de Modelagem por Equações Estruturais (SEM), fim de verificar o grau de ajuste do modelo aos dados empíricos.

- Análise Fatorial Confirmatória com Parcela de Itens

Para o emprego da técnica de parcelamento, optou-se por agrupar os itens segundo o critério de conteúdo (HAIR *et al.* 2009). Para tanto, os itens foram analisados dentro de cada fator e agrupados três a três. Em face desse agrupamento, foram criadas doze parcelas de itens (7 para o fator *Antissociais Leves* e 5 para o fator *Antissociais Graves*), ou seja, construíram-se novas variáveis no banco de dados que consistiam na média dos três itens por agrupamento. As parcelas correspondentes a cada agrupamento podem ser observadas nas Tabelas 15 e 16.

Tabela 14. Parcelamento de Itens para o fator Antissociais Leves

Parcela	Nº Item	Conteúdo
<i>PDL1</i>	01	Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade
	13	Danificar ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família
	11	Danificar poltronas de ônibus, de cinema, ou de espaços públicos (praças, hospitais, etc)
<i>PDL2</i>	18	Consumir bebida alcoólica (cerveja, uísque, etc) enquanto menor de idade
	05	Beber em espaços públicos (por exemplo, ruas ou praças)
	31	Comprar bebida alcoólica para menores de idade
<i>PDL3</i>	15	Ser barulhento, desordeiro ou indisciplinado em locais com grande concentração de pessoas (cinema, reuniões, espaços públicos)
	06	Bater ou balançar um veículo de um desconhecido, apenas para ativar o alarme
	22	Secar pneus de veículos, apenas por diversão
<i>PDL4</i>	09	Roubar objetos de vias públicas (por exemplo, placas, sinalização de trânsito ou lixeiras)
	27	Roubar algo que custe menos de R\$ 20 (por exemplo, jornais, revistas, pacote de chiclete ou dinheiro)
	32	Ficar com dinheiro que um atendente (caixa ou trocador) lhe deu a mais por engano
<i>PDL5</i>	08	Bater ou ameaçar bater em pessoas que não sejam da sua família
	26	Jogar objetos como pedras ou garrafas para assustar ou machucar alguém
	12	Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)
<i>PDL6</i>	23	Mentir sobre a sua idade para comprar algo ou entrar em algum lugar (por exemplo, bebidas alcoólicas, filmes, revistas e festa para maiores de idade)
	07	Trapacear em provas ou em outros processos de avaliação (por exemplo, copiar resposta, dar informações falsas, pescar de livros ater)
	29	Entrar ilegalmente (sem pagar) em cinemas, ônibus, metrô, restaurante, festa, etc)
<i>PDL7</i>	17	Ser expulso de sala de aula por mau comportamento
	28	Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)
	03	Desobedecer a um guarda ou sinalização de trânsito enquanto dirige

Tabela 15. Parcelamento de Itens para o fator Antissociais Severos

Parcela	Nº Item	Conteúdo
<i>PDS1</i>	11	Usar uma arma (faca, revolver canivete, etc) para obter dinheiro ou outros bens de alguém
	19	Ameaçar verbalmente alguém para conseguir dinheiro ou outros bens
	36	Usar da força física para obter dinheiro ou objetos de alguém
<i>PDS2</i>	21	Roubar objeto do interior de um carro
	14	Ser expulso da escola
	35	Comprar objetos roubados
<i>PDS3</i>	25	Vender cocaína, heroína ou LSD
	20	Usar maconha ou haxixe
	33	Receber dinheiro para ter relações sexuais com alguém
<i>PDS4</i>	30	Usar arma (faca, revolver, canivete) em uma briga
	04	Participar de brigas de gangue
	24	Atear fogo a veículos, casas ou outros objetos que não pertencem a você
<i>PDS5</i>	34	Roubar algo que custe mais de R\$ 200 (Desconsiderar roubo de veículos)
	02	Roubar algo que custe entre R\$ 20 e R\$ 200 (por exemplo, camisa, relógio, perfume, sapato ou dinheiro)
	16	Pegar bicicleta de um desconhecido e ficar com ela

Para a identificação do modelo, especificou-se cada parcela de item como pertencendo a um só fator sem saturações cruzadas (de acordo com as análises exploratórias realizadas no estudo anterior) especificou-se ainda que os erros de medida eram não correlacionados. A correlação entre os dois fatores foi estimada livremente.

Seguindo tais procedimentos, em um primeiro momento, obteve-se os seguintes indicadores de ajustamento: ($\chi^2/gf = 192,873/53 = 3,63$); GFI = 0,886; CFI = 0,893; AGFI = 0,832; RMSEA = 0,103. Como pode ser observado, os indicadores de ajuste do modelo encontram-se ligeiramente fora dos intervalos aceitáveis, diante de tal fato, com o intuito de melhorar o modelo, observando os índices de modificação, introduziu-se uma correlação entre dois dos erros de medida pertencentes ao mesmo fator (erros associados as parcelas PDS1 e PDS3).

De fato, quando avaliado o conteúdo dos itens que compõem estas duas parcelas, o ajuste parece ser aceitável, uma vez que a parcela PDS3 envolve itens relacionados ao consumo de drogas que podem estar associadas com comportamentos como roubo (PDS1). Após a reespecificação do modelo (Figura 2), observou-se uma melhora dos indicadores: ($\chi^2/gf = 149,621/52 = 2,87$); GFI = 0,911; CFI = 0,925; AGFI = 0,866; RMSEA = 0,087.

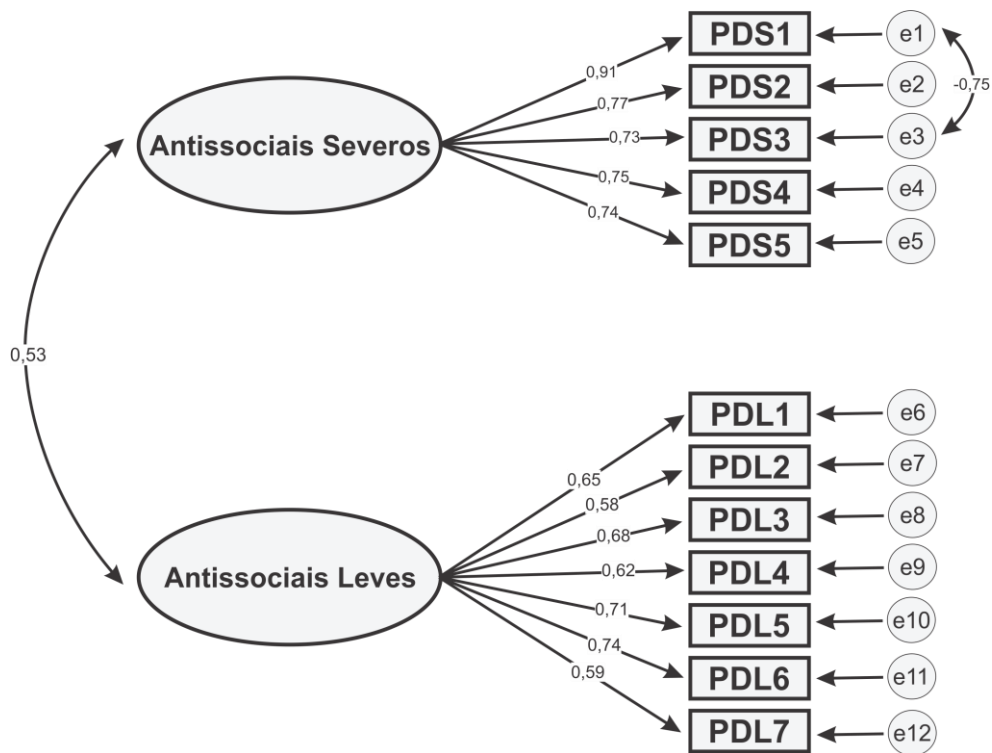


Figura 2. Análise Fatorial Confirmatória para solução bifatorial

Adicionalmente, com o fim de dirimir possíveis dúvidas quanto à estrutura fatorial apresentada e dado a forte correlação observada entre os dois fatores, um modelo alternativo unifatorial (Figura 3) foi testado. Neste caso, observaram-se os seguintes índices de ajuste: ($\chi^2/\text{gl} = 464,693/54 = 8,60$); GFI = 0,671; CFI = 0,686; AGFI = 0,525; RMSEA = 0,175.

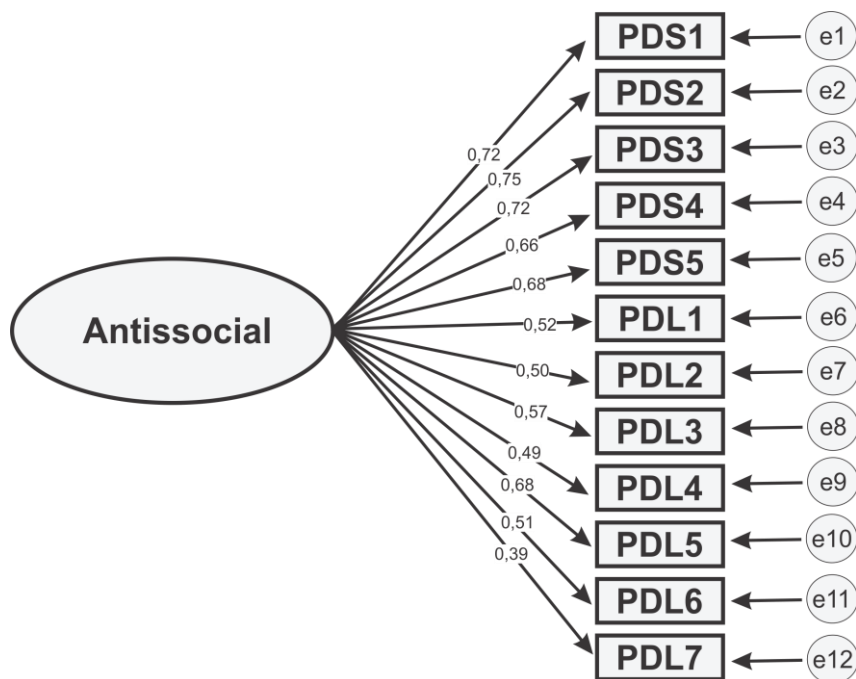


Figura 3 Análise Fatorial Confirmatória para solução unifatorial

Como pode ser visto na tabela 17, o indicadores de ajuste para o modelo bifatorial foi consideravelmente melhor, principalmente quando se observam os índices comparativos de CAIC e ECVI, que são bem menores para a solução de dois fatores. Neste caso, todos os λ (lambda) foram superiores a 0,50, sendo estatisticamente diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $z > 1,96$, $p < 0,05$). Os dois fatores apresentaram correlação entre si (Φ) de 0,53 (valor Phi padronizado).

Tabela 16. Índices de ajuste para os modelos alternativos

Modelo	χ^2 (gl)	GFI	CFI	AGFI	RMSEA (IC -90%)	CAIC	ECVI	$\Delta\chi^2$ (gl)
<i>Unifatorial</i>	464,693(54)	0,671	0,686	0,525	0,175 (0,161 – 0,190)	621,016	2,076	-----
<i>Bifatorial</i>	149,621(52)	0,911	0,925	0,866	0,087 (0,071 – 0,104)	318,970	0,816	315,072 (2)*

Nota. χ^2 = qui-quadrado; gl = graus de liberdade; AGFI = Adjusted goodness-of-fit index; CFI = comparative fit index, RMSEA = root-mean-square error of approximation, CI90% = intervalo de confiança de 90%, ECVI = expected cross-validation index, CAIC = consistent Akaike information criterion, e^2 = diferença entre os valores do qui-quadrado. * $p < 0,001$

Comprovada a pertinência e o ajuste aceitável do modelo bifatorial composto por parcela de itens, procurou-se, em seguida, reunir evidências complementares de sua validade de construto e precisão, cujos resultados são descritos na tabela a seguir:

Tabela 17. Precisão e validade convergente dos fatores da ECA

Fator	α	CC ^d	VME
<i>Antissociais Severos</i>	0,86	0,89	0,61
<i>Antissociais Leves</i>	0,81	0,84	0,43

Nota. α = Alfa de Cronbach, CC = Confiabilidade Composta, VME = Variância Média Extraída.

A semelhança dos valores encontrados no estudo 2, os índices de consistência interna, apresentados para o modelo construído por parcela de itens, foram satisfatórios tanto para o fator *Antissociais Severos* quanto para o fator *Antissociais Leves* (0,86 e 0,81, respectivamente). No que consiste a sua confiabilidade composta, os valores encontrados foram superiores ao recomendado na literatura (0,70; HAIR *et al.*, 2009). No caso da variância média extraída, o valor obtido pelo fator Antissociais Leves, mostrou-se ligeiramente abaixo do valor mínimo estipulado (0,50; HAIR *et al.*, 2009).

4.4 Discussão Parcial

Antes de abordarmos o objetivo principal deste estudo, cabe aqui comentar acerca de um objetivo que, embora secundário, foi relevante para alcançar os propósitos dessa dissertação. O estudo 2, como relatado, não foi conclusivo acerca do poder discriminativo dos itens que compõem o fator *Antissociais Leves*, tal ocorrência, pareceu derivar das peculiaridade dos seus itens, que por abordarem comportamentos antissociais compreendidos como leves, também seriam comuns à população geral, não sendo, portanto, possível diferenciar os dois grupos (presidiários e população geral) com base em suas pontuações médias.

Neste sentido, no presente estudo, o poder discriminativo destes itens foi novamente calculado, considerando, para tanto, grupos critérios internos. De posse dos resultados, foi

^d Para o cálculo da Confiabilidade Composta e da Variância Média Extraída utilizou-se a Calculadora de validade de construto (CVC; Gouveia, 2012). Para uso consultar disponibilidade com o autor da ferramenta: vggouveia@gmail.com

possível concluir que a hipótese levantada parece ser coerente, uma vez que, quando comparados àqueles sujeitos com alta e baixa pontuação totais na escala, todos os itens foram capazes de diferenciá-los significativamente, o que atesta a boa sensibilidade (precisão) dos mesmos.

Solucionada tal dúvida, passou-se a considerar o propósito central deste estudo, isto é, a comprovação do modelo bifatorial da Escala de Comportamentos Antissociais. Inicialmente, buscou-se apresentar evidências de validade convergente da medida correlacionando-a com o Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos e a Escala de autocontrole. Por fim, utilizando-se da técnica de parcela de itens foram realizadas análises fatoriais confirmatórias.

No que concerne à validade convergente da medida, as correlações apresentadas parecem demonstrar evidências plausíveis desta validade. Especificamente, cabe aqui destacar as correlações observadas entre os fatores da ECA e do CAD, tais valores, conforme teoricamente esperado, indicaram uma relação mais forte do fator *Antissociais Severos* com *Comportamentos Delitivos* e uma associação mais forte do fator *Antissociais Leves* com o fator *Comportamentos Antissociais*. Tal resultado parece indicar a pertinência de se categorizar os comportamentos antissociais em antissociais severos e leves, uma vez que tal definição ainda que não se restrinja a noção jurídica de delito, como proposto por Seisdodos (1988), parece também abarcá-la o que, segundo Romero (1996), demonstra-se mais condizente como o enfoque comportamental aqui adotado.

No que consiste às correlações apresentadas entre os fatores da ECA e aos seis fatores que compõem a escala de autocontrole, todas, a exceção de uma, mostraram-se positiva e significativas, resultados coerente a literatura da área, que tem demonstrando uma forte relação entre o baixo autocontrole e a presença de comportamentos antissociais (LAGRANGE; SILVERMAN, 1999; MELDRUM; BARNES; HAY, 2013; TANGNEY; BAUMEISTER; BOONE, 2008).

Dado tais constatações, passou-se a considerar a realização das análises fatoriais confirmatórias. Em termos gerais, conforme se observa nos resultados, a análise fatorial confirmatória indicou a adequação satisfatória do modelo de dois fatores, o que corrobora a solução fatorial apresentada no estudo 2. Acerca de tal resultado, é preciso destacar que a estrutura fatorial proposta pela análises fatoriais exploratórias, ainda que consistentes teoricamente e estatisticamente, precisavam ser confirmadas (PASQUALI, 2012). Desse modo, a comprovação apresentada, por meio dos índices de ajuste, forneceu indícios empíricos da pertinência desta proposta.

Em relação à consistência interna, os valores de alfa de Cronbach foram considerados aceitáveis para os dois fatores, a exemplo do que já havia ocorrido no estudo anterior. Além disso, os coeficientes de confiabilidade composta atenderam ao recomendado na literatura (HAIR *et al.*, 2009; NUNNALLY, 1991). Tais resultados asseguram a confiabilidade do modelo proposto. No que concerne aos níveis de variância média extraída (validade convergente), ainda que o fator *Antissociais Leves* tenha apresentado valor abaixo do mínimo estipulado, quando observadas a cargas fatoriais padronizadas individualmente, verifica-se que todas estão acima do valor tido como satisfatório (0,50; HAIR *et al.*, 2009), indicando a boa convergência dos itens com o fator, tal com é demonstrado pelos valores de confiabilidade composta obtidos.

Diante do exposto, confia-se que o objetivo deste estudo tenha sido alcançado, comprovando-se a estrutura fatorial da Escala de Comportamentos Antissociais e reunindo evidências de sua validade convergente e precisão.

A presente dissertação teve por objetivo principal construir um instrumento de mensuração dos comportamentos antissociais cuja aplicabilidade ultrapasse prováveis barreiras conceituais, regionais e culturais. Neste sentido, foram definidos três objetivos específicos a saber: (1) selecionar itens que atendessem ao critério de representar/operacionalizar adequadamente os comportamentos antissociais em diferentes culturas; (2) construir o instrumento e apresentar evidências de sua adequabilidade psicométrica; (3) comprovar a estrutura fatorial da medida. Com base nos resultados apresentados, confia-se que tais objetivos tenham sido satisfatoriamente atingidos. Neste sentido, apresenta-se a seguir uma explanação geral dos principais resultados obtidos.

- Elaboração e parâmetros psicométricos da Escala de Comportamentos Antissociais

Conforme método adotado para a realização desta dissertação, é possível observar que se buscou seguir os principais passos descritos na literatura da área para a confecção de um instrumento psicometricamente válido. Neste sentido, no decorrer do seu desenvolvimento, os itens que compõem a versão final da escala demonstram evidências quando a sua validade e precisão.

Para tanto, foram empregados diversas técnicas de análises de dados. Inicialmente, os itens foram selecionados seguindo os critérios de relevância estabelecidos, posteriormente, análises fatoriais foram realizadas para explorar a estrutura que melhor se adequasse aos dados. Para tanto, foi verificado a possibilidade de fatoriabilidade da matriz de dados, o que foi atestado pelos bons índices de KMO e AIC apresentados.

Dado tal possibilidade, critérios com o Guttman-Kaiser, Teste Scree de Cattell, Horn e Hull foram empregadas para decidir qual o número ideal de componentes a ser extraído, tendo os critérios mais robustos apresentado a pertinência de se extrair de 2 ou 7 fatores. Com base nesta indicação foi possível observar a estrutura bifatorial com a mais adequada, uma vez que apresentou fatores inteligíveis e melhores características psicométricas.

Por fim, após evidenciada a solução fatorial mais adequada e os principais parâmetros de validade da medida, sua estrutura foi testada por meio análises fatoriais confirmatórias, que atestaram bons índices de ajuste para o modelo bifatorial proposto. Neste estágio, também foram avaliados índices de consistência interna mais robustos que alfa de Cronbach, como a confiabilidade composta e a variância média extraída. Tendo tais indicadores comprovado os adequados parâmetros psicométricos da medida.

Considerando os procedimentos anteriormente descritos, a versão final da Escala de Comportamentos Antissociais (ECA) ficou composta por 36 itens, distribuídos em dois fatores: *Antissociais Severos* (15 itens), que compreendem ações responsáveis por ocasionar graves prejuízos para quem os comete ou para quem são direcionados (ex. Roubar algo que custe mais de R\$ 200); e *Antissociais Leves* (21 itens) que abrangem atos que são potencialmente menos danoso, embora, em alguns casos, possam ser passíveis de sanções legais

- Aplicabilidade

Ainda que não seja reduzido o número de instrumentos que se propõem a mensurar os comportamentos antissociais disponíveis no mundo, até o momento, não foi verificado estudo que tenha tido por foco a construção de uma medida de comportamento antissocial em contexto brasileiro. Como pôde ser observado, estudos anteriores, a exemplo dos esforços empreendidos por Formiga e Gouveia (2003), tiveram por objetivo apenas adaptar escalas desenvolvidas em contexto espanhol para o contexto brasileiro.

Diante de tal característica e da proposta de ser uma medida cuja aplicabilidade ultrapasse prováveis barreiras conceituais, regionais e culturais, confia-se que o produto desta dissertação trará contribuições relevantes para a área de estudo dos comportamentos antissociais.

- Limitações

Não obstante essas considerações, é preciso reconhecer que, como toda pesquisa científica, esta também apresenta limitações. Em primeiro lugar, é preciso realizar algumas ressalvas quando amostra desse estudo: é importante destacar que as amostras aqui utilizadas foram não probabilísticas, o que inevitavelmente restringem possíveis extrapolações dos resultados.

Outro ponto a ser destacado, diz respeito ao tamanho amostral utilizado nos dois estudos, uma vez que cada um contou com, aproximadamente, 250 sujeitos, número inferior à recomendação de 10 participantes por variável (PASQUALI, 2010). Adicionalmente, acredita-se que a ampliação da amostra, especificamente aquela composta por presos, traria

grandes ganhos aos resultados, uma vez que aumentaria a variabilidade dos dados, principalmente aqueles relativos ao fator Antissociais Severos.

No que diz respeito ao construto avaliado, dado que os comportamentos tidos como antissociais são culturalmente reprováveis, admite-se que as respostas dos participantes possam ser fortemente influenciadas pela desejabilidade social (PECHORRO, 2011), neste sentido, o presente estudo mostra-se limitado, pois não é possível mensurar e controlar a influência de tal variável.

- Direções futuras

Como direções futuras, aponta-se a necessidade de realização de novos estudos que empreguem a medida aqui proposta em amostras probabilísticas. Ademais, a fim de comprovar a sua aplicabilidade transcultural, recomenda-se avaliar a invariância da medida quando submetida a amostras de diferentes países e contextos.

Por fim, considerando as limitações impostas pela Teoria Clássica do Teste (VIEIRA *et al.*, 2011), sugere-se que novos estudos sejam realizados, empregando a Teoria de Resposta ao Item, possibilitando a mensuração de novos parâmetros, como o funcionamento diferencial dos itens (DIF; *Differential Item Functioning*).

REFERÊNCIAS

- ACHEMBACH, T. M. **Manual for the youth self-report and 1991 profile**. University of Vermont, 1991.
- AGNEW, R. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. **Criminology**, v. 30, n. 1, 1992.
- ANDREWS, D. A.; BONTA, J. **The Psychology of Criminal Conduct**. 5. ed. New Providence: LexisNexis, 2010.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4. ed. - (DSM-IV-TR). Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BANDURA, A. Social learning theory of aggression. **Journal of communication**, v.28, n.3, 1978
- BANDURA, A. **Social cognitive theory**. Handbook of Theories of Social Psychology: Volume One, v.1, 2011.
- BAKER, K. Understanding violent and antisocial behaviour in children and adolescents. **Current Paediatrics**, v.16, n.7, 2006.
- BARTLETT, M. S. Test of significance in factor analysis. **British Journal of Psychology**, v.3, 1950.
- BENAVENTE, R. Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. **Análise Psicológica**, v.20, n.4, 2002.
- BENDIXEN, M.; ENDRESEN, I. M.; OLWEUS, D. Variety and frequency scales of antisocial involvement: Which one is better? **Legal and Criminological Psychology**, v.8, n.2, 2003.
- BENDIXEN, M.; OLWEUS, D. Measurement of antisocial behaviour in early adolescence and adolescence: psychometric properties and substantive findings. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v.9, n.4, 1999.
- BESSA, L. A. S. **Personalidade e Procura de Sensações: a sua relação com comportamentos anti-sociais**. [Tese]. Universidade Fernando Pessoa, 2011.
- BLACKBURN, R. **The psychology of criminal conduct**. Nova York: Wiley, 1993.
- BLUMSTEIN, A. et al. **Criminal careers and career criminals**. Washington: National Academy Press, 1986.
- BREZINA, T. Anomie-Strain Theory. In: BRYANT, C. D. (Ed.). **The handbook of deviant behavior**. Canada: Routledge, 2011.

BRINGAS, C. *et al.* La conducta antisocial en adolescentes no conflictivos: Adaptación del Inventario de Conductas Antisociales (ICA). **Revista Electrónica de Metodología Aplicada**, v.11, n.2, 2006.

BRITT, C. L.; GOTTFREDSON, M. R. (Ed.). **Control theories of crime and delinquency**. Transaction Publishers, 2011.

BRODSKY, S. L.; SMITHERMAN, S. **Handbook of scales for research in crime and delinquency**. New York: Plenum Press, 1983.

BURT, S. A. Are there meaningful etiological differences within antisocial behavior? Results of a meta-analysis. **Clinical psychology review**, v.29, n.2, 2009.

BURT, S. A. How do we optimally conceptualize the heterogeneity within antisocial behavior? An argument for aggressive versus non-aggressive behavioral dimensions. **Clinical psychology review**, v.32, n.4, 2012.

BURT, S. A.; DONNELLAN, M. B. Development and validation of the Subtypes of Antisocial Behavior Questionnaire. **Aggressive behavior**, v.35, n.5, 2009.

BYRNE, B. **Structural equation modeling with AMOS. Basic concepts, applications and programming**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

CARRILHO, L. **Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescente institucionalizados**. [Tese]. Universidade do Porto, 2010

CARROLL, A. *et al.* A validation of Mak's self-report delinquency scale. **The Australian Journal of Psychology**, v.48, 1996.

CATTELL, R. B. The screetest for the number of factors. **Multivariate Behavioral Research**, v.1, 1966.

CASTELL, E.; CARBALLO, R. Diferencias sexuales y conducta antisocial. In: SÁNCHEZ, J. P. (Ed.). **Bases psicológicas de la delincuencia y de conducta antisocial**. Barcelona: PPU, 1987.

CATALANO, R. F.; HAWKINS, J. D. The social development model: A theory of antisocial behavior. In: HAWKINS, J. D. (Ed.). **Delinquency and crime: Current theories**. Nova York: Cambridge University Press, 1997. p. 149–177.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Multisite Violence Prevention Project - Description of measures: cohort-wide student survey**. Atlanta: 2004.

CEULEMANS, E.; KIERS, H. A. L. Selecting among three-mode principal component models of different types and complexities: A numerical convex hull based method. **British Journal of Mathematical and Statistical Psychology**, v.59, n.1, 2006.

CHILD TRENDS, I. NLSY97 - **Family process and adolescent outcome measures**. Washington: 1999.

CLARK, L. A.; WATSON, D. Constructing validity: Basic issues in objective scale development. **Psychological Assessment**, v.7, n.3, 1995.

COMREY, A. L. **A first course in factor analysis**. Nova York: Academic Press, 1973

CRISTINO, *et al.* Validação da escala de autocontrole de grasmick para o contexto cearense: evidências de validade e precisão. Anais do VI Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica, 2013. Maceio: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, 2013
Disponível em: http://www.ibapnet.org.br/congresso2013/lista_trabalhos_poster.php

CZECH, S.; KEMP, R. I. Development of ASB 1: The development of antisocial behaviour in adolescents and young adults. **Australian Journal of Psychology**, v.62, n.3, 2010.

DAMÁSIO, B. F. Uso Da Análise Fatorial Exploratória Em Psicologia. **Avaliação Psicológica**, v.11, n.2, 2012.

DEL-BEN, C. M. Neurobiologia do transtorno de personalidade anti-social. **Revista Psiquiatria Clínica**, v.32, n.1, 2005.

DELISI, M.; CONIS, P. J.; BEAVER, K. M. The importance of violent offenders to criminology. In: DELISI, M; CONIS, P. J. (Ed.). **Violent Offenders: Theory, Research, Policy, and Practice**. Canada: Jones & Barlett Learning, 2012.

DEPARTMENT OF JUSTICE CANADA. **The Correlates of Self-Reported Delinquency: An Analysis of the National Longitudinal Survey of Children and Youth**. Ottawa: 2003.

DODGE, K. A.; COIE, J. D.; LYNAM, D. Aggression and Antisocial Behavior in Youth. In: DAMON, W.; LERNER, R. M.; EISENBERG, N. (Eds.). **Handbook Of Gy Child Psychology**. 6th. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2006.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes,, 2010.

ELEY, T. C.; LICHTENSTEIN, P.; MOFFITT, T. E. A longitudinal behavioral genetic analysis of the etiology of aggressive and nonaggressive antisocial behavior. **Development and Psychopathology**, v.15, n.2, 2003.

ELLIOTT, D. S.; HUIZINGA, D.; AGETON, S. S. **Explaining delinquency and drug use**. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

ELLIOTT, D. S.; HUIZINGA, D.; MENARD, S. **Multiple Problem Youth - Delinquency, Substance Use, and Mental Health Problems**. New York: Springer-Verlag, 1989.

ELLIOTT, D. S.; MENARD, S. Delinquent friends and delinquent behavior: Temporal and developmental patterns. In: HAWKINS, J. D. (Ed.). **Delinquency and crime: Current theories**. New York: Cambridge University Press, 1996.

FAVA J. L.; VELICER, W. F. The effect of underextraction in fator and component analysis. **Educational and Psychological Measurement**, v.56, 1996.

FAZEL, S. *et al.* Use of risk assessment instruments to predict violence and antisocial behaviour in 73 samples involving 24 827 people: systematic review and meta-analysis. **British Medical Journal**, v. 4692, n. July, 2012.

FERNÁNDEZ, M. E. P. **Conducta antisocial en adolescentes: factores de riesgo y de protección**. [Dissertação] Universidad Complutense de Madrid, 2010.

FONSECA, A. C. (ED.). **Comportamento Anti-social e Família**. Porto: Almedina, 2002.

FONSECA, A. C.; SIMÕES, M. C. T. Estudos do Comportamento Anti-social: Algumas considerações metodológicas. In: FONSECA, A. C. (Ed.). **Comportamento Anti-social e Família**. Porto: Almedina, 2002.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. **Psico**, v. 34, n. 2, 2003.

FRICK, P. J. *et al.* Oppositional defiant disorder and conduct disorder: A meta-analytic review of factor analyses and cross-validation in a clinic sample.pdf. **Clinical Psychology Review**, v. 13, 1993.

FRICK, P. J. *et al.* Callous-unemotional traits and conduct problems in the prediction of conduct problem severity, aggression, and self-report of delinquency. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v.31, 2003.

GLOBAL PEACE INDEX: **Measuring the State of Global Peace**. Sydney Institute for Economics and Peace, 2013.

GONZÁLEZ, V. **Delincuencia juvenil. Consideraciones penales y criminológicas**. Madrid: Colex, 2003.

GOODE, Erich (Ed.). **Out of control: Assessing the general theory of crime**. Stanford University Press, 2008.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. A. **General Theory of Crime**. Palo Alto: Stanford University Press, 1990.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Escala de autocontrole: adaptação ao contexto brasileiro. Revista Avaliação Psicológica, [no prelo].

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de Comportamentos Anti-Sociais e Delitivos: Evidências Psicométricas de uma Versão Reduzida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.22, n.1, 2009.

GUTTMAN, L. Some necessary conditions for common factor analysis. **Psychometrika**, v.19, 1954

HABERSTICK, B. C. *et al.* MAOA, Genotype, Childhood Maltreatment, and Their Interaction in the Etiology of Adult Antisocial Behaviors. **Biological psychiatry**, v.75, n.1, 2014.

HAU, K; MARSH, H. W. The use of item parcels in structural equation modelling: Non-normal data and small sample sizes. **British Journal of Mathematical and Statistical Psychology**, v. 57, n. 2, 2004.

GRASMICK, H. G. *et al.* Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.30, n.1, 1993.

HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise multiariada de dados**. Bookman: São Paulo, 2009.

HIGGINS, P. C.; BUTTLER, R. R. **Understanding deviance**. Nova York: McGraw Hill, 1982.

HILL, J. Biological, psychological and social processes in the conduct disorders. **Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines**, v. 43, n. 1, 2002.

HINSHAW, S. P.; SIMMEL, C.; HELLER, T. L. Multimethod assessment of covert antisocial behavior in children: Laboratory observations, adult ratings, and child self-report. **Psychological Assessment**, v.7, n.2, 1995.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. Transaction publishers, 2002.

HOFVANDER, B. *et al.* Continuity of aggressive antisocial behavior from childhood to adulthood: The question of phenotype definition. **International journal of law and psychiatry**, v.32, n.4, 2009.

HORN, J. L. Rationale and test for the number of factors in factor analysis. **Psychometrika**, v.30, 1965

HOUGHTON, S.; CARROLL, A. Longitudinal rates of self-reported delinquency of at-risk and not at-risk Western Australian high school students. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, v.35, n.1, 2002.

HUIZINGA, D.; ELLIOTT, D. S. Reassessing the Reliability and Validity of Self-Report Delinquency Measures. **Journal of Quantitative Criminology**, v.2, n.4, 1986.

KAISER, H. F. An index of factorial simplicity. **Psychometrika**, v.39, 1974

KAISER, H. F. The application of electronic computers to factor analysis. **Educational and Psychological Measurement**, v.20, 1960.

KAZDIN, A. **Conduct disorders in childhood and adolescence**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

KAZDIN, A. E. **Parent Management Training: Treatment for Oppositional, Aggressive, and Antisocial Behavior in Children and Adolescents**. New York: Oxford University Press, 2005.

KELLEY, B. T. *et al.* Developmental pathways in boys' disruptive delinquent behavior. **Juvenile Justice Bulletin**, v.2, 1997.

LAGRANGE, T. C.; SILVERMAN, R. A. Low self-control and opportunity: testing the general theory of crime as an explanation for gender differences in delinquency. **Criminology**, v.37, n.1, 1999.

LAROS, J. A. O uso da análise fatorial: algumas diretrizes para pesquisadores. Análise fatorial para pesquisadores. In. **Análise Fatorial para Pesquisadores**. Petrópolis: Voes, 2004.

LIANG, H.; FLISHER, A.; LOMBARD, C. Bullying, violence, and risk behavior in South African school students. **Child abuse & neglect**, v. 31, n. 2, 2007.

LIU, J. Childhood Externalizing Behavior: Theory and Implications. **Jornal of Children Adolescent Psychiatric Nurse**, v. 17, n. 3, 2006.

LOEBER, R. Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. **Clinical Psychology Review**, v.10, n.1, 1990.

LOEBER, R.; FARRINGTON, D. P. **Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions**. London: Sage Publications, 1998.

LÓPEZ, J. R.; LÓPEZ-SOLER, C.; FREIXINOS, M. A. Retardo de la gratificación y autocontrol en jóvenes antisociales: características asociadas al género. **Psicopatología Clínica, Legal y Forense**, v. 3, n. 3, 2003.

LORENZO-SEVA, U.; TIMMERMAN, M. E.; Kiers, H. A. The hull method for selecting the number of common factors. **Multivariate Behavioral Research**, v.46, n.2, 2011.

LUENGO, M. A. *et al.* Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: un estudio transcultural. **RIDEP**, v. 1, 1999.

LUENGO, M. A. *et al.* Biología, Personalidad y delincuencia. **Psicothema**, v. 14, n. Suppl, 2002.

LUZES, C. A. **Um olhar psicológico sobre a delinquência**, 2010 Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0520.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

MARINHO, M. L; CABALLO, V. E. Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. **Psic., Saúde & Doenças**, v.3, n.2, 2002.

MARTHA, O. R.; EMILIA, L. G. Validación del Cuestionario de Conducta Antisocial-Delictiva (A-D) para adolescentes mexicanos de zonas urbanas. **Investigaciones Médicoquirúrgicas**, v.2, n.2, 2008.

MARTÍNEZ, M. B. A. Conductas Antisociales en la Adolescencia. [Dissertação] Universitas Almeriensis, 2011.

MARTORELL, C. et al. Estudio confirmatorio del cuestionario de conducta antisocial (CCA) y su relación con variables de personalidad y conducta antisocial. **RIDEP**, v.31, n.1, 2011.

MELDRUM, R. C.; BARNES, J. C.; HAY, CATER. Sleep Deprivation, Low Self-Control, and Delinquency: A Test of the Strength Model of Self-Control. **Journal of Youth and Adolescence**, 2013.

MERTON, R. **Social Theory and Social structure**. Glencoe: Free Press, 1957

MESSNER, S. F.; ROSENFELD, R. **Crime and the American Dream: Contemporary Issues in Crime and Justice Series**. Michigan: Wadsworth Publishing Company, 1994.

MICHENER, H. A.; DELAMATER, J. D.; MYERS, D. J. **Psicologia Social**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MILLER, B. L. et al. Aggressive, socially disruptive and antisocial behaviour associated with fronto-temporal dementia. **The British journal of psychiatry: the journal of mental science**, v.170, 1997.

MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. **Psychological review**, v.100, n.4, 1993.

MOFFITT, T. E. Genetic and environmental influences on antisocial behaviors: evidence from behavioral-genetic research. **Advances in Genetics**, v.55, 2005.

MOLINENGO, G.; TESTA, S. Analysis of the Psychometric Properties of an Assessment Tool for Deviant Behavior in Adolescence. **European Journal of Psychological Assessment**, v.26, n.2, 2010.

NYE, I. F. **Family Relationships and Delinquent Behavior**. New York: Wiley, 1958.

NUNNALLY, J. C. **Psychometric theory**. Michigan: McGraw Hill, 1978

OFFICE OF THE DEPUTY PRIME MINISTER. **Tackling Anti-Social Behaviour in Mixed Tenure Areas**. London, 2003

OGILVIE, J. M. *et al.* Neuropsychological Measures Of Executive Function And Antisocial Behavior: A Meta-Analysis. **Criminology**, v.49, n.4, 2011.

ORDÓÑEZ, J. **The influence of parental support on antisocial behavior among sixth through eleventh graders**. [Dissertação] University of South Florida, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. (CID-10). São Paulo: Edusp, 2000.

OTERO-LÓPEZ, J. M. **Droga y delincuencia: concepto, medida y estado actual del conocimiento**. Madrid: Pirámide Ediciones, 1996.

PASQUALI, L. **Análise Fatorial para pesquisadores**. Brasília: LabPAM, 2012.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: Fundamentos e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PATTERSON, G. R.; DEGARMO, D. S.; KNUTSON, N. Hyperactive and antisocial behaviors: Comorbid or two points in the same process? **Development and Psychopathology**, v.12, 2000.

PAUWELS, L.; SVENSSON, R. How Serious Is the Problem of Item Nonresponse in Delinquency Scales and Aetiological Variables? A Cross-National Inquiry into Two Classroom PAPI Self-Report Studies in Antwerp and Halmstad. **European Journal of Criminology**, v.5, n.3, 2008.

PECHORRO, P. F **Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos**. [Dissertação.] Universidade de Lisboa, 2011.

PIMENTEL, C. E. **Valores Humanos, Preferência Musical, Identificação Grupal e Comportamento de risco**. [Dissertação] Universidade Federal da Paraíba, 2004.

PITCH, T. **Teoría de la desviación social**. México: Nueva Imagen, 1980.

PULKKINEN, L. **Antisocial Behavior in Childhood and Adolescence**. In: International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences.1998. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/referenceworks/9780080430768>

REAVY, R. *et al.* Validation of the delinquent activities scale for incarcerated adolescents. **Addictive behaviors**, v.37, n.7, 2012.

REID, S. T. Sociological Theories of Criminal Behavior II : The Social-Process Approach. In: REID, S. T. (Ed.). **Crime and Criminology**. Oxford University Press, 2011

REISS, A. J. Delinquency as the failure of personal and social controls. **American Sociological Review**, v.16, 1951.

RHEE, S. H.; WALDMAN, I. D. Genetic and environmental influences on antisocial behavior: A meta-analysis of twin and adoption studies. **Psychological Bulletin**, v.128, n.3, 2002.

RIBEIRO, P. S. **Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013

ROMAN, N. V.; ANJA, H.; DONOVAN, H. Young South African Adults' Perceptions of Parental Psychological Control and Antisocial Behavior. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v.40 n.7, 2012.

ROMERO, E. **La predicción de la conducta antisocial: Un análisis de las variables de personalidad**. [Tese] Universidade de Santiago de Compostela, 1996.

ROMERO, E.; SOBRAL, J.; LUENGO, M. A. **Personalidad y Delincuencia: Entre la biología y la sociedad**. Grupo Editorial Universitario, 1999.

RUBIA, J. M.; MORALES, H. O. Un Modelo Predictivo de Conducta Disocial por Análisis de Senderos. **Anuario de Psicología Jurídica**, v.21, 2011.

RUBIA, J. M.; SANCHEZ, M. P. Desarrollo de una escala de conducta disocial en México. **Revista Electrónica de Psicología Iztacala**, v.14, n.1, 2011.

RUTTER, M. Commentary: Causal processes leading to antisocial behavior. **Developmental Psychology**, v.39, n.2, 2003.

RUTTER, M.; GILLER, H.; HAGELL, A. **Antisocial behavior by young people**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SÁNCHEZ, P. **Bases psicológicas de la delincuencia y de conducta antisocial**. Barcelona: PPU, 1987.

SANTOS, W. S. **Explicando o Comportamento Socialmente Desviante: Uma Análise do Compromisso Convencional e Afiliação Social**. [Tese] Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SCARAMELLA, L. V *et al.* Evaluation of a social contextual model of delinquency: a cross-study replication. **Child development**, v.73, n.1, 2002.

SEISDEDOS, N. C. **Cuestionario A – D de conductas antisociais – delictivas**. Madrid: TEA, 1988.

SHAPLAND, J. M. Self-Reported Delinquency in Boys Age 11 to 14. **British Journal Criminology**, v.18, n.2, 1978.

SIEGEL, L. J. **Criminology: Theories, Patterns, and Typologies**. Belmont: Cengage Learning, 2010.

STORVOLL, *et al.* Structure of conduct problems in adolescence. **Scandinavian Journal of Psychology**, v.43, 2002.

SUTHERLAND, E. H.; CRESSEY, D. R. **Criminology**. Nova York: Lippincott, 1974.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. Nova York: Allyn & Bacon, 2001.

TANGNEY, J. P.; BAUMEISTER, R. F.; BOONE, A. L. High Self-Control Predicts Good Adjustment, Less Pathology, Better Grades, and Interpersonal Success. **Journal of Personality**, v.72, n.2, 2008.

TAYLOR, J.; IACONO, W. G.; MCGUE, M. Evidence for a genetic etiology of early-onset delinquency. **Journal of abnormal psychology**, v. 109, n. 4, 2000.

TARDE, G. **La Criminalité Comparée**. Tradução: ed. Paris: Félix Alcan, 1886.

TARDE, G. **Penal philosophy**. Boston: Brown Little, 1912.

THORNBERRY, T. P. *et al.* Delinquent peers, beliefs, and delinquent behavior: a longitudinal test of interactional theory. **Criminology**, v. 32, 1994.

THORNBERRY, T. P. Empirical support for interactional theory: A review of the literature. In: HAWKINS, J. D. (Ed.). **Delinquency and crime: Current theories**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

THORNBERRY, T. P.; KROHN, M. D. **The Self-Report Method for Measuring Delinquency and Crime**. Washington, DC: 2000.

TUVBLAD, C. **Genetic and environmental influences on antisocial behavior from childhood to emerging adulthood**. Karolinska Institutet, 2006.

VAZSONYI, A. T. *et al.* An Empirical Test of a General Theory of Crime : A Four-Nation Comparative Study of Self-Control. **Journal of Research in Crime And Delinquency**, v.38, n.2, 2001.

VELICER, W. F. Determining the number of components from the matrix of partial correlations. **Psychometrika**, v.41, 1976.

VIEIRA, et al. Comparação de modelos da Teoria de Resposta ao Item (TRI) na validação de uma prova de dependência-independência de campo. **Avaliação Psicológica**, v.10, n.1, 2011.

WASELFISZ, J. J. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2013: MORTES MATADAS POR ARMAS DE FOGO**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano, 2013.

WANG, P. *et al.* The genetic and environmental overlap between aggressive and non-aggressive antisocial behavior in children and adolescents using the self-report delinquency interview (SR-DI). **Journal of Criminal Justice**, v.2, 2013.

WILLIAMS, K. *et al.* **The Dark Triad Returns: Entertainment Preferences and Anti-Social Behavior Among Narcissists, Machiavellians, and Psychopaths**. Poster 109° annual meeting of the American Psychological: São Francisco, 2001. Disponível em: <http://www2.psych.ubc.ca/~dpaulhus/research/DARK_TRIAD/PRESENTATIONS/APA.01.DarkTriadreturns.pdf>

WILLIAMS, K. M.; PAULHUS, D.; HARE, R. D. Capturing the Four-Factor Structure of Psychopathy in College Students via Self-Report. **Journal of Personality Assessment**, v.88, n.2, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – CRITÉRIO ATENDIDO PELOS ITENS QUE COMPÕEM A VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA

Critério atendido pelos itens que compõem a versão preliminar da escala

Conteúdo Original do Item	Versão Traduzida do Item	Critério Atendido	
		I	II
<i>Attacked someone with a weapon?</i>	Atacar alguém com uma arma	X	
<i>Been sent out of a class room because of "bad" behavior?</i>	Ser expulso de sala de aula por do mau comportamento		X
<i>Cheated on school tests?</i>	Trapacear em testes escolares	X	X
<i>Cut classes or stayed away from school without permission</i>	Faltar aula ou ficar longe da escola sem permissão	X	X
<i>Gone to school when you were drunk or high on drugs?</i>	Ir para a escola bêbado ou sob efeito de drogas		X
<i>Had (or tried to have) sexual relations with someone against their will</i>	Forçar alguém a ter relações sexuais com você	X	
<i>Purposely damaged or destroyed property belonging to a school?</i>	Propositalmente danificar ou destruir alguma propriedade pertencente à escola	X	X
Hacer llamadas telefónicas a servicios públicos para gastar bromas	Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)		X
You set fire on purpose to a building, a car, or something else not belonging to you?	Atear fogo a veículos, casas ou outros objetos que não pertencem a você		X
<i>Suspended/ expelled from school</i>	Ser Suspenso/ expulso da escola	X	X
<i>Threatened someone in order to get their money or things?</i>	Ameaçar verbalmente alguém para conseguir dinheiro ou outros bens	X	
<i>Used a weapon to get money or things from people?</i>	Usar uma arma para obter dinheiro ou outros bens de alguém	X	
<i>Used a weapon while fighting</i>	Usar arma em uma briga	X	
<i>Attacked someone with the idea of seriously hurting or killing him/her?</i>	Atacar alguém com a ideia de feri-lo gravemente ou mata-lo	X	
<i>Been drunk in a public place?</i>	Beber em espaços públicos	X	
<i>Been involved in gang fights.</i>	Participar de brigas de gangue	X	X
<i>Bought alcohol for a brother/sister or friend?</i>	Comprar bebida alcoólica para irmão ou amigos menores de idade		X
<i>Committed acts of vandalism when coming or going to a football game or other sports event?</i>	Cometer atos de vandalismo enquanto ia ou voltava de um jogo de futebol ou outro evento esportivo?		X

Nota. Critério 1 – Presença do item em 4 ou mais instrumentos; Critério 2 – Presença do item em estudos que abranjam 3 ou mais continentes

CRITÉRIO ATENDIDO PELOS ITENS QUE COMPÕEM A VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA

Tabela 4. Critério atendido pelos itens que compõem a versão preliminar da escala (Continuação)

Conteúdo Original do Item	Versão Traduzida do Item	Critério Atendido	
		I	II
<i>Consumed alcoholic beverages (e.g. beer, wine, or wine coolers) before you were 21?</i>	Consumir bebidas alcoólicas (por exemplo, cerveja, vinho, ou chopp de vinho) antes dos 18 anos		X
<i>Drink driving</i>	Dirigir após ingerir bebida alcoólica	X	
<i>Gone to work when you were drunk or high on drugs?</i>	Ir ao trabalho bêbado ou sob o efeito de droga		X
<i>Intentionally disobeyed a stop sign or a red traffic light while driving a vehicle?</i>	Desobedecer a um guarda ou sinalização de trânsito enquanto dirige		X
<i>Hit or threatened to hit a person?</i>	Bater ou ameaçar bater em pessoas que não sejam da sua família		X
<i>Hit or threatened to hit your parent(s)?</i>	Bater ou ameaçar bater em seus pais		X
<i>I have taken a bicycle belonging to someone I didn't know and kept it.</i>	Pegar bicicleta de um desconhecido e ficar com ela	X	
<i>Intentionally damaged or destroyed property belonging to your employer or at your workplace?</i>	Danificar intencionalmente ou destruir bens pertencentes ao seu local de trabalho ou ao seu chefe		X
<i>Intentionally damaged or destroyed property belonging to your parents or other family members (brothers or sisters)?</i>	Danificar intencionalmente ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família		X
<i>Purposely damaged or destroyed property that did not belong to you</i>	Danificar ou destruir propositalmente propriedade que não pertencia a você	X	X
<i>Slashed or in any way damaged seats on a bus, in a movie theater, or something at another public place?</i>	Danificar poltronas de ônibus, de cinema, ou de espaços públicos (praças, hospitais, etc)		X
<i>Smashed bottles on the street, school grounds, or other areas?</i>	Quebrou garrafas na rua, recintos escolares, ou outras áreas		X
<i>Sold hard drugs, such as heroin, cocaine, and LSD?</i>	Vender cocaína, heroína ou LSD	X	X
<i>Sold marijuana or hashish ("pot," "grass," "hash")?</i>	Vender maconha ou haxixe		X
<i>Stolen (or tried to steal) something worth more than \$100</i>	Roubar algo que custe mais de R\$ 200	X	
<i>Stolen or tried to steal a motor vehicle (e.g., car or motorcycle)?</i>	Roubar automóvel (por exemplo, carro, caminhonete, motocicleta)	X	X

Nota. Critério 1 – Presença do item em 4 ou mais instrumentos; Critério 2 – Presença do item em estudos que abrangem 3 ou mais continentes

CRITÉRIO ATENDIDO PELOS ITENS QUE COMPÕEM A VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA

Tabela 4. Critério atendido pelos itens que compõem a versão preliminar da escala (Continuação)

Conteúdo Original do Item	Versão Traduzida do Item	Critério Atendido	
		I	II
<i>Stolen something from a car?</i>	Roubar objeto do interior de um carro	X	
<i>Stolen, taken, or tried to take something from a family member or relative (e.g. personal items, money, etc.)?</i>	Roubar algo de um familiar (por exemplo, objetos pessoais, dinheiro, etc)		X
<i>Stolen, taken, or tried to take something that belonged to "the public" (e. g. street signs, construction signs, etc.)?</i>	Roubar objetos de vias públicas (por exemplo, placas, sinalização de trânsito ou lixeiras)		X
<i>Stolen, taken, or tried to take something worth \$10 or less(e.g. newspaper, pack of gum, mail, money, etc.)?</i>	Roubar algo que custe menos de R\$ 20 (por exemplo, jornais, revistas, pacote de chiclete ou dinheiro)		X
<i>Taken something from a store without paying for it (shoplifted)?</i>	Pegar alguma coisa de uma loja sem pagar	X	
<i>Thrown objects such as rocks or bottles at people to hurt or scare them</i>	Jogar objetos como pedras ou garrafas para assustar ou machucar alguém	X	
<i>Use physical force to get money or things from someone.</i>	Usar da força física para obter dinheiro ou objetos de alguém	X	X
<i>Used "hard" drugs such as crack, cocaine, or heroin?</i>	Usar cocaína, heroína ou LSD	X	X
<i>Used "soft" drugs such as marijuana (grass, pot)?</i>	Usar maconha ou haxixe	X	X
<i>Written graffiti on a bus, on school walls, on restroom walls, or on anything else in a public place?</i>	Pichar muros, banheiro, ônibus ou espaços públicos		X
<i>Avoided paying for something (e.g., movies, bus or subway rides, food, etc.)?</i>	Entrar ilegalmente (sem pagar) em cinemas, ônibus, metrô, restaurante, festa, etc)	X	X
<i>Been loud, rowdy, or unruly in a public place (disorderly conduct)?</i>	Ser barulhento, desordeiro ou indisciplinado em locais com grande concentração de pessoas (cinema, reuniões, espaços públicos)	X	
<i>Been on someone else's property when you knew you were not supposed to be there</i>	Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)		X
<i>Been paid for having sexual relations with someone?</i>	Receber dinheiro para ter relações sexuais com alguém	X	
<i>Bought, sold, or held stolen goods or tried to do any of these things?</i>	Comprar objetos roubados.	X	X
<i>Failed to return extra change that you knew a cashier gave you by mistake?</i>	Ficar com dinheiro que um atendente (caixa ou trocador) lhe deu a mais por engano		X

Nota. Critério 1 – Presença do item em 4 ou mais instrumentos; Critério 2 – Presença do item em estudos que abrangem 3 ou mais continentes

CRITÉRIO ATENDIDO PELOS ITENS QUE COMPÕEM A VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA

Tabela 4. Critério atendido pelos itens que compõem a versão preliminar da escala (Continuação)

Conteúdo Original do Item	Versão Traduzida do Item	Critério Atendido	
		I	II
<i>Have you ever run away, that is, left home and stayed away at least overnight without your parent's prior knowledge or permission?</i>	Já fugiu, ou seja, deixou sua casa e ficou longe por pelo menos uma noite inteira sem que seus pais tivessem conhecimento ou sem a permissão deles?	X	X
<i>Let the air out of the tires of a car or bike?</i>	Secar pneus de veículos, apenas por diversão		X
<i>Lied about your age to get into some place or to buy something (for example, lying about your age to get into a movie or to buy alcohol)?</i>	Mentir sobre a sua idade para comprar algo ou entrar em algum lugar (por exemplo, bebidas alcoólicas, filmes, revistas e festa para maiores de idade)	X	X
<i>Shaken/hit a parked car just to turn on the car's alarm?</i>	Bater ou balançar um veículo de um desconhecido, apenas para ativar o alarme		X
<i>Stolen, taken, or tried to take something worth between \$10 and \$100 (e. g. shirt, watch, cologne, video game cartridge, shoes, money, etc.)?</i>	Roubar algo que custe entre R\$ 20 e R\$ 200 (por exemplo, camisa, relógio, perfume, sapato ou dinheiro)		X
<i>Take a vehicle for a ride without the owner's permission.</i>	Pegar carro ou moto de um desconhecido apenas para dar um passeio, sem a intenção de ficar com o veículo por muito tempo	X	X
Quitar objetos o dinero de máquinas de golosinas, telefones, etc.	Roubar produtos ou dinheiro de máquina de autoatendimento (máquina de refrigerante, de doce, de estacionamento)		X

Nota. Critério 1 – Presença do item em 4 ou mais instrumentos; Critério 2 – Presença do item em estudos que abrangem 3 ou mais continentes

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE COMPORTAMENTO ANTISSOCIAIS E DELITIVOS

INSTRUÇÕES. A seguir são apresentados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no dia a dia. Por favor, pedimos-lhe que indique com que frequência já os fez em algum momento da sua vida. Utilize a seguinte escala de resposta, anotando ao lado de cada frase o número que melhor expressa a intensidade do seu comportamento.

NUNCA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	SEMPRE
--------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	---------------

01. ___ Sair sem permissão (do trabalho, de casa ou do colégio).
02. ___ Bagunçar ou assobiar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.
03. ___ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
04. ___ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua).
05. ___ Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em um briga.
06. ___ Dizer palavrões ou expressões pesadas.
07. ___ Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia, etc.).
08. ___ Resistir a briga para escapar de um policial.
09. ___ Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).
10. ___ Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes).
11. ___ Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para roubar coisas de valor.
12. ___ Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
13. ___ Quebrar ou jogar no chão coisas dos outros.
14. ___ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos, etc.
15. ___ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).
16. ___ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).
17. ___ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) com um valor de mais de R\$ 10.
18. ___ Trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado, etc.).
19. ___ Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.
20. ___ Pertencer a uma turma que arma confusões, se mete em briga ou cria baderna.

ANEXO C – ESCALA DE AUTOCONTROLE GRASMICK

INSTRUÇÕES. As frases a seguir fazem referência a formas de pensar ou agir apresentadas por algumas pessoas no seu dia-a-dia. Por favor, leia atentamente cada frase e indique o quanto cada uma lhe descreve. Para tanto, utilize a escala de resposta abaixo, escrevendo ao lado de cada frase o número que melhor representa sua opinião em relação a você mesmo.

1	2	3	4	5
Não me descreve	Descreve-me pouco	Descreve-me mais ou menos	Descreve-me	Descreve-me totalmente

01. ___ Costumo agir impulsivamente (sem pensar).
02. ___ Não vivo pensando, nem me preparando para o futuro..
03. ___ Faço qualquer coisa que me dê prazer imediato, mesmo que isso atrapalhe alguns dos meus planos para o futuro.
04. ___ Estou mais preocupado com o que me acontece agora do que com coisas que podem acontecer no futuro.
05. ___ Tento evitar situações quando sei que serão difíceis..
06. ___ Quando as coisas complicam, eu desisto
07. ___ As coisas mais fáceis de fazer são as que me dão mais prazer.
08. ___ Não gosto de atividades muito difíceis, que exigem muito de mim.
09. ___ Gosto de me testar fazendo coisas arriscadas.
10. ___ Corro risco (perigo), só para me divertir..
11. ___ Fazer coisas que podem me colocar em encrenca, me estimulam (animam)
12. ___ Para mim, estimulação e aventura são mais importantes do que segurança
13. ___ Se for para escolher, prefiro fazer atividades físicas (jogar bola, trabalhos manuais etc.) do que mentais (ler, fazer palavras cruzadas etc.)..
14. ___ Estar em movimento, faz-me sentir melhor do que quando estou sentado ou pensando.
15. ___ Prefiro sair e fazer coisas a ler ou refletir (pensar) sobre algo.
16. ___ Acho que tenho mais energia e necessidade de atividades do que as demais pessoas da minha idade. .
17. ___ Tento pensar primeiro em mim, ainda que isso torne as coisas difíceis para as outras pessoas.
18. ___ Costumo não me preocupar muito quando outras pessoas estão passando por problemas
19. ___ Se as coisas que eu faço chateiam ou perturbam as pessoas, isso é problema delas..
20. ___ Tento conseguir as coisas que quero mesmo quando sei que isso pode causar problemas para outras pessoas.
21. ___ Fico irritado com facilidade.
22. ___ Quando estou com raiva de alguém, tenho mais vontade de agredir a pessoa do que conversar sobre o problema.
23. ___ Quando estou com muita raiva é melhor que as pessoas fiquem longe de mim.
24. ___ Quando tenho um desentendimento com alguém, fico aborrecido só de falar sobre o assunto

ANEXO D – VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS

INSTRUÇÕES. Nos itens abaixo estão listadas uma série comportamentos que você pode ou não ter realizado. Por favor, indique quais dessas ações você realizou ou tentou realizar de forma INTENCIONAL em algum momento da sua vida. Responda as perguntas com base na escala abaixo:

Nunca	1 Vez	2 a 3 Vezes	4 a 5 Vezes	6 ou mais Vezes
0	1	2	3	4

01. ___ Vender maconha ou haxixe
02. ___ Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade
03. ___ Atacar alguém com a ideia de feri-lo gravemente ou mata-lo
04. ___ Fugir de casa
05. ___ Roubar algo que custe entre R\$ 20 e R\$ 200 (por exemplo, camisa, relógio, perfume, sapato ou dinheiro)
06. ___ Bater ou ameaçar bater em seus pais
07. ___ Danificar bens pertencentes ao seu local de trabalho ou ao seu chefe
08. ___ Desobedecer a um guarda ou sinalização de trânsito enquanto dirige
09. ___ Participar de brigas de gangue
10. ___ Beber em espaços públicos (por exemplo, ruas ou praças)
11. ___ Bater ou balançar um veículo de um desconhecido, apenas para ativar o alarme
12. ___ Trapacear em provas ou em outros processos de avaliação (por exemplo, copiar resposta, dar informações falsas, pescar de livros ou comprar gabaritos)
13. ___ Bater ou ameaçar bater em pessoas que não sejam da sua família
14. ___ Roubar objetos de vias públicas (por exemplo, placas, sinalização de trânsito ou lixeiras)
15. ___ Forçar alguém a ter relações sexuais com você
16. ___ Usar uma arma (faca, revolver canivete, etc) para obter dinheiro ou outros bens de alguém
17. ___ Pegar carro ou moto de um desconhecido apenas para dar um passeio, sem a intenção de ficar com o veículo por muito tempo
18. ___ Danificar poltronas de ônibus, de cinema, ou de espaços públicos (praças, hospitais, etc)
19. ___ Ficar fora de casa, por pelo menos uma noite, sem informar aos pais enquanto menor de idade
20. ___ Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)
21. ___ Danificar ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família
22. ___ Danificar patrimônio público ou privado ao ir para eventos esportivos (jogos de futebol, lutas, etc)
23. ___ Ser suspenso da escola
24. ___ Ser expulso da escola
25. ___ Ser barulhento, desordeiro ou indisciplinado em locais com grande concentração de pessoas (cinema, reuniões, espaços públicos)
26. ___ Pegar bicicleta de um desconhecido e ficar com ela

ANEXO D – VERSÃO PRELIMINAR DA ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS

27. ___ Dirigir após ingerir bebida alcoólica
28. ___ Pichar muros, banheiro, ônibus ou espaços públicos
29. ___ Ser expulso de sala de aula por mau comportamento
30. ___ Consumir bebida alcoólica (cerveja, uísque, etc) enquanto menor de idade
31. ___ Ameaçar verbalmente alguém para conseguir dinheiro ou outros bens
32. ___ Faltar aula
33. ___ Usar maconha ou haxixe
34. ___ Ir ao trabalho bêbado ou sob o efeito de droga
35. ___ Roubar objeto do interior de um carro
36. ___ Roubar algo de um familiar (por exemplo, objetos pessoais, dinheiro, etc)
37. ___ Secar pneus de veículos, apenas por diversão
38. ___ Mentir sobre a sua idade para comprar algo ou entrar em algum lugar (por exemplo, bebidas alcoólicas, filmes, revistas e festa para maiores de idade)
39. ___ Atear fogo a veículos, casas ou outros objetos que não pertencem a você
40. ___ Vender cocaína, heroína ou LSD
41. ___ Jogar objetos como pedras ou garrafas para assustar ou machucar alguém
42. ___ Usar cocaína, heroína ou LSD
43. ___ Roubar algo que custe menos de R\$ 20 (por exemplo, jornais, revistas, pacote de chiclete ou dinheiro)
44. ___ Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)
45. ___ Entrar ilegalmente (sem pagar) em cinemas, ônibus, metrô, restaurante, festa, etc)
46. ___ Usar arma (faca, revolver, canivete) em uma briga
47. ___ Roubar produtos ou dinheiro de máquina de autoatendimento (máquina de refrigerante, de doce, de estacionamento)
48. ___ Comprar bebida alcoólica para menores de idade
49. ___ Ficar com dinheiro que um atendente (caixa ou trocador) lhe deu a mais por engano
50. ___ Receber dinheiro para ter relações sexuais com alguém
51. ___ Roubar automóvel (por exemplo, carro, caminhonete, motocicleta)
52. ___ Roubar algo que custe mais de R\$ 200 (Desconsiderar roubo de veículos)
53. ___ Comprar objetos roubados
54. ___ Usar da força física para obter dinheiro ou objetos de alguém
55. ___ Ir para a escola bêbado ou sob efeito de drogas

ANEXO E – VERSÃO FINAL DA ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS

INSTRUÇÕES. Nos itens abaixo estão listadas uma série comportamentos que você pode ou não ter realizado. Por favor, indique quais dessas ações você realizou ou tentou realizar de forma **INTENCIONAL** em algum momento da sua vida. Responda as perguntas com base na escala abaixo:

Nunca	1 Vez	2 a 3 Vezes	4 a 5 Vezes	6 ou mais Vezes
0	1	2	3	4

01. ___ Danificar propriedade pertencente à sua escola, faculdade ou universidade
02. ___ Roubar algo que custe entre R\$ 20 e R\$ 200 (por exemplo, camisa, relógio, perfume, sapato ou dinheiro)
03. ___ Desobedecer a um guarda ou sinalização de trânsito enquanto dirige
04. ___ Participar de brigas de gangue
05. ___ Beber em espaços públicos (por exemplo, ruas ou praças)
06. ___ Bater ou balançar um veículo de um desconhecido, apenas para ativar o alarme
07. ___ Trapacear em provas ou em outros processos de avaliação (por exemplo, copiar resposta, dar informações falsas, pescar de livros ou comprar gabaritos)
08. ___ Bater ou ameaçar bater em pessoas que não sejam da sua família
09. ___ Roubar objetos de vias públicas (por exemplo, placas, sinalização de trânsito ou lixeiras)
10. ___ Usar uma arma (faca, revólver canivete, etc) para obter dinheiro ou outros bens de alguém
11. ___ Danificar poltronas de ônibus, de cinema, ou de espaços públicos (praças, hospitais, etc)
12. ___ Entrar em local proibido (por exemplo, obras, casas abandonadas, propriedade particular)
13. ___ Danificar ou destruir objetos pertencentes a alguém da sua família
14. ___ Ser expulso da escola
15. ___ Ser barulhento, desordeiro ou indisciplinado em locais com grande concentração de pessoas (cinema, reuniões, espaços públicos)
16. ___ Pegar bicicleta de um desconhecido e ficar com ela
17. ___ Ser expulso de sala de aula por mau comportamento
18. ___ Consumir bebida alcoólica (cerveja, uísque, etc) enquanto menor de idade
19. ___ Ameaçar verbalmente alguém para conseguir dinheiro ou outros bens
20. ___ Usar maconha ou haxixe
21. ___ Roubar objeto do interior de um carro
22. ___ Secar pneus de veículos, apenas por diversão
23. ___ Mentir sobre a sua idade para comprar algo ou entrar em algum lugar (por exemplo, bebidas alcoólicas, filmes, revistas e festa para maiores de idade)
24. ___ Atear fogo a veículos, casas ou outros objetos que não pertencem a você
25. ___ Vender cocaína, heroína ou LSD
26. ___ Jogar objetos como pedras ou garrafas para assustar ou machucar alguém

ANEXO E – VERSÃO FINAL DA ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS

27. ____ Roubar algo que custe menos de R\$ 20 (por exemplo, jornais, revistas, pacote de chiclete ou dinheiro)
28. ____ Passar trote para serviços de emergência (por exemplo, bombeiro, polícia ou defesa civil)
29. ____ Entrar ilegalmente (sem pagar) em cinemas, ônibus, metrô, restaurante, festa, etc)
30. ____ Usar arma (faca, revólver, canivete) em uma briga
31. ____ Comprar bebida alcoólica para menores de idade
32. ____ Ficar com dinheiro que um atendente (caixa ou trocador) lhe deu a mais por engano
33. ____ Receber dinheiro para ter relações sexuais com alguém
34. ____ Roubar algo que custe mais de R\$ 200 (Desconsiderar roubo de veículos)
35. ____ Comprar objetos roubados
36. ____ Usar da força física para obter dinheiro ou objetos de alguém

ANEXO F – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (POP. GERAL)

Informações do Respondente

1. Data de Nascimento: ____/____/____ 2. Sexo: Masculino Feminino
3. Naturalidade (UF): _____/_____ 4. Cidade em que mora atualmente: _____
5. Religião? Católica Evangélica Espírita Não possui Outra: _____
6. Caso tenha alguma religião, em que medida você se considera comprometido com a sua religião?
(Nada) 0 1 2 3 4 5 (Muito)
7. Estado civil? Solteiro Casado União Estável Divorciado
 Viúvo Outro: _____
8. Orientação Sexual? Heterossexual (deseja pessoas do sexo oposto) Homossexual (deseja pessoas do mesmo sexo) Bissexual (deseja pessoas de ambos os sexos) Outro. Qual? _____

Perfil Educacional

9. Qual seu nível de escolaridade?
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto | <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Pós-Graduação | |
10. Se parou de estudar, antes de concluir o Ensino Médio (2º Grau), qual foi o principal motivo?
- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Não gostava | <input type="checkbox"/> Não tinha vaga na escola | <input type="checkbox"/> Não lembra |
| <input type="checkbox"/> Saiu de casa | <input type="checkbox"/> A escola era longe | <input type="checkbox"/> Precisou trabalhar |
| <input type="checkbox"/> Foi expulso da escola | <input type="checkbox"/> Mudou de moradia (cidade, bairro, etc) | <input type="checkbox"/> Ia mal na escola |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ | | |
11. Você já foi reprovado alguma vez na escola? Não Sim 12. Se sim, quantas vezes? _____
13. Você já foi expulso de alguma escola? Não Sim 14. Se sim, quantas vezes? _____
15. Caso já tenha sido expulso, qual motivo? Briga Faltas Outros: _____

Perfil Laboral

16. Já trabalhou formalmente (com carteira assinada)? Não Sim
17. Se sim, em quê? _____ 18. Por quanto tempo? ____ anos e ____ meses
19. Já trabalhou informalmente (sem carteira assinada)? Não Sim
20. Se sim, em quê? _____ 21. Por quanto tempo? ____ anos e ____ meses
22. Atualmente, qual é a renda mensal da sua família?
- Menos de 1 salário mínimo (até R\$ 678,00)
- Entre 1 e 2 salários mínimos (de R\$ 678,01 a R\$1.356,00)
- Entre 2 e 3 salários mínimos (de R\$1.356,01 a R\$2.034,00)
- Entre 3 e 4 salários mínimos (de R\$2.034,01 a R\$2.712,00)
- Mais do que 4 salários mínimos (acima de R\$2.712,01)

ANEXO F – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (POP. GERAL)

Estrutura familiar

23. Você tem algum parente direto (pai, irmão, tio, primo, companheiro) que está ou esteve em cumprimento de pena? Não Sim

24. Em algum momento da vida, você já cumpriu pena ou medida socioeducativa Não Sim

Se sim, indique o motivo: _____

25. Por quem você foi criado? Mãe e Pai Mãe Pai Avós maternos Avós paternos
 Tios Irmãos Orfanato Outro: _____

26. Você tem algum familiar que usa drogas? Não
 Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola, etc.) Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas e lícitas

27. Qual o nível de escolaridade da sua mãe?

<input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Pós-graduação	<input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Não Sabe
--	---

28. Qual o nível de escolaridade do seu pai?

<input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto <input type="checkbox"/> Pós-graduação	<input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo <input type="checkbox"/> Não Sabe
--	---

Indicadores de saúde física e mental

29. Indique com que frequência você faz uso das substâncias abaixo:

6. Todos os dias							
5. Mais de uma vez na semana							
4. Uma vez na semana							
3. Uma vez no mês							
2. Uma vez no ano							
1. Uma vez na vida							
0. Nunca							
Maconha	0	1	2	3	4	5	6
Cocaína	0	1	2	3	4	5	6
Crack	0	1	2	3	4	5	6
Loló	0	1	2	3	4	5	6
Lança Perfume	0	1	2	3	4	5	6
Roypinol/Rivotril	0	1	2	3	4	5	6
Thinner/Solvente	0	1	2	3	4	5	6
Cola	0	1	2	3	4	5	6
Ecstasy	0	1	2	3	4	5	6
Artane (Aranha)	0	1	2	3	4	5	6
Álcool	0	1	2	3	4	5	6
Cigarro	0	1	2	3	4	5	6
LSD	0	1	2	3	4	5	6
Haxixe	0	1	2	3	4	5	6
Outros	0	1	2	3	4	5	6

ANEXO G – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (POP. CARCERÁRIA)

Informações do Respondente

1. Data de Nascimento: ____/____/____ 2. Sexo: Masculino Feminino
3. Naturalidade (UF): ____/____ 4. Cidade em que mora atualmente: _____
5. Religião? Católica Evangélica Espírita Não possui Outra: _____
6. Caso tenha alguma religião, em que medida você se considera comprometido com a sua religião?
(Nada) 0 1 2 3 4 5 (Muito)
7. Estado civil? Solteiro Casado União Estável Divorciado
 Viúvo Outro: _____
8. Orientação Sexual? Heterossexual (deseja pessoas do sexo oposto) Homossexual (deseja pessoas do mesmo sexo) Bissexual (deseja pessoas de ambos os sexos) Outro. Qual? _____

Perfil Educacional

9. Qual seu nível de escolaridade?
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto | <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo |
| <input type="checkbox"/> Pós-Graduação | |
10. Se parou de estudar, antes de concluir o Ensino Médio (2º Grau), qual foi o principal motivo?
- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Não gostava | <input type="checkbox"/> Não tinha vaga na escola | <input type="checkbox"/> Não lembra |
| <input type="checkbox"/> Saiu de casa | <input type="checkbox"/> A escola era longe | <input type="checkbox"/> Precisou trabalhar |
| <input type="checkbox"/> Foi expulso da escola | <input type="checkbox"/> Mudou de moradia (cidade, bairro, etc) | <input type="checkbox"/> Ia mal na escola |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ | | |
11. Você já foi reprovado alguma vez na escola? Não Sim 12. Se sim, quantas vezes? _____
13. Você já foi expulso de alguma escola? Não Sim 14. Se sim, quantas vezes? _____
15. Caso já tenha sido expulso, qual motivo? Briga Faltas Outros: _____

Perfil Laboral

16. Já trabalhou formalmente (com carteira assinada)? Não Sim
17. Se sim, em quê? _____ 18. Por quanto tempo? ____ anos e ____ meses
19. Já trabalhou informalmente (sem carteira assinada)? Não Sim
20. Se sim, em quê? _____ 21. Por quanto tempo? ____ anos e ____ meses
22. Atualmente, qual é a renda mensal da sua família?
- Menos de 1 salário mínimo (até R\$ 678,00)
- Entre 1 e 2 salários mínimos (de R\$ 678,01 a R\$1.356,00)
- Entre 2 e 3 salários mínimos (de R\$1.356,01 a R\$2.034,00)
- Entre 3 e 4 salários mínimos (de R\$2.034,01 a R\$2.712,00)
- Mais do que 4 salários mínimos (acima de R\$2.712,01)

ANEXO H – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (POP. CARCERÁRIA)

Histórico Prisional

23. Motivo da detenção: (**Questão de Múltipla Escolha - pode marcar mais de uma opção**)

Não Sabe o motivo

Crimes Contra a Pessoa

Homicídio Simples (Art 121, caput)

Homicídio Qualificado (Art 121, Parágrafo 2º)

Seqüestro e Cárcere Privado (Art 148)

Crimes Contra o Patrimônio

Furto Simples (Art 155)

Furto Qualificado (Art 155, Parágrafo 4º e 5º)

Roubo Simples (Art 157)

Roubo Qualificado (Art 157, Parágrafo 2º)

Latrocínio (Art 157, Parágrafo 3º)

Extorsão (Art 158)

Extorsão Mediante Seqüestro (Art 159)

Apropriação Indébita (Art 168)

Apropriação Indébita Previdenciária (Art 168-A)

Estelionato (Art 171)

Receptação (Art 180)

Receptação Qualificada (Art 180, Parágrafo 1º)

Crimes Contra os Costumes

Estupro (Art 213)

atentado Violento ao Pudor (Art 214)

Corrupção de Menores (Art 218)

Tráfico Internacional de Pessoas (Art 231)

Tráfico Interno de Pessoas (Art 231-A)

Crimes Contra a Paz Pública

___ Quadrilha ou Bando (Art 288)

Crimes Contra a Fé Pública

Moeda Falsa (Art 289)

Falsificação de Papéis, Selos, Sinal e Documentos Públicos (Art 293 à 297)

Falsidade Ideológica (Art 299)

Uso de Documento Falso (Art 304)

Crimes Contra a Administração Pública

Peculato (Art 312 e 313)

Concussão e Excesso de Exação (Art 316)

Corrupção Passiva (Art 317)

Crimes Praticados Por Particular Contra a Administração Pública

Corrupção Ativa (Art 333)

Contrabando ou Descaminho (Art 334)

Legislação Específica

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)

Genocídio (Lei 2.889 de 01/10/1956)

Crimes Contra o Meio Ambiente (Lei 9.605 de 12/02/1998)

Crimes de Tortura (Lei 9.455 de 07/04/1997)

Lei Maria da Penha - Violência Contra a Mulher (Lei 9.605 de 11.340 de 07/08/2006)

Entorpecentes (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)

Tráfico de Entorpecentes (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343)

Tráfico Internacional de Entorpecentes (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33)

Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)

Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido (Art. 14)

Disparo de Arma Fogo (Art. 15)

Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito (Art. 16)

Comércio Ilegal de Arma de Fogo (Art. 17)

Tráfico Internacional de Arma de Fogo (Art. 18)

Outros tipos de crime: _____

24. Você é reincidente? Não Sim

25. Se sim, quantas vezes reincidiu? _____

26. Você é reincidente? Não Sim

27. Se sim, quantas vezes reincidiu? _____

28. Já sofreu qualquer tipo de punição por ter cometido ato infracional quando adolescente?

Não Sim

39. Se sim, quantas vezes: _____

ANEXO H – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (POP. CARCERÁRIA)

Estrutura familiar

30. Você tem algum parente direto (pai, irmão, tio, primo, companheiro) que está ou esteve em cumprimento de pena? Não Sim

31. Em algum momento da vida, você já cumpriu pena ou medida socioeducativa Não Sim

Se sim, indique o motivo: _____

32. Por quem você foi criado? Mãe e Pai Mãe Pai Avós maternos Avós paternos

Tios Irmãos Orfanato Outro: _____

33. Você tem algum familiar que usa drogas? Não

Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola, etc.) Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas e lícitas

34. Qual o nível de escolaridade da sua mãe?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Pós-graduação | <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Não Sabe |
|--|---|

35. Qual o nível de escolaridade do seu pai?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Incompleto
<input type="checkbox"/> Pós-graduação | <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever, mas nunca frequentou a escola
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (3º Grau) Completo
<input type="checkbox"/> Não Sabe |
|--|---|

Indicadores de saúde física e mental

36. Indique com que frequência você faz uso das substâncias abaixo:

6. Todos os dias							
5. Mais de uma vez na semana							
4. Uma vez na semana							
3. Uma vez no mês							
2. Uma vez no ano							
1. Uma vez na vida							
0. Nunca							
Maconha	0	1	2	3	4	5	6
Cocaína	0	1	2	3	4	5	6
Crack	0	1	2	3	4	5	6
Loló	0	1	2	3	4	5	6
Lança Perfume	0	1	2	3	4	5	6
Roypinol/Rivotril	0	1	2	3	4	5	6
Thinner/Solvente	0	1	2	3	4	5	6
Cola	0	1	2	3	4	5	6
Ecstasy	0	1	2	3	4	5	6
Artane (Aranha)	0	1	2	3	4	5	6
Álcool	0	1	2	3	4	5	6
Cigarro	0	1	2	3	4	5	6
LSD	0	1	2	3	4	5	6
Haxixe	0	1	2	3	4	5	6
Outros	0	1	2	3	4	5	6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA
CEP: 60020-181 – Fortaleza - CE
Tel: +55 (85) 3366 7723

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: CONSTRUÇÃO E EVIDÊNCIAS DE VALIDADE

Coordenador: Walberto S. Santos

Prezado (a) colaborador (a),

Você é convidado (a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade construir e validar a Escala de Comportamentos Antissociais.

1. PARTICIPANTES DA PESQUISA: População geral da cidade de Fortaleza, com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e Pessoas que estejam cumprindo regime fechado em Unidades Penais do estado do Ceará. Participarão da pesquisa aqueles voluntários que, convidados a colaborar, concordem.

2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo, você deve responder a um livreto envolvendo questões objetivas sobre qualidade de vida e saúde geral. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda deixar de responder em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Para isso, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa.

3. RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e não oferecem risco à sua integridade física, psíquica e moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento das respostas, e seu nome não será usado em nenhum momento. Todos os dados serão analisados em conjunto, garantindo o caráter anônimo das informações. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.

5. BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não deverá ter nenhum benefício direto.

6. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso a cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Prof. Dr. Walberto Silva Santos

Instituição: Universidade Federal do Ceará – Depto. de Psicologia

Endereço: Av. da Universidade 2762 – Benfica – Fortaleza - CE

Telefones p/contato: 33667723 ou 33667728

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará

Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo

Telefone: 3366.8338

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do participante: _____

Local e Data: _____

Assinatura do participante: _____

Nome do membro da equipe de pesquisa: _____

Assinatura do membro da equipe de pesquisa: _____

Prof. Walberto Silva Santos

Coordenador do Projeto